

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Larissa Varejão Cardoso**

**A MULHER SUPERLATIVA: um estudo de caso sobre a  
dupla jornada de trabalho de uma mulher puérpera**

**Taubaté – SP**  
**2020**

**Larissa Varejão Cardoso**

**A MULHER SUPERLATIVA: um estudo de caso sobre a  
dupla jornada de trabalho de uma mulher puérpera**

Monografia apresentada para obtenção do certificado de Bacharel pelo curso de Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Psicologia

Orientadora: Profa. Ma. Monique Marques da Costa Godoy

**Taubaté – SP  
2020**

**Grupo Especial de Tratamento da Informação - GETI  
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi Universidade de  
Taubaté - UNITAU**

C268m Cardoso, Larissa Varejão

A mulher superlativa : um estudo de caso sobre a dupla jornada de trabalho de uma mulher puérpera / Larissa Varejão Cardoso. -- 2020.

105 f.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,  
Departamento de Psicologia, 2020.

Orientação: Profa. Ma. Monique Marques da Costa Godoy,  
Departamento de Psicologia.

1. Papel da mulher. 2. Período pós-parto. 3. Maternidade e trabalho. I. Universidade de Taubaté. Departamento de Psicologia. Curso de Psicologia. II. Título.

CDD – 155.633

Larissa Varejão Cardoso

## **A MULHER SUPERLATIVA: um estudo de caso sobre a dupla jornada de trabalho de uma mulher puérpera**

Monografia apresentada para obtenção do certificado de Bacharel pelo curso de Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Psicologia

Orientadora: Profa. Ma. Monique Marques da Costa Godoy

Data: 11/11/2020

Resultado:\_\_\_\_\_

### **BANCA EXAMINADORA**

Profa. Ma. Monique Marques da Costa Godoy

**Universidade de Taubaté**

Assinatura\_\_\_\_\_

Profa. Dra. Débora Inácia Ribeiro

**Universidade de Taubaté**

Assinatura\_\_\_\_\_

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as mulheres  
superlativas.

Em especial, minha mãe.

## AGRADECIMENTOS

“Professora, quantas páginas de agradecimento eu posso fazer?”

Bom, gostaria de começar por você, minha orientadora, professora, amiga, companheira de caronas, inspiração pura: Monique! Obrigada por tanto! Por respeitar meu tempo, por ser tão atenciosa e paciente. Quero ser assim quando eu crescer! Toda sua garra, seu interesse pelos mil temas de TG que acompanha, buscando se aprimorar, e saber cada dia mais e “olha esse vídeo”, “vai ter live”, “olha esse texto sobre gênero que eu achei”... saiba que seu amor pela profissão, nos move e nos motiva. Vejo em você uma mulher realizada. E uma mulher realizada, pra mim, representa liberdade de fazer o que gosta, por prazer. O jeito como se refere à Psicologia, com tanto carinho, com tanto respeito, admiração, me faz brilhar os olhos e querer entrar nesse mundo de descobertas e conhecimentos sem fim. Prof, você cuida dos seus alunos com muito amor. E era isso que eu queria dizer nessa singela homenagem, o quanto te ter como profissional faz a Psicologia melhor. E como foi uma honra ter você acompanhando minha jornada até aqui. Foi quem me passou essa visão delicada da nossa área, promotora de saúde.

E agora eu poderia ficar mais cinco páginas agradecendo a todos.

Eu poderia agradecer a Vivi, pelas palavras tão sábias, por me proporcionar momentos ótimos e oportunidades das quais sou eternamente grata. Tenho uma enorme admiração pela pessoa que é e se torna a cada dia.

Poderia também agradecer à Ana. Mal sabe a Ana, mas esse tema veio quando passei a observar a dinâmica, dentro de casa, de uma mulher superlativa como ela. Ver de perto dedicação, cansaço, amor, coragem, fé e inseguranças. Ela foi a sementinha da curiosidade. “Como é que ela dá conta?”

Poderia agradecer à Clarinha, que dividiu comigo sua intensa experiência de encontro pessoal enquanto mãe, mulher e trabalhadora, que és. Foi ela quem me permitiu ver a teoria na prática, e descobrir como são diferentes. Me inspirou muito na comprovação de que trabalho não é só “bater ponto”. Cuidar é um trabalho, dos mais árduos e essenciais, saiba disso irmã. Afinal, o que seria da humanidade sem as mães, grandes trabalhadoras?

Poderia agradecer aos meus irmãos, Rafa, Vicko e Re, que me fizeram questionadora desde pequena: “O que eles podem que eu não posso?” rs

Poderia também agradecer meu pai. Por ser ele. Presente. Dono das jantas e dos mexidões mais gostosos! Ele quem fez, durante muito tempo, esses papéis considerados “femininos” e, assim, marcou minha vida. Te amo, pai.

Poderia agradecer aos meus amigos, pela força nesses cinco cansáveis anos. Rafa, Anaju, Yann, Vitor, Gabi, Carol, Let, Lucas e, especialmente, ao Vini, por sempre estar comigo. Minha dupla, meu irmão por escolha. A pessoa que me ensina todos os dias, me elogia, me faz ser eu.

Também agradeceria ao meu amor, Victor, que está do meu lado agora, como sempre esteve na vida. Meu companheiro pra tudo, meu suporte, meu querido, meu par. Se interessa e pergunta sobre o tema. Me incentiva a continuar, me faz feliz. Difícil falar de você sem falar de mim.

À Pilar, pois é minha melhor amiga. Minha cúmplice e parceira. Amo você, irmã. Espero desconstruir aos poucos essa tal romantização sua! rs

Fora todas minhas amigas incríveis que promovem as melhores discussões sobre. Marcela, Giu, Paula, Nath, Ju, Marina, Vic e também a Pamela, minha primeira amiga da escola a ser mamãe.

Poderia agradecer à minha avó, mulher superlativa, que batalhou pra estudar, foi professora e cuidou de 11 filhos. Guerreira, (in)felizmente.

Sendo assim, digo obrigada a todos vocês que eu poderia agradecer, pois, de certo, me ensinaram muito e são presentes em minha vida.

E por fim, eu gostaria de enfatizar uma mulher em especial. Uma mulher superlativa que criou cinco filhos, por vezes sozinha. Por vezes com medo. Por vezes indisposta. Sempre: mãe. *“Ai, minha mãe... A mão da doçura... O consolo da gente.”* Te agradeço, minha mãe, saiba que *“sua paz cura dor”*. E eu sei que você precisou ser guerreira, como a vó foi, e minha bisavó também. Mas não queria que isso fosse necessário, tantos sacrifícios. Você deu a nós sua melhor versão. Doou sem receber, foi ferida e não feriu. Acreditou. Você, mãe, *“possui a estranha mania de ter fé na vida”*... Maria Cecilia, você é minha luz, aquela que transforma em amor tudo que toca, assim como a

*“Luz do sol  
Que a folha traga e traduz  
Em verde novo  
Em folha, em graça, em vida, em força, em luz [...]”*  
Caetano Veloso

Obrigada! Obrigada! Obrigada!

**NÃO SOU EU UMA MULHER?**  
*AIN'T I A WOMAN?*

“Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal, e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajudou a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cedeu o melhor lugar! E não sou eu uma mulher?

Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros, e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou eu uma mulher?

Consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem — quando tinha o que comer — e aguentei as chicotadas! E não sou eu uma mulher?

Eu carreguei treze filhos, e vi a maioria ser vendida como escravo. Quando chorei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou eu uma mulher?

[...]

Daí aquele homenzinho de preto ali diz que as mulheres não podem ter os mesmos direitos que o homem “porque Cristo não era mulher!” De onde vem o seu Cristo?

De onde o seu Cristo veio?

De Deus e de uma mulher! O homem nada teve a ver com isso [...].”

(Baseado no discurso de Sojourner Truth em 1851<sup>1</sup>)

---

<sup>1</sup> *Convenção dos Direitos das Mulheres de 1851, Ohio. Reunião de clérigos onde se discutiam os direitos da mulher. Após ouvir de pastores presentes que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, porque seriam frágeis e intelectualmente débeis, porque “Jesus foi um homem e não uma mulher” e a primeira mulher fora uma pecadora, Truth, ex-escrava, se pronunciou. Esta versão foi registrada por Francis Gage em 1863 e não equivale ao fiel discurso realizado.*



## RESUMO

O presente trabalho está alicerçado na conceituação de “mulher superlativa”, ou seja, na ideia de que as mulheres puérperas, com dupla jornada de trabalho (a remunerada e a não remunerada), sentem-se, de certa forma, obrigadas, coagidas e/ou pressionadas a realizar todas as tarefas que lhe são incumbidas com máxima excelência. Por muito tempo coube aos homens a escolha de um trabalho e às mulheres a seguir os ditames da sujeição biológica: a maternidade, dedicando-se, por consequência, à prole, ao marido e à casa. Hoje, muitas se deparam com o ônus da expansão de papéis. O objetivo deste estudo foi de compreender, diante deste cenário, como a participante, sendo mulher, mãe, assalariada e empreendedora, vivencia estes papéis e de que forma a dupla jornada pode impactar no seu bem-estar biopsicossocial. O método escolhido foi de um estudo de caso único, com análise qualitativa. A hipótese era de uma sobrecarga de tarefas e frente a ela, utilizaram-se os seguintes instrumentos: entrevista aberta, Escala de Autoestima de Rosenberg, Questionário Sociodemográfico e Desenho Estória com Tema (DE-T). O Referencial de Análise Sistêmica do Desenho-estória possui nove categorias: Atitudes Básicas, Figuras Significativas, Sentimentos Expressos, Necessidades e desejos, Contexto Familiar, Estrutura Familiar, Dinâmica Familiar e Valores Familiares. A entrevista aberta, por sua vez, foi dividida em quatro categorias. Os resultados encontrados pelos instrumentos confirmam a hipótese e alertam para as consequências da divisão sexual do trabalho. Pode-se concluir que tal naturalização do trabalho reprodutivo impacta direta e indiretamente na autoestima e no esgotamento físico e mental da participante. Por fim, vale ressaltar que esta análise, cuja base é uma experiência subjetiva, corresponde a um contexto socioeconômico e cultural específico, que não pode ser generalizado.

**Palavras-chave:** Papel da mulher. Período Pós-parto. Maternidade e Trabalho.

## **ABSTRACT**

### **THE SUPERLATIVE WOMAN: a study case about the double working journey of women**

This paper is based on the concept of “superlative woman”, that is the idea that women with double working hours (paid and unpaid) feel, somehow, forced, coerced and /or pressured to carry out all the tasks entrusted to them with maximum excellence. For a long time it was up to men to choose a job and to women to follow the dictates of biological subjection: motherhood, dedicating themselves, therefore, to their offspring, husband and home. Today, many women face the burden of expanding roles. The goal of this study was to understand, in this scenario, how the participant, being a woman, mother, wage earner and entrepreneur, experiences these roles and how the double journey can impact their biopsychosocial well-being. The method chosen was a single case study, with qualitative analysis. The hypothesis was an overload of tasks and facing it, the following instruments were used: open interview, Rosenberg's Self-Esteem Scale, Sociodemographic Questionnaire and Story Design with Theme (DE-T). The results found confirm the hypothesis and alert to the consequences of the sexual division of labor. It can be concluded that such naturalization of reproductive work directly and indirectly impacts the participants' self-esteem and physical and mental exhaustion. Finally, it is worth mentioning that this analysis, which is based on a subjective experience, corresponds to a specific socioeconomic and cultural context, which cannot be generalized.

**Keywords:** Mental health in postpartum. Postpartum period. Maternity and Work

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Referencial de Análise Sistêmica do Desenho-estória .....	48
Quadro 2 - Categorias de análise de conteúdo. ....	53
Quadro 3 - Categoria 1 – Ser uma mulher superlativa. ....	55
Quadro 4 - Análise do desenho-estória sobre “uma mulher”. ....	56
Quadro 5 - Análise do desenho-estória sobre “uma mãe”. ....	57
Quadro 6 - Análise do desenho-estória sobre “uma mulher que trabalha”. ....	60
Quadro 7 - Categoria 2 – Vivendo a Maternidade. ....	63
Quadro 8 - Categoria 3 – Compartilhando a parentalidade. ....	67
Quadro 9 - Categoria 4 – Papéis de gênero. ....	72

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
1.1	PROBLEMA	6
1.2	OBJETIVOS	7
1.2.1	<b>Objetivo Geral</b>	<b>7</b>
1.2.2	<b>Objetivos Específicos</b>	<b>7</b>
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	7
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO	7
1.5	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE GRADUAÇÃO	8
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>10</b>
2.1	A MULHER NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA SEGUNDO BEAUVOIR	10
2.2	AS ONDAS DOS FEMINISMOS NO BRASIL E NO MUNDO	18
2.3	O PAPEL DA MULHER: DESMISTIFICANDO-O	25
2.3.1	<b>Gênero e instituições sociais</b>	<b>27</b>
2.4	A MULHER CONTEMPORÂNEA: SUPERLATIVA	32
2.4.1	<b>A dupla jornada de trabalho: remunerado e não remunerado</b>	<b>35</b>
2.4.2	<b>Dados brasileiros e desafios atuais</b>	<b>40</b>
<b>3</b>	<b>MÉTODO</b>	<b>44</b>
3.1	TIPO DE PESQUISA	44
3.2	LOCAL DA PESQUISA	44
3.3	UNIDADE CASO	44
3.4	INSTRUMENTOS	45
3.4.1	<b>Entrevista aberta</b>	<b>45</b>
3.4.2	<b>Desenho-Estória com Tema (DE-T)</b>	<b>45</b>
3.4.3	<b>Questionário sociodemográfico</b>	<b>46</b>
3.4.4	<b>Escala de Autoestima de Rosenberg</b>	<b>46</b>
3.5	PLANO PARA COLETA DE DADOS	47
3.6	PLANO PARA ANÁLISE DE DADOS	47
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>51</b>
4.1	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	51
4.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS	55
4.2.1	<b>Mulher superlativa: arcando com o ônus da expansão de papéis</b>	<b>55</b>
4.2.2	<b>Vivendo a Maternidade</b>	<b>62</b>
4.2.3	<b>Compartilhando a Parentalidade</b>	<b>66</b>
4.2.4	<b>Papéis de gênero</b>	<b>72</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>77</b>
	REFERÊNCIAS	80

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho delinea a temática acerca da “mulher superlativa” sob a perspectiva de um estudo de caso único, cuja participante é mulher, mãe, puérpera, assalariada e empreendedora. A problemática decorre ao considerar que mulheres estão sujeitas aos papéis de gênero da sociedade, ou seja, precisam cumprir “o papel da mulher”. Mas que papel é este?

Tais perspectivas consideram o contexto sócio-histórico-cultural do ocidente, no qual mulheres sempre trabalharam e não foram ressarcidas pelos esforços realizados dentro do lar, o aqui chamado de trabalho não remunerado.

Estudos de Caldas Júnior e Rabello (2007) afirmam que para debater a família brasileira no tocante a sua formação histórica, é necessário um esforço da sociedade para a discussão destes processos de mudança que a modernidade impôs à mulher. Os autores mostram que com a entrada da mulher no mercado de trabalho, famílias tiveram menos filhos e a mulher acumulou, além do trabalho doméstico, as funções externas.

Do movimento feminista até hoje, observam-se mudanças sociais significativas e maiores possibilidades para as mulheres. Entretanto, a reflexão acerca das condições de vida das mesmas é imprescindível (MEIRELLES, 2008).

Portanto, mesmo diante de transformações consideráveis nas sociedades, determinadas características da cultura de gênero são predominantes até hoje, o que indica a continuidade dos domínios do masculino sobre o feminino, que devido à educação de gênero, sobrecarrega as mulheres (MEIRELLES, 2008).

O conceito aqui manifestado como “mulher superlativa”, traz contribuições desde a etimologia do termo até o significado proposto, que será abordado no decorrer do trabalho. A respeito da etimologia, *Superlativo* é um adjetivo que, no Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010), indicou três frases como possíveis significados da palavra. Neste caso, apesar de serem frases similares, foram utilizadas separadamente como oportunidade para abordar interpretações relacionadas a esta temática. Assim sendo, *superlativo* configura-se como aquele/aquilo “que demonstra uma característica num grau muito excessivo”, ou seja, voltado para esta temática, algo pode estar demasiado, excedente e/ou exacerbado. Outra definição de *superlativo* é “que pode ser definido pelo excesso de excelência”, o que remete à ideia inicial do projeto, de abordar a questão das

mulheres com dupla jornada de trabalho a partir de uma percepção de obrigatoriedade em realizar com maestria e competência não só uma atividade complexa por si só, mas todas as outras que lhe foram incumbidas. A última frase do dicionário para este termo define-se pelo “que se aumenta ou engrandece até o mais elevado grau ou ponto”, o que pode ser interpretado, no presente viés, que, muitas vezes, mulheres chegam ao seu limite e até o ultrapassam.

Sendo assim, este trabalho pretende discorrer sobre os temas supracitados à luz de diversas teorias. Recortes da teoria sistêmica, com destaque para a fase de aquisição do ciclo vital da família, além do existencialismo de Beauvoir e a filosofia de Butler, são algumas das teorias e autoras que respaldam a literatura nas questões relacionadas aos papéis de gênero. Além da importância da rede de apoio e às possíveis consequências da dupla jornada de trabalho, a remunerada e a não remunerada, baseadas em artigos científicos.

Vale ressaltar que um esclarecimento na revisão da literatura será necessário, visto que o modo como mulheres brancas encaram sua força de trabalho podem divergir da maneira como mulheres negras o fazem. Sendo assim, no presente estudo, esta diferença não será abordada como determinante, pois o termo “mulher” se designará à sua totalidade como sujeita vítima da sociedade patriarcal. O aprofundamento nesta questão será exposto a posteriori.

Por fim, ao coletar os dados dos instrumentos utilizados: entrevista aberta, Escala de Autoestima de Rosenberg, Questionário Sociodemográfico e Desenho Estória com Tema, foram realizadas as análises dos mesmos de forma a responder o problema descrito adiante.

## 1.1 PROBLEMA

Como uma mulher, puérpera, assalariada e empreendedora vivencia seus múltiplos papéis, em decorrência da dupla jornada, e de que forma isso pode impactar em seu bem-estar biopsicossocial?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como a vivência da dupla jornada de trabalho e dos múltiplos papéis pode impactar no bem-estar biopsicossocial de uma mulher, puérpera, assalariada e empreendedora.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- i. Compreender a representação simbólica dos papéis vivenciados pela mãe puérpera;
- ii. Verificar a existência do *baby blues* e possíveis efeitos na autoestima da participante de forma a responder se podem ser implicações da dupla jornada de trabalho;
- iii. Analisar as questões acerca da rede de apoio da participante, os cuidados do bebê, os cuidados pessoais, a rotina, os sentimentos e angústias vividos.
- iv. Investigar como os papéis de gênero podem impactar na dinâmica familiar e no bem-estar biopsicossocial da participante;

## 1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O estudo delimita-se em questões acerca da dupla jornada de trabalho, considerando a remunerada e a não remunerada, o que traz para a discussão os papéis de gênero impostos pela sociedade. Serão apresentadas contribuições da teoria sistêmica e uma visão sócio-histórica, além de recortes com os escritos de Beauvoir, na revisão da literatura. Sabe-se que é um estudo de caso único, cuja participante é uma mulher branca, de classe média, mãe, puérpera, assalariada e empreendedora, que reside na cidade de Taubaté, interior do Estado de São Paulo.

## 1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Em 2014 os professores e pesquisadores Dra. Miria Benicasa Gomes e Dr. Manuel Morgado Rezende iniciaram uma investigação intitulada "*Cesárea eletiva*,

*parto humanizado e violência obstétrica, o legado destas experiências para a vida emocional e relacional da mãe*". Este projeto foi realizado na Universidade Metodista de São Paulo com financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo (FAPESP), e apresentou, segundo Benincasa, resultados que superam as relações entre processos psicológicos, vias de parto e modelos de assistência. Como experiências no período de pós-parto mostraram-se repetidas no discurso da grande maioria das mulheres da pesquisa supracitada, e podem ser considerados durante a gestação, os mesmos pesquisadores decidiram elaborar um Projeto para intervenção. O chamado "*Pré-Natal Psicológico, Pré-Natal Integral e Pré-Natal Coletivo: Avaliação da eficácia destes serviços*" é um projeto que busca intervir tanto na ressignificação das funções do casal, como na construção e desconstrução da rede de apoio, além da análise da presença da tristeza materna/baby blues sem suporte adequado.

Os estudos de Valeria Meirelles (2001, p.7) também apontam para a necessidade de dados sobre a dinâmica dos casamentos de "dupla-carreira", estudos que aprofundem questões acerca das experiências das mulheres "frente ao que é percebido como sobrecarga, como a responsabilidade maior pela casa e filhos, independente de terem uma carreira que lhes exija muita dedicação".

Dito isto, o presente trabalho de graduação pode ser compreendido como um recorte do projeto supracitado, de Benincasa e Rezende, de forma a apurar as questões relativas aos papéis que uma mulher desempenha enquanto mãe, puérpera, funcionária registrada de uma empresa e empreendedora, além dos impactos dessa dupla jornada de trabalho em sua saúde emocional.

## 1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE GRADUAÇÃO

Este trabalho está dividido em cinco seções principais: Introdução, revisão de literatura, método, resultados e discussão e considerações finais. Além de referências, apêndices e anexos.

A introdução apresenta a proposta deste estudo, enquanto a revisão da literatura expõe em maiores detalhes a temática abordada, trazendo o contexto histórico como uma questão pertinente para compreensão da dimensão do problema exibido. O método do trabalho baseia-se no estudo de caso em questão, e para analisá-lo, serão utilizados quatro instrumentos. Os resultados e discussão fazem



referência à análise dos resultados obtidos, unindo o que disseram os instrumentos com o que traz a literatura. As considerações finais, portanto, descrevem se os dados obtidos responderam aos objetivos do estudo, formulando sugestões e assinalando as limitações da pesquisa.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A Revisão de Literatura propõe apresentar os debates acerca da conceituação dos papéis e estereótipos de gênero, bem como o contexto histórico da mulher em sociedades ocidentais, como a brasileira. Este tópico também expõe as questões sobre a dupla jornada de trabalho e os desafios atuais que as mesmas enfrentam diante de uma suposta “carga mental” que pode acometer as mães.

Sendo fruto de uma sociedade patriarcal, como apresenta Nascimento e Villas Bôas (2015), na qual a mulher se responsabilizava pelo cuidado da família, da casa e da educação dos filhos, seu papel acaba por se caracterizar como legitimado enquanto mãe e doméstica.

Entretanto, Garcia e Viecili (2018) apresentam que desde sua inserção no mercado de trabalho formal, a mulher enfrentou transformações e desafios. Fora do núcleo doméstico, o trabalho remunerado aparece como mais um papel a ser exercido.

Os subtópicos, dessa forma, referem-se tanto à visão de mulher segundo Simone de Beauvoir, que retrata toda a história desde a Antiguidade até a contemporaneidade, quanto as lutas feministas atuais no Brasil e no mundo. Perpassa também pela relação entre gênero e instituições como escola e família, por exemplo, com destaque para o ciclo vital na fase de aquisição, além de apontar para dados brasileiros atuais que escancaram a desigualdade de gênero presente no Brasil do século XXI.

Desta forma, considerando que tais mudanças nos papéis das mulheres brasileiras ainda são recentes diante de toda história, Duarte e Spinelli (2018) inferem para a relevância do levantamento de estudos na área da psicologia que abordem os impactos causados pelo trabalho na subjetividade das mesmas, tanto quanto em suas relações interpessoais.

### 2.1 A MULHER NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA SEGUNDO BEAUVOIR

Este subtópico tem como objetivo apresentar a história da formação da mulher enquanto sujeito de direitos, desde a antiguidade até meados do século XX. O enfoque teórico escolhido está embasado na obra *Le Deuxième sexe* (O segundo

sexo, 1949), da existencialista Simone de Beauvoir (1908-1986). Demais bibliografias de convergência também são citadas.

Simone de Beauvoir, no século XX, era vista como uma ameaça. Foi uma intelectual singular, que fez parte de uma revolução feminista para que a sociedade ouvisse a voz das mulheres. Diferentemente da norma masculina, hegemônica e patriarcal, não acreditava que a mulher era restrita à “condição natural”, que lhe era imposta desde seu nascimento. Não concordou com a limitação feminina a um comportamento padrão, no qual a mulher deveria casar-se, por um casamento arranjado, ter filhos e ser dona de casa (FRANÇA; RIBEIRO, 2014).

Sendo assim, Beauvoir foi escolhida para este trabalho, com maior ênfase, devida sua capacidade de tornar a profunda explicação da condição feminina, em urgência política. Antes, a história era feita e escrita sem as mulheres. Depois de Beauvoir, não existe mais História sem elas. O termo utilizado por Kristeva (2019) é “Revolução Antropológica”, pois a vida e a obra da autora entram em consenso na ideia de “não consentir”. A partir de sua obra, permite-se à mulher ver a si mesma como um ser íntegro, um sujeito de desejos, e não apenas como o outro do homem, o que acabaria por reduzi-la à subordinação de jugo patriarcal e lhe negaria qualquer aspiração à reciprocidade e à autonomia.

O fato de Beauvoir ter se rebelado contra a educação que recebeu, instigou a autora para realizar a análise sobre a condição das mulheres, ao longo da história, de forma a estimular, assim, a emancipação do “segundo sexo”, devido toda marca de dominação patriarcal. O que essa pensadora francesa escreveu, mobilizou um movimento internacional a favor do direito das mulheres para que as mesmas pudessem desenvolver sua criatividade de pensar um mundo além das gestações descontroladas e sim, com acesso livre aos empregos e à governança política (KRISTEVA, 2019).

Contextualizando, deste modo, Monteiro e Grubba (2017) irão analisar a condição que se encontravam as mulheres na antiguidade e concluir que em todo o mundo elas estavam em relações inferiores aos homens, no que se refere às situações do dia-a-dia. Ou seja, não possuíam direitos basilares como ao estudo e ao voto. Seus papéis incluíam de forma prioritária e exclusiva, a relação com o âmbito doméstico: ser esposa, filha, mãe e “dona de casa”.

Assim sendo, ao afirmar que “o mundo sempre pertenceu aos machos”, Beauvoir (2017, n.p) resgata períodos históricos importantes que justificam o

fato da mulher ser ainda considerada, por vezes, o segundo sexo, o outro, o ser submisso e minoritário em direitos. A intelectual francesa separa em ordem cronológica, de certa forma, os acontecimentos da história em sua obra, no volume I. Ela apresenta os homens como os responsáveis pela divisão dos valores que irão reduzir a mulher à ordem da vida e da imanência.

Vale ressaltar que o conceito de imanência está representado aqui como uma “essência”, algo que já nasce com o ser, o oposto da transcendência. Ou seja, segundo a autora, na pré-história, a mulher continuava como o animal, presa ao próprio corpo e tolhida de exercer outros esforços que não as limitantes funções reprodutoras, gerando incessante e desregradamente, enquanto os machos desenvolviam a busca, a caça e a pesca, transcendendo suas funções. A dor do parto relacionava-se a uma reprodução de um ciclo de vida animal e os infanticídios e mortes prematuras eram frequentes.

Assim como Beauvoir (2017), Ariès (1986) exprime suas ideias ao colocar que mulheres e crianças, na antiguidade, eram consideradas seres inferiores, sem méritos, inclusive, de vivenciar diferentes experiências, sendo a duração da infância reduzida e até desconhecida. Inclusive, fazendo um breve salto ante as épocas, até meados do século XVII, o próprio conceito de amor da mãe aos filhos era diferente, pois muitas crianças eram entregues às amas, desde recém-nascidos, e só retornavam cinco anos depois, já “criados” (BADINTER, 1985).

Retomando, então, se enquanto nômades não havia um pré-estabelecimento da desigualdade entre homens e mulheres, segundo Beauvoir (2017), quando se instalam num território e o homem torna-se agricultor, surgem as instituições e o direito. Fixado num local, o homem começa a pensar o mundo e a se pensar. A partir de então as crianças passam a assumir outros papéis. Ao se apropriar de um território, exige-se uma posteridade, que será concedida pelos herdeiros. A maternidade começa a se encontrar como uma função sagrada.

A autora descreve que a maternidade comporta uma existência “naturalmente” sedentária, assim, a mulher permanece no lar enquanto o homem guerreia, transcende suas funções. Nunca existiu um período em que a mulher se prestigiasse de um matriarcado. Ela sempre se encontrou sob a tutela dos homens, seja o pai, o irmão mais velho, os filhos, ou à submissão ao marido.

Beauvoir (2017) continua sua narrativa apontando, também, críticas ao cristianismo, que respeitava as imagens de virgem consagrada e a ideia de esposa

dócil e casta. Apresenta-se, a partir deste período, a visão da mulher como impura e má por natureza. O homem sabe que a mulher, aqui, tem uma função indispensável como perpetuadora de sua existência através dos filhos, pois passam a reconhecer os filhos como seus e neles se realizarem e se superarem. Porém, integra-se a mulher à sociedade, desde que ela se submeta aos valores e ordens determinadas pelos homens, se purificando de sua mácula original.

É a ambivalência que marcará a história da mulher. A autora usa como exemplo costumes da época bíblica de árabes e judeus para ilustrar como a mulher era também vista como patrimônio do homem, pois ela nada possuía, além do poder de lhe dar os herdeiros de suas terras e bens. Enquanto os patriarcas eram polígamos, e repudiavam suas mulheres, as jovens esposas precisavam estar virgens para não serem lapidadas.

Questões, estas, divididas pelo psicanalista Contardo Calligaris no livro “Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo”, em que o também cronista dialoga com a psicanalista Maria Homem sobre a sensação que lhe acomete de que as mudanças acerca da situação da mulher precisam acontecer no bojo de uma estrutura cultural maior, mais profunda e antiga. (HOMEM; CALLIGARIS, 2019). Para os autores, a fundamentação da cultura ocidental, desde a Grécia Antiga e se acentuando na tradição judaico-cristã, é por excelência machista e misógina, de maneira que as sociedades ocidentais foram construídas não apenas para dominar mulheres, mas para odiá-las.

Beauvoir (2017) desmonta, nesse sentido, o retrato da mulher forte que foi construída acerca da imagem de quem vivia confinada aos trabalhos domésticos e o “pão da preguiça”, ela não comeria. Ou seja, mesmo atendendo às expectativas da época, de castidade e trabalho duro, a mulher é considerada impura e permeada por tabus, cujo testemunho não tem valor e a justiça não aceita. Temas que entram em questão até os dias de hoje.

Quando Chico Buarque, em 1976, compõe sobre “As mulheres de Atenas”, o mesmo faz menção à sociedade patriarcal de Atenas, na qual as mulheres encontravam-se, em sua maioria, submissas, desventuradas e sem direitos garantidos. Ao dizer “*mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas, vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas; quando eles embarcam soldados, elas tecem longos bordados, mil quarentenas*”, Buarque provoca a sociedade brasileira à reflexão. Na época o Brasil passava por uma ditadura militar extremamente

opressora, na qual as mulheres eram compreendidas a partir dos valores pregados na antiguidade. Militares desejam ver na mulher, uma mãe, afirma Beauvoir (2017). Em outra estrofe, Buarque enfatiza a questão da maternidade: *“geram pros seus maridos os novos filhos de Atenas. Elas não têm gosto ou vontade, nem defeito, nem qualidade; têm medo apenas; não tem sonhos, só tem presságios”*. O que acaba por confirmar os ditos, supracitados, da autora, sobre a função da mulher enquanto mãe nas sociedades antigas, que em muito influenciaram a construção da identidade feminina ocidental de hoje.

A leitura da obra de Beauvoir (2017) também retrata Roma na Antiga República e apresenta a mulher romana como uma falsa possuidora de emancipação, ou seja, tem uma liberdade inócua de ser livre para nada.

Com o passar do tempo e no fim da era feudal, não era mais necessário defender militarmente o feudo, pois o mesmo tinha valor em moeda, sendo assim, a força física, exclusivamente masculina, não mais importava. Entretanto, continua a autora, o que se mantém útil é a subordinação feminina, caso a mulher seja casada, pois ela ganharia um pouco de terreno, mas o poder do marido ainda é soberano.

Logo, gera-se um paradoxo que é observado até os dias atuais, pois a burguesia, ao se constituir, procura pelas mesmas leis. Quando a mulher se casa, afirma Beauvoir (2017), a mesma cai sob a tutela do homem, que pode agredi-la e fiscalizá-la. Sendo assim, é na classe dos que possuem riquezas que a dependência da mulher é mais concreta, pois o servo e sua esposa nada possuíam. Eram os laços de trabalho e de interesses que os uniam e os igualavam. A mulher não era, nesta pequena comunidade rural, nem coisa e nem serva. É pelo trabalho livre que a mulher conquista autonomia e localiza seu papel econômico e social.

A autora entende a emancipação como algo existente somente fora do casamento, pois a mulher rica paga sua ociosidade com submissão. Portanto, pode-se observar como, em tais condições, é raro que a mulher tenha conseguido agir ou manifestar-se, pois mesmo nas classes trabalhadoras, sem desigualdade evidente entre os sexos, a opressão econômica retira as possibilidades enquanto indivíduo. Na burguesia e na nobreza, a mulher é controlada enquanto sexo, pouco instruída, mesmo no século XVI, e tem uma existência parasitária. Somente rainhas e reagentes tem a soberania exaltada acima do sexo.

É a partir do século XVIII, que maiores liberdades e independências serão notadas. Os costumes permanecem severos, nos quais a jovem obtém apenas uma

educação sucinta, é casada ou deixada num convento contra sua vontade, e a burguesia, em ascensão, impõe uma moral rigorosa à esposa. Porém, o desaparecimento da nobreza concede às mulheres maiores autorizações, nas quais conventos e casamentos não são tão atraentes como a busca por prazer. O que, para muitas, essa liberdade, essa busca, soa como algo negativo e abstrato (BEAUVOIR, 2017).

A autora permanece em sua narrativa histórica e retrata o ideal democrático e individualista do século XVIII como algo favorável às mulheres. Filósofos e pensadores passaram a denunciar as condições em que elas viviam. Abordaram a prerrogativa da subordinação à vida do lar como uma crueldade e injustiça, pois as mesmas poderiam se voltar para uma ação política, como bem defendia Montesquieu e demais importantes pensadores da época.

Imaginou-se que a Revolução Burguesa transformaria o destino das mulheres. Entretanto, conforme Beauvoir (2017), esta revolução foi feita por e para homens, quase exclusivamente. Valores burgueses foram mantidos assim como o respeito às instituições. Se as mulheres da classe proletária tinham mais independência enquanto sexo, caberia a elas reclamar por direitos. O que não ocorreu devido uma tradição de timidez e submissão que pairava sobre as mesmas.

As reivindicações femininas das atas dos Estados Gerais limitaram-se a uma única sentença. Sendo assim, Beauvoir (2017) considera que somente quando o poder econômico cair sobre as mãos dos trabalhadores que será possibilitado à proletária conquistar capacidades que a mulher burguesa, parasita, nunca conseguiu.

Para a autora, a burguesia obedecia ao programa de sujeitar as mulheres ao lar para que não sejam “desonradas”, ou seja, divorciadas. Assim, são escravizadas à cozinha e ao lar, fiscalizadas e travadas para qualquer tentativa de independência. Em troca, honravam-nas com delicadezas, “cavalheirismos”. O homem cede o primeiro lugar, as desobrigam das tarefas penosas e da preocupação, ou seja, tiravam-nas de toda responsabilidade. O esperado era que assim, seduzidas pela facilidade de sua condição, aceitassem os papéis de dona de casa e mãe, as que desejavam confinar.

O fato é que as mulheres da burguesia cedem e aceitam estes papéis, pois fazem questão de seus privilégios de classe. A emancipação feminina enfraquece a burguesia. Longe do homem ela seria condenada ao trabalho e não teria sequer

garantia de bens. As burguesas não se solidarizam com as mulheres da classe proletária. Afinal, estão muito mais próximas do marido do que das operárias da indústria têxtil, alega a filósofa.

Entretanto, o que de fato influencia nos acontecimentos históricos é quando a mulher passa a reconquistar a importância econômica que perdera desde as épocas pré-históricas, pois, com a fábrica, ela consegue sair de casa e participa na produção (BEAUVOIR, 2017).

A autora acredita que a máquina modifica a dinâmica de trabalho e por consequência, a desigualdade entre os sexos se minimiza. Considera uma grande revolução, do século XIX, que abre para a mulher uma possibilidade de transformação em seu destino. O trabalho manual e a força masculina não se veem mais como algo central.

Engels é citado por Beauvoir (2017) ao concordarem que a mulher se verá emancipada quando o trabalho doméstico não for mais lhe solicitado, a não ser por um tempo insignificante. Ela precisaria, então, tomar grande parte da produção.

Todavia, o que acontece de fato é uma exploração do trabalho feminino em troca de salários que não custeavam nenhuma de suas necessidades:

[...] Os patrões muitas vezes as preferem aos homens. 'Trabalham melhor e mais barato'. Esta fórmula cínica esclarece o drama do trabalho feminino. Porque é pelo trabalho que a mulher conquista sua dignidade de ser humano; mas foi uma conquista singularmente árdua e lenta (BEAUVOIR, 1970, p. 149).

Inicia-se, portanto, uma luta incessante por condições dignas de trabalho, que não as mesmas de 1831, nos quais as operárias trabalhavam 17 horas por dia. A princípio, elas não se organizavam em sindicatos e a pensadora destaca em sua obra a associação realizada por Marx, entre a mulher e o animal: sendo de luxo ou de carga, sempre acaba mantida pelo homem, seja "não trabalhando" ou se matando no trabalho.

Tiveram, assim, de se contentar com os salários fixados num nível menor que dos homens, com inúmeras justificativas para este fato. Elas não souberam se defender contra os exploradores, pois foi observado o seio de uma sociedade na qual a mulher estava à procura da emancipação pelo trabalho (BEAUVOIR, 2017).

A autora compara esta problemática à mão de obra negra nos Estados Unidos. Ao afirmar que as minorias, oprimidas, são utilizadas pelos seus opressores



como uma arma contra o conjunto da classe a que pertencem, observa-se como estas minorias são consideradas “inimigas”. Somente através de uma consciência mais profunda da situação, que os interesses de brancos e negros, operárias e operários possam se reunir em vez de oporem-se.

A leitura realizada é a de que trabalhadores masculinos possam ter compreendido tal concorrência feminina, como uma ameaça e, assim, apresentaram-se hostis. Portanto, somente com a vida sindical que as reivindicações das mulheres começam a ser ouvidas. Já em 1906, quase 50% das mulheres entre 18 e 60 anos estavam empregadas na agricultura, na indústria, no comércio, nos bancos, nas companhias de seguros, nos escritórios e em profissões liberais em algumas partes da Europa (BEAUVOIR, 2017).

Dessa forma, ao abordar o materialismo histórico, esta pensadora concorda que a humanidade não é uma espécie animal que sofre de maneira passiva a presença da natureza, e sim, a retoma em suas mãos, ou seja, é uma retomada de posse efetuada na práxis. A mulher, nesta dinâmica, não poderia ser resumida a um organismo sexuado. A consciência de si não está definida somente por sua sexualidade, mas muito pela estrutura econômica da sociedade.

Neste sentido, Prosbt (2003) efetua uma crítica ao afirmar que o chamado “mundo dos negócios” foi construído a partir do estereótipo de que mulheres se dão melhor com amenidades, humanidades e sentimentos. Este seria, assim, um mundo feito por e para homens e, nesta lógica, muitas crenças determinavam o marido como provedor do lar. Entretanto, com as I e II Guerras Mundiais, as mulheres tiveram que assumir essa posição “masculina”, ingressando no mercado de trabalho. Explorações não deixaram de existir, mas em tempos modernos, estas mulheres foram conquistando seu espaço, com muito esforço.

O que se conclui, portanto, é que Simone de Beauvoir, apesar de inserida numa sociedade conservadora e vinda de uma família tradicional, não se conformou com a condição de vida que a mulher deveria ter, segundo as exigências e imposições sociais da época, optando pela luta para a garantia de seus direitos (MONTEIRO; GRUBBA, 2017).

As consideradas conquistas feministas serão, por fim, apresentadas a seguir com maiores minúcias a fim de maiores esclarecimentos para com a temática da mulher relacionada ao trabalho e à maternidade.

## 2.2 AS ONDAS DOS FEMINISMOS NO BRASIL E NO MUNDO

Como supracitado, a mulher sempre se encontrou na luta, seja dentro ou fora do lar. O respaldo histórico permitiu a concretização desta ideia. O movimento feminista propriamente dito aparece de encontro com a busca por condições dignas de vida, pela importância da mulher nas conquistas políticas, econômicas, culturais e sociais (MONTEIRO; GRUBBA, 2017).

O feminismo ameaça o status quo. Este, enquanto movimento, busca organizar práticas políticas que reivindicam mudanças progressistas a favor das mulheres, em busca de igualdade de gênero. Mas quais mulheres? Neste tópico há a explanação das ondas do movimento, desde seu início até os dias atuais, especialmente no Brasil. Reflexões e questionamentos acerca do termo são revisados. A quem e para que serve o feminismo? É preciso considerar as múltiplas facetas da temática.

Arrisca-se a dizer que o feminismo surgiu a partir das ideias iluministas, entre 1680 e 1780. Entretanto, as origens políticas do movimento se tornaram visíveis a partir da Revolução Francesa, em 1789, com o requerimento da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, que reivindicavam às mulheres: igualdade, liberdade, justiça e livre comunicação de suas opiniões (MONTEIRO; GRUBBA, 2017).

Sendo assim, mesmo diante de críticas acerca de sua periodização, a história do movimento feminista é descrita em ondas. Conforme os “ciclos de protesto”, ou seja, as fases de conflitos mais intensos, novas ondas foram sendo demarcadas. (TARROW, 1994 apud PEREZ; RICOLDI, 2019). Evidentemente que para cada contexto histórico, político e social, variam-se os acontecimentos, ou seja, a terceira onda, por exemplo, no Brasil, se difere da de outros países.

O sufrágio feminino, portanto, foi um traço de destaque da primeira onda. Esta onda pode ser definida entre meados do século XIX e início do XX, quando mulheres de classe alta e bem instruídas se levantaram na defesa de direitos políticos. Entretanto, cabe ressaltar que a luta por igualdade não deu início na primeira onda feminista, pois esta luta acompanhou a mulher durante toda sua trajetória histórica. A ideia de “ondas” organiza a realidade ao apontar as tendências, mas não pode ser vista como limitadora, desconsiderando a trajetória da esfera social (PEREZ; RICOLDI, 2019).

Como aborda Monteiro e Grubba (2017), no contexto brasileiro, os direitos das mulheres eram nulos, durante todas as épocas: Brasil Colônia, Império e Republicano, a mulher foi vista como alguém incapaz que precisava de tutela.

Assim, segundo Pereira (2015), o período do Brasil Colônia abre debate para a questão da concentração da mão de obra feminina negra na prestação de trabalho doméstico. Nas funções de amas e criadas, o que se costuma retratar é uma convivência subalterna com as famílias e uma expressão de afeto no cuidado com as crianças, como uma habilidade.

Ou seja, há uma crença de que as relações escravistas foram mais amenas nas escravas domésticas, o que é desvelado quando a autora apresenta algumas atitudes das amas frente às condições opressivas que viviam. Nos exemplos, Pereira (2015) cita desde a condescendência, até as expressões abertas de hostilidade, como, por exemplo, quando uma ama matou, irritada, um bebê branco.

Com a criança, morre também o estereótipo da ama fiel e amorosamente devotada à criança branca. Afinal, conquanto muitas amas por certo afeiçoaram-se às crianças a que se dedicaram, tais vínculos se forjaram às custas da proximidade com suas/seus próprias/os filhas/os ou, de qualquer forma, independentemente de sua vontade. Ainda que trágica, a história é representativa do grau e da natureza da violência a que estavam submetidas as amas, resultando em intensos conflitos internos e externos que, no limite, culminavam em eventos nefastos. Também o desempenho dos afazeres domésticos apresentava tensões latentes ou abertas, ancoradas em relações de autoridade, dependência e hierarquia, mesmo quando envolviam a concessão de privilégios (PEREIRA, 2015, p.825).

O que este artigo permite é a compreensão de que a escravidão doméstica, enquanto sistema social de dominação e exploração tem como característica tanto certos afetos, como divulgado, quanto as violências. E categorias como “família” entram em debate nesse sentido, pois essa realidade, em certo modo, ainda se reflete na sociedade brasileira. Este recorte é necessário, pois ainda hoje se vê relatos de domésticas assalariadas que precisam passar menos tempo com sua própria família, para cuidar de outrem. Destaca-se aqui, a Emenda Constitucional 72/2013 (PEC das domésticas), que foi regulamentada somente em 2015, para que elas tivessem o direito de trabalhar sob regime CLT (CRUVINEL, 2013). Debate, este, imprescindível quando se fala sobre feminismo e dupla jornada de trabalho.

O Código Civil Brasileiro de 1916, por sua vez, ainda fazia referência à mulher casada como alguém incapaz, mesmo já trabalhando. Ela não podia votar e, com isso, a primeira onda feminista no Brasil também foi identificada pela luta sufragista,

na década de 1930. Sua precursora foi Bertha Lutz, bióloga brasileira, nascida em 1894, que ganhou destaque na busca por direitos jurídicos iguais entre homens e mulheres no Brasil. Foi a segunda mulher a ingressar no serviço público brasileiro e ficou reconhecida em âmbito mundial como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras (MONTEIRO; GRUBBA, 2017).

O movimento a qual participou conseguiu com que, em 1932, o decreto-lei, assinado por Getúlio Vargas, concedesse à mulher, o sufrágio. “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código” (BRASIL, 1932, s/p).

Entretanto, certos autores colocam Bertha Lutz como representante de um feminismo “bem comportado”, exatamente por dedicar-se aos anseios de mulheres de classe média alta, que eram os políticos. Por outro lado, o feminismo “mal comportado” preocupava-se “com os direitos das trabalhadoras das classes baixas que cumpriam extensas jornadas de trabalho e sofriam assédio de seus chefes ou de patrões” (JARDIM PINTO, 2003 apud VÁZQUEZ, 2012, p.60).

A pesquisadora Rago (2012) não define, inicialmente, o movimento feminista enquanto onda, mas apresenta as ideias do feminismo liberal e do feminismo anarquista de meados do século XX. Eles valorizavam em certa medida o ideal de “mãe civilizadora” e procuravam colocar a maternidade como divino e politizado.

O que se via na prática era o feminismo liberal, em sua maioria, branco e burguês, considerando que a “esposa perfeita”, deveria anular-se na presença do marido e diversas publicações da época sugeriam “ser galante e boa dona de casa” (RAGO, 2012, p.25). Defendia-se que uma qualidade fundamental da mulher era o desejo em agradar o marido antes de tudo. Em 1924 foi publicado um “decálogo da Esposa” propondo que o amor da mulher pelo esposo deveria ser como o amor por um deus, lhe dando carinho “acima de tudo”. Ela não poderia pedir nada supérfluo para o lar e deveria esperá-lo sempre, mesmo quando abandonada.

A pesquisadora também relembra que, os positivistas da época, ao repetir Comte, diziam que o dinheiro, algo sujo e público, não deveria ser lidado por mulheres, seres tão delicados. Ao mesmo tempo em que as feministas da época valorizavam este discurso da vida privada e da função materna, não excluíam a ideia de que deveriam ascender ao mundo público em igualdade com os homens (RAGO, 2012).

A autora ainda expõe que as feministas liberais generalizavam e faziam das mulheres da elite e das camadas médias, que tinham acesso à cultura e à política, as únicas responsáveis pela revitalização moral da sociedade. E mesmo defendendo a entrada na esfera pública, mostram que isso não significaria uma destruição da família, pois “a mulher moderna” precisava comportar-se de modo específico nos espaços da vida social, e tinha que seguir os critérios físicos de aparência, por exemplo.

Sendo assim, esta primeira onda, caracterizada como maternalismo por algumas autoras como Biroli (2014 apud INSFRAN; MUNIZ, 2020) e Vazquez (2012), foi definida como “feminismo igualitarista porque defendia majoritariamente os direitos civis e ainda não era questionado o papel que a maternidade exercia sobre a vida das mulheres” (COSTA, 2009, apud INSFRAN; MUNIZ, 2020, p.30).

Portanto, esta “esposa-dedicada-mãe” ideal é criticada com veemência nos anos de 1960, principalmente pelas novas feministas intelectualizadas que defendem, a partir de então, o “amor livre”, o “direito à maternidade voluntária”, o divórcio e o aborto (RAGO, 2012).

É a partir desta década que se inicia a segunda onda do movimento, na qual as influências teóricas apropriam-se da obra de Beauvoir, *O Segundo Sexo* (PEREZ; RICOLDI, 2019). Nesta onda, há tanto críticas acerca da segregação realizada na primeira onda, quanto debates sobre a percepção ahistórica da maternidade e seu papel na opressão sofrida pelas mulheres (INSFRAN; MUNIZ, 2020).

Em um primeiro momento a maternidade foi reconhecida como um handicap (defeito natural) que confinaria as mulheres em uma bio-classe. Logo, a recusa da maternidade seria o primeiro caminho para subverter a dominação masculina e possibilitar que as mulheres buscassem uma identidade mais ampla, mais completa e, também, pudessem reconhecer todas suas outras potencialidades (SCAVONE, 2016, p. 139).

Este feminismo da segunda onda foi conhecido como “centrado na mulher” e valorizava a livre escolha da maternidade. Na França de 1970 eclodiu a expressão “*un enfant, si je veux, quando je veux*” [‘uma criança se eu quiser, quando eu quiser’]” (SCAVONE, 2016, p. 139).

Dessa forma, a contribuição do feminismo para a desnaturalização da maternidade é uma premissa incontestável (INSFRAN; MUNIZ, 2020). Entretanto, enquanto nos EUA e na França esta segunda onda ganha maior força pela

contestação política e cultural, no Brasil ela aconteceu durante a ditadura militar, especificamente próximo dos anos 70. A oportunidade para discutir publicamente as demandas das mulheres só apareceu pela proclamação do Ano Internacional da Mulher, em 1975, pois via de regra tais debates eram proibidos, afirmam as pesquisadoras (PEREZ; RICOLDI, 2019).

Neste período, os movimentos sociais em geral, reivindicavam a independência do Estado opressor. A institucionalização do movimento feminista foi a união das organizações feministas com um movimento maior de proliferação de ONGs. Este feminismo composto por profissionais capacitadas, empregadas no Estado ou nas organizações, nomeado institucional, foi a terceira onda no Brasil. Nesta onda, o termo gênero ganha impulso e as ONGs discutem questões relativas à raça e a diversidade sexual (ALVAREZ, 2014; MATOS, 2014).

Em âmbito mundial, a terceira onda nos EUA é já marcada pelo conceito de interseccionalidade. “Interseccional” é um termo que considera a superação do feminismo branco, classe média e conjuga elementos identitários como raça, gênero, classe, sexualidade. Outro ponto de destaque desta onda é a “abordagem pós estruturalista da sexualidade e a ampla incorporação desses estudos pelo campo do gênero, no qual autoras como Judith Butler são representativas” (PEREZ; RICOLDI, 2019, p.5).

A ideia de um feminismo plural é compartilhada por Butler (2013), que entende o feminismo como um processo de autocrítica sobre o que produz e desestabiliza categorias de identidade. Para a autora, a desconstrução não é negar ou descartar, e sim colocar em questão, abrir um termo à reutilização.

No feminismo, afirma Butler (2013), compreende-se uma necessidade política para falar enquanto e pelas mulheres, recorrendo à política de identidade. É reconhecido que as manifestações e as questões legislativas precisem reivindicar em nome de um grupo único chamado “mulheres”, entretanto, é preciso reconciliar esta necessidade com uma outra, que é o fato de invocar a categoria “mulheres” como descrevendo a clientela que o feminismo fala. Há quem defenda as mulheres enquanto mães, em suas demandas específicas de interesse legal e político na representação. Outras, entendem a maternidade como uma relação social. Há inúmeras possibilidades.

Cada vez que essas especificidades são articuladas, há resistência. Formam-se grupos dentro deste todo supostamente unificado pelo elemento em comum. Um

exemplo seria o que ocorreu no começo da década de 80 quando o “nós” feminista foi atacado por mulheres negras afirmando, justamente, que tal discurso era invariavelmente branco. Sendo, por si, uma fonte de dolorosa divisão (BUTLER, 2013).

Tais esforços em nome de uma unicidade são produtoras de facções ou até de uma rejeição completa do feminismo. Nem todas as mulheres são mães. Algumas se acham jovens, outras são mães e não acham que este é o ponto central de sua politização no feminismo, e outras, ainda, não desejam ser mães. O que Butler (2013, p.24) defende, por fim, é que “qualquer esforço para dar conteúdo universal ou específico à categoria mulheres, supondo que essa garantia de solidariedade é exigida de antemão, produzirá necessariamente facções”. Ou seja, a identidade “mulher” não se sustenta enquanto uma base sólida para um movimento político feminista, segundo a autora.

O que explica por que autoras como Angela Davis, por exemplo, alegam que “a segregação entre os movimentos feministas de brancas e negras ocorreu em todas as ondas e persiste ainda hoje em todo o mundo” (INSFRAN; MUNIZ, 2020, p.29)

Assim sendo, a quarta onda no Brasil, que ainda está em elaboração, é marcada pela interseccionalidade e formam-se diferentes correntes. O uso em massa de redes sociais, tecnologia e o ativismo digital são outras características que produzem debates sobre identidade e corpo, como a visibilidade trans e a luta contra a gordofobia (PEREZ; RICOLDI, 2019).

Apesar deste olhar interseccional ter início já na terceira onda no mundo, nele, permite-se que os movimentos feministas adotem a campanha pelo fim da discriminação contra mulheres negras e contra o ódio à população LGBT. Sendo assim, esta abordagem interseccional exige a consideração do intercruzamento das desigualdades na inclusão de grupos para garantir os direitos dos mesmos. As próprias vertentes atuais (liberal, radical, interseccional, negro, marxista, lésbico, anarquista, transfeminismo, entre outras) mostram o quanto os movimentos se abrem para diferentes clivagens sociais, mesmo que não se denominem interseccionais. Desta forma, as intersecções entre os movimentos feministas, movimento negro e LGBT, são destaques na quarta onda, segundo as autoras supracitadas.

Neste novo contexto de uma militância digital, possibilita-se que os movimentos tenham uma atuação para além do país, diminuindo fronteiras e intensificando a comunicação para que as discussões e mobilizações que estão sendo feitas em vários países cheguem ao Brasil. Entretanto, muitos brasileiros não têm acesso à internet. Mesmo havendo 39,3 milhões de domicílios conectados em 2015, segundo IBGE (2016), ainda assim muitos estão limitados ao acesso, o que varia de região, faixa etária e classe social. Ou seja, quanto maior a renda mensal domiciliar, maior o percentual de domicílios com internet. O que denuncia, desta forma, o público que acessa e divulga o feminismo nas redes e ressalta que a luta feminista também é realizada fora das mídias digitais, afirmam as autoras.

A quarta onda no Brasil se definiu, por fim, como digital, interseccional, fluida e plural (PEREZ; RICOLDI, 2019). Inúmeros progressos dentro do movimento, como, por exemplo, o reconhecimento de que o Brasil é um país machista, podem ser notados. Tal reconhecimento indica posturas mais críticas e atentas frente ao cotidiano, além de revelar impasses diante da reestruturação das relações de gênero na sociedade. Gonzalez (2014) ao realizar esta pesquisa, afirma que 90% dos homens e 94% das mulheres, em 2010, acreditavam que o Brasil era um país predominantemente machista. Entretanto, a situação das mulheres foi considerada melhor que há três décadas atrás por 65% das entrevistadas em 2001, e em 2010, o percentual foi para 74%. Destaca-se, essencialmente, que tal satisfação está associada às jovens e diretamente proporcional à maior escolarização e melhores condições socioeconômicas.

Sendo assim, há um longo caminho a ser percorrido, pois mesmo que reconheçam a realidade brasileira como machista e tenham uma visão mais positiva sobre ser mulher, o esperado é que não apenas as opiniões, que revelam estruturas sociais e culturais, mudem, mas as práticas e ações também, pois nelas se concretizam as transformações e conquistas (GONZALEZ, 2014).

Nesse sentido, apesar de não haver um consenso no interior do feminismo sobre as perdas e ganhos ao longo das décadas, o indiscutível é que as mulheres foram se afirmando no mundo público e revelando suas criatividade e potencialidades. Entretanto, continua Rago (2012), estas árduas conquistas alcançadas não estão definitivamente garantidas. São constantemente ameaçadas pelo conservadorismo machista que paira sobre os parlamentares e a população.



Conclui-se, portanto, que além de desconstruir configurações ideológicas, conceituais, políticas, sexuais e sociais que regiam o mundo, o feminismo deu visibilidade “às formas insidiosas e perversas da exclusão que operam sobretudo na esfera pública” (RAGO, 2012, p.43). Da mesma maneira, propôs novos tipos de organização social e sexual, essenciais para a construção de relações mais igualitárias, não somente entre os sexos, mas a fim de construir um novo conceito de cidadania, num campo em constante transformação. Assim, conclui a autora, o feminismo enquanto modo de pensamento ou conjunto de práticas políticas e sociais vem contribuindo com vigor na crítica cultural da contemporaneidade.

### 2.3 O PAPEL DA MULHER: DESMISTIFICANDO-O

Tendo em vista que a submissão à maternidade dentro do casamento e os cuidados da prole, do marido e da casa eram uma realidade designada às mulheres, Betty Friedan lança “A Mística Feminina” nos anos 60 e denuncia o mal-estar manifesto em milhares de donas de casa cercadas de um vazio existencial e uma profunda crise de identidade (FRIEDAN, 1971 apud MEIRELLES, 2008). O que denuncia, por sua vez, a insatisfação frente as condições que viviam.

Atualmente, verifica-se diversas vertentes do feminismo e nelas promovem-se debates sobre o papel que as mulheres exercem na sociedade, seja como profissional, mãe, esposa, estudante, entre outras possibilidades. Entretanto, mesmo que a maternidade esteja sendo considerada, cada vez mais, enquanto uma escolha, ainda se observa certa tentativa em resgatar a denominada “essência feminina”, de delicadeza e zelo, nas chamadas “mulheres modernas”. Muitos acreditam que ao aderir à produtividade, elas se “masculinizaram”. Porém, a análise que pode ser feita deste discurso é que isso acaba por impor um ideal de feminilidade que afasta as mulheres de tudo aquilo que as liberou, colocando essa essência como uma forma de devolver a mulher à sua “condição natural”: de mãe, cuidadora, do lar. Ou seja, todo esforço do movimento feminista foi em direção contrária à esta consideração, voltando-se para a ideia de que a maternidade é uma escolha e não um destino. Assim, observa-se a complexidade desta temática.

A maternidade não é uma nova pauta, mas diferentes perspectivas são formuladas com o tempo. De acordo com Cyrino (2009), na sociedade brasileira, parece prevalecer uma naturalização do papel feminino que “biologiza” as funções

de cuidado com os filhos, administração da casa, entre outros. Logo, é como se a natureza também concedesse à mulher, um “instinto materno”, que saberia lidar com esta demanda “natural” de ser mãe, sempre com amor e carinho.

O que Elizabeth Badinter (1985) questiona e critica em “Um amor conquistado: o mito do amor materno” é justamente esta crença generalizada de que o amor materno é um sentimento da natureza feminina. Nesse sentido, ela conclui que o amor materno é como um sentimento humano dentre outros, adquirido que varia conforme as flutuações socioeconômicas das épocas.

Qual seria, então, o papel da mulher, se não os compromissos com a casa e o maternar?

Como fora visto, as mulheres sucumbiram, por milênios, às atividades reprodutoras. Seja ao gerar, amamentar, cuidar e/ou zelar. No lar, limpavam, cozinhavam, organizavam. Tais tarefas, e inúmeras outras associadas, podem ser interpretadas de diversas maneiras: seja como uma imposição, uma obrigação incontestável e/ou como fonte de prazer. O modo como cada uma compreende este tema, depende da maneira que tratam e distribuem este conhecimento.

Representações sociais, segundo Serge Moscovici (2003 apud CYRINO, 2009, p.78) “são uma forma de criação coletiva e constituem um sistema de valores, ideias e práticas que são reforçadas pela tradição, constituindo-se em uma realidade social”. Assim sendo, é preciso, segundo o autor, estabelecer uma distância crítica do mundo cotidiano e do senso comum, nos quais as representações sociais circulam, pois:

sendo gênero uma construção social, é fundamental o questionamento de representações tradicionais de gênero que contribuem para que homens e mulheres se percebam de maneira a-histórica, eternizados em determinados comportamentos e atitudes que são interpretados como parte da natureza masculina ou feminina (CYRINO, 2009, p.78).

Por isso, é preciso inclinar a problematização para o viés da inexistência de uma homogeneidade, desmistificando esta visão idealizada sobre as mulheres (GONZALEZ, 2014). Elas não são todas iguais. Um papel, uma atividade e/ou uma função não devem ser atribuídos de acordo com seu gênero, diferenciando o que é “papel do homem” e o que é o da mulher.

É necessário levar em conta o contexto étnico e cultural nas análises de gênero, considerando que existe apenas mulheres e homens em diferentes

condições socioculturais, não uma natureza determinante que dita o que cada um deve exercer (BARBIERI, 1992 apud CYRINO, 2009).

Nesse sentido, o mundo do trabalho, a escola, a família e outros tipos de instituições podem ser os principais responsáveis pela perpetuação das diferenças de gênero, tão enraizadas na sociedade ocidental.

### **2.3.1 Gênero e instituições sociais**

Neste subtópico, verifica-se a necessidade de pontuar a relação entre esses moldes que a sociedade determina aos gêneros, e a maneira como as instituições sociais, especificamente a escola e a família reproduzem essa dinâmica ou não.

Segundo Cardoso e Santos (2014) os ditos que a sociedade constrói afirmam que “meninas não gostam de cálculos” e “meninos são predispostos às exatas”, num estudo que analisou a aprendizagem com a disciplina Matemática e sua relação com os gêneros. Esses ditos provocarão marcas e efeitos nos alunos.

Nesta pesquisa, Butler (2010 apud CARDOSO; SANTOS, 2014) é mencionada ao compreender gênero enquanto significado cultural que é assumido pelo corpo sexuado. Frente a isto, o que os autores apontam é para a desigualdade nas relações de gênero da escola, designando o lugar de baixo desempenho na leitura como o esperado nos meninos. A justificativa é que os mesmos parecem possuir certa desatenção, desobediência e indisciplina, que dificultam o processo. Sendo assim, não cabe à menina errar e não saber ler, afinal, o lugar do erro é deles (PARAÍSO; GONÇALVES, 2009 apud CARDOSO; SANTOS, 2014).

Ao naturalizar e cristalizar características a partir dos estereótipos de gênero, Cardoso (2011 apud CARDOSO; SANTOS, 2014) defende que um constante sentimento de competição é criado entre os homens ao passo que às mulheres resta a passiva aceitação de uma condição de “menos inteligente” a elas atribuída pelos meninos.

O que Paraíso (1997 apud CARDOSO; SANTOS, 2014) afirma é que o gênero é um campo de silêncio do currículo na medida em que naturalizam as relações e os comportamentos produzidos por meninos e meninas, de forma com que os sujeitos envolvidos não percebam que isso é uma construção reproduzida.

Quando se repete a um menino “empurra ela na gangorra porque você é forte!” ou quando se escuta de um deles que “eu queimei minha perna na moto, mas não chorei porque homem não chora”, fica claro que tipo de identidade masculina e feminina tem sido divulgada e disponibilizada por várias instâncias envolvidas na formação das crianças e na produção de meninas e meninos (CARVALHAR, 2009, p. 90).

A relação é a de que meninos tem afeição ao futebol, aos carros e chaveiros, enquanto as meninas ligam-se às bonecas, cozinha, decoração, etc. Tal produção genérica também é reproduzida em livros didáticos pesquisados pelos autores nos quais os homens são pilotos, jogadores e pedreiros, enquanto mulheres são cozinheiras, costureiras e arquitetas.

Assim, este trabalho sobreposto, problematiza as relações de gênero observadas no processo de ensino aprendizagem e serve como exemplo para retratar a forma que a educação contribui no desenvolvimento individual e como “transforma os(as) alunos(as) e os(as) colocam expostos(as) a demandas de meninos e de meninas, adequando-os(as) a sua cultura” (CARDOSO; SANTOS, 2014, p.350).

Um antigo estudo de Silva, Halperni e Silva (1999) confirma esta tese ao apontar o mundo do trabalho como um lugar considerável para analisar as diferenças de gênero, pois enquanto para a mulher era indicada a profissão relacionada ao lar e tudo que pressupõe o cuidar, as que se relacionavam ao construir, planejar e oferecer segurança, eram vistas como masculinas. A profissão de professora foi indicada a elas com quase 30% enquanto para eles, não chegou à 1%. Somente na função de diretor de escola que lembrou-se do homem e não da mulher.

Isto posto, faz-se necessário esclarecer uma diferenciação entre os termos gênero e sexo. No geral, sexo é o biológico, fêmea ou macho. Garcia e Duarte (2017, p.431) compreende gênero como um conceito que “engloba um espectro de definições sobre como os indivíduos se identificam e expressam seu gênero.” Faz referência a identidades construídas socialmente, pois é o que influencia o modo como os sujeitos se veem, se comportam e se relacionam, mas também relaciona-se a uma certa hierarquia social na qual, a depender do gênero da pessoa, maior poder e mais recursos lhe são ofertados (HEIDARI et al, 2017).

Desta forma, pode-se dizer que tanto sexo, quanto gênero, influenciam as relações sociais, com ênfase nas relações familiares, pois “a socialização é

ferramenta chave na constituição da identidade dos sujeitos” (CAMPOS; TILIO; CREMA, 2017, p.146).

Nesse sentido, vale ressaltar que o processo de desenvolvimento humano é contínuo e inicia-se na tenra idade, sem um estágio de conclusão. Ao chegar ao mundo, o bebê se desenvolve e possui forte influência das relações com o meio e com os sujeitos deste ambiente. É neste processo que o bebê começa a compreender e significar o mundo a sua volta e a si, estruturando sua personalidade para constituir-se como sujeito (WINNICOTT, 1994 apud CAMPOS; TILIO; CREMA, 2017). A importância dos pais e da família, neste sentido, apresenta-se como o contexto inicial na socialização. Eles são a instituição que leva significados e sentidos fundamentais no processo de subjetivação.

A identidade humana, se antes visto como estável e inflexível, vai abrindo espaço para uma ideia de fluidez, que abrange uma variedade de identidades possíveis como a de gênero, raça, sexualidade, classe, entre outras. Como o sujeito se percebe e atua no mundo, está ligado às relações que ele estabelece (OLIVEIRA; LEÃO, 2012).

A identidade de gênero relaciona-se à identificação dos sujeitos com os papéis que aquele gênero, na sociedade, exerce. Tanto a sexualidade quanto o gênero são temáticas que causam um interesse das instituições, seja ela a família, a religião, o saber médico, etc. Elas produzem sentidos estabelecendo, assim, certos modelos a serem seguidos, enquadrando homens e mulheres ao chamado “normal” ou “certo” acerca de suas subjetividades (FERREIRA; AGUINSKY, 2013).

Nesse sentido, lançando mão de Dessen (2010) e Foucault (2014), a pesquisa de Campos, Tilio e Crema (2017) pontua que é através da problematização da sexualidade e do gênero que se torna possível às famílias ter papel de destaque no desenvolvimento biopsicossocial dos indivíduos, principalmente sem suas sexualidades, tendo como consequência a transmissão de valores e de papéis sociais que reforçam as normas sociais de regulação das relações de gênero.

O que explica como o “ninguém nasce mulher, tornar-se mulher”, de Beauvoir (1970), é um processo cultural e historicamente construído, que resultam em relações compulsórias aos sujeitos. Este atravessa um processo de socialização, apoiado na naturalização, como a crença na fragilidade feminina de ordem física, sexual, psicológica e emocional. Sustentando, desta forma, relações de poder e

dominação (BEAUVOIR, 1970; BUTLER, 2003 apud CAMPOS; TILIO; CREMA, 2017; SILVA, 2000).

Outro ponto que os autores apresentam é o discurso que sustenta as relações práticas de gênero, como demarcados pelas relações de poder, devendo ter em mente quem, como, onde, quando e para quem são produzidas as condições materiais de produção (ORLANDI, 2013 apud CAMPOS; TILIO; CREMA, 2017).

Tendo em vista que o sujeito é posto em contato com normas e regras do exercício dos papéis de gênero pela família, a mesma acaba cumprindo função imprescindível em sua constituição subjetiva. A família transmite, segundo os autores supracitados, informações e também controla corpos.

Outro interessante estudo com grupos focais, afirma que, segundo os pais pesquisados, a educação dos filhos deve ser igual, independente do sexo. Entretanto, a prática revelou que, em seus domicílios, a existência de relações desiguais entre os gêneros pareceu mais uma regra do que uma exceção. E o que os pesquisadores usaram para compreender estas incoerências esteve amparado nas presentes tensões da contemporaneidade, que estão entre a tradição e a modernidade (CYRINO, 2009).

Mesmo alguns arranjos familiares parecerem mais tradicionais e outros menos, o discurso evidenciava a presença de negociações intensas de gênero, relacionadas à distribuição das tarefas domésticas. O tradicionalismo, nesse sentido, refere-se à associação entre mulheres e o cuidado com os filhos. A diferença entre os grupos de homens e mulheres mostrou-se presente a partir do momento em que o discurso dos primeiros, estava baseado na ideia de que elas eram insubstituíveis no âmbito doméstico, principalmente quando os filhos são pequenos. No segundo grupo, entanto, há um discurso feminista a favor da igualdade de oportunidades de trabalho, somado à ideia de que elas gostariam de uma diferenciação no emprego, através de uma carga horária menor que a do homem, para dedicarem-se à conservação da família (CYRINO, 2009).

Nesse sentido, observa-se a existência de inúmeros desafios que famílias encontram para realizar o que consideram ideal em teoria, e a distância disso para a prática. A família retratada a priori, explora um contexto patriarcal, que é a realidade escolhida para aprofundamento neste trabalho, mas não desconsidera que os mesmos padrões possam existir nas variadas formas de família reconhecidas atualmente. Padrão de reprodução este, que será muito observado ao destacar a

fase de aquisição da família, como nomeia Cervený e Berthoud (2002), autoras exploradas abaixo.

#### 2.3.1.1 O Ciclo Vital da Família: A Fase de Aquisição

A família irá construir a sua realidade de acordo com a história que foi compartilhada por seus membros. Pode-se compreender, desta forma, o ciclo vital da família como etapas evolutivas do desenvolvimento da vida familiar, ou seja, pelas fases que a família vivencia enquanto sistema, movendo-se através do tempo (CERVENÝ, 2002).

Tendo em vista a importância do estudo da família que reflete aspectos socioeconômicos-culturais, Cervený (2002) propôs uma caracterização da mesma ao longo do ciclo vital. São quatro etapas não circunscritas rigidamente: a família na fase de aquisição, na fase adolescente, na fase madura e na fase última.

A primeira destas fases, supracitada, terá maior e exclusiva ênfase neste trabalho, pois a fase de aquisição engloba o nascimento da família, pela união formal ou informal, aborda o nascimento dos filhos e também as fases iniciais que incluem a tarefa de aquisição. Nesta etapa, os cônjuges renegociam valores e regras de relacionamento, construindo o modelo particular de família que almejam construir e estas aquisições tornam-se o eixo propulsor que modelam o núcleo que está em formação. Tal renegociação revela os aspectos culturais e de gênero existentes na sociedade (BERTHOUD, 2002).

Em função do tempo de união e das exigências pessoais e familiares que se transformam ao longo da fase de aquisição, a família vive processos diferentes. Sendo assim, esta fase, compreendida desde o período da união do casal até o momento em que os filhos atingem a adolescência. Caso não tenham filhos, considera-se que estão no processo de adquirir. Ou seja, é a construção da vida familiar, com aquisição de bens materiais, estabelecendo um estilo de vida e construindo padrões de interações.

Existem três processos nesta fase: o unindo-se, o construindo a vida a dois e o vivendo a parentalidade. O primeiro faz referência a uma metáfora que descreve o processo inicial desta nova constituição, com cinco categorias: conquistando, vivendo o processo de união, preparando, adaptando-se e vivendo um recasamento.

Metas são estabelecidas, vivenciando um novo papel e planejamentos são realizados. Nota-se um investimento grande e racional na preparação da relação. Após a tomada de decisão emocional e concreta da união. Nos meses iniciais da união, independentemente do estado civil, constatou-se que a mesma é sentida realmente quando coabitam, longe dos familiares de origem. Neste momento negociam fronteiras com as famílias de cada um e estabelecem um equilíbrio necessário que permite ao casal uma relação assumida como a constituição de uma nova família formada somente pelo casal.

Esta família que está em fase de aquisição, irá vivenciar conflitos e novidades de uma geração em transição, cujo contexto social se transforma continuamente. Expectativas da vida conjugal, assim como valores, crenças e regras de convivência, são reconstruídos constantemente, criando novas demandas para estes casais, não vivenciadas por gerações anteriores. Pela falta de modelos a se seguir, gera-se a necessidade da reinvenção, a partir de uma nova maneira de se viver a dois.

Com novos padrões vivenciados sobre a parentalidade, pais e mães observam a necessidade de se superarem, ou seja, devem viver e produzir padrões que seus pais não mantiveram. Um novo pai e uma nova mãe serão reconstruídos, assim,

na convivência paralela de padrões novos e padrões emergentes, situação típica de nossa sociedade ocidental contemporânea, observamos família jovens que reproduzem o padrão mãe-cuidadora, pai-provedor, tão característico de décadas passadas, assim como casais que constroem padrões diferenciados nos quais pais e mães dividem funções e modificam seus papéis (BERTHOUD, 2002, p.56).

O que Berthoud (2002) conclui, portanto, é que em certos momentos, estes casais estão construindo uma vida a dois de maneira satisfatória, segundo as expectativas de ambos, atendendo aos “anseios de individualização preconizados pelos padrões sociais emergentes de felicidade e realização” (BERTHOUD, 2002, p.57). Em outros momentos, eles sentem-se confusos diante dos diversos papéis a escolher e podem perder-se no vasto leque de opções que lhe apresentam.

## 2.4 A MULHER CONTEMPORÂNEA: SUPERLATIVA

Por fim, faz-se necessário apresentar os dados atuais sobre a realidade das mães que enfrentam a dupla jornada. Sabe-se, como aponta Lipovetsky (2000 apud



MEIRELLES, 2008), que a liderança do masculino não exige um sacrifício do pai, diferentemente das mulheres, que acompanham conflitos e culpa em relação às funções maternas. Como consequência, podem emergir inúmeras áreas de estresse.

Mulheres escolhem carreiras em que podem conciliar trabalho com as tarefas de casa, mãe, esposa e cuidadora. Outras abrem mão da carreira ou dão prioridade para a ascensão do marido. Há vários aspectos que restringe essa ascensão, inclusive o machismo. Essas informações se tornam valiosas por permitir maior auxílio na orientação de carreira de mulheres, visto que elas demandam por um trabalho que considere tanto as necessidades de sua etapa da vida quanto dos papéis que desempenha (GYSBERS et al., 2009 apud FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014; SANTOS; MELO-SILVA, 2011 apud FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014).

Meirelles (2001) denunciou que da mesma forma que as mulheres se submeteram às regras de gênero dentro do espaço doméstico, o mesmo aconteceu na organização. Em nenhum momento elas questionaram as políticas organizacionais que não as favorecem com horários flexíveis, inserindo-as num contexto cujas regras foram voltadas à realidade social masculina, mas que também priva os homens de mais contato familiar. As mulheres demonstraram acomodação e aceitação dos papéis socialmente prescritos e tentando cumpri-los da melhor forma, ainda que isso lhes cause desgaste. Sendo assim, mesmo a mulher compreendida como diferenciada às regras de gênero, as mesmas permanecem nela enraizadas, como em sua mãe.

O feminino superlativo, portanto,

transmite a imagem de uma mulher obrigada a realizar tudo com competência e maestria, suportando como pessoais as crises e conflitos em suas vidas.[...] Tornaram-se e se sentem de fato, as super mulheres: "aquelas que fazem tudo com graça e naturalidade" (LEVINSON, 1996, p. 349 apud MEIRELLES, 2001 p. 115).

A pesquisa de Barbosa e Rocha-Coutinho (2012) mostra outra análise relevante. Segundo as mulheres entrevistadas e a sociedade de maneira geral, ainda há uma tentativa em conciliar a maternidade com a realização profissional. O que parece reproduzir a ideia de que a mulher, atualmente, pode e deve assumir novos papéis, entretanto, sem abrir mão da maternidade, visto que somente a chegada de um filho a tornaria, finalmente, completa.

Nesse sentido, o debate construído pelas autoras é de que as mulheres estão se vendo, aos poucos, com maiores possibilidades, e uma delas é a opção pela não maternidade. O que foi possível investigar, assim, é a importância que as entrevistadas deram às formas de socialização de mulheres e homens, ou seja, é algo considerado determinante para a manutenção e transformação dos papéis de gênero, não só no âmbito familiar e do trabalho, como da sociedade em geral. Barbosa e Rocha-Coutinho (2012, p.586) então, mostram como o homem se torna gradativamente mais participativo:

Em decorrência de mudanças na socialização das crianças, hoje já podemos observar, mesmo que de forma ainda incipiente, uma maior participação dos homens nas atividades domésticas e nos cuidados com os filhos, antes consideradas atividades de inteira responsabilidade das mulheres, bem como uma participação cada vez mais ampla das mulheres no provimento financeiro da família, que outrora cabia exclusivamente aos homens.

No final da pesquisa sobre mulheres que não desejam ser mães, as autoras concluíram que a maioria das participantes apontaram a prática profissional como um dos elementos fundamentais para realização pessoal, destacando, novamente, o atual processo de mudança pelo qual a sociedade atravessa, seja na compreensão do que é “família”, maternidade/paternidade, seja no entendimento do que é ser mulher e ser homem. Portanto, mesmo com a existência da pressão por casar-se e tornarem-se mães, as mulheres começaram a relativizar a questão da maternidade e esta imposição vem diminuindo. Além de aprender a lidar melhor com os sentimentos decorrentes desta pressão:

as mulheres hoje estão vivendo um momento de transição a que Lipovetsky (1997) denominou de o da “terceira mulher”, ou seja, algo que se encontra no meio do caminho entre a antiga mulher, que era vista e se percebia como inferior ao homem em todos os aspectos, e a mulher pós-feminismo, que se pretendia igual a ele em tudo (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2012, p.586).

Elas, segundo as pesquisadoras, parecem procurar um caminho próprio, almejando a independência e a individualidade sem que precisem deixar um relacionamento com um homem. E que ele, “assim como ela, valorize a igualdade de direitos e deveres entre os sexos e a divisão equitativa de tarefas e responsabilidades, sonhos e projetos” (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2012).

Outra pesquisa relevante é a de Oliveira et al (2011), que mostra como mães que estavam satisfeitas com o ambiente de trabalho, apresentavam melhores relações e interações com seus filhos e os mesmos também obtinham sucesso em seu desenvolvimento. A escolaridade destas mães e a situação financeira também são fatores que interferem nesta dinâmica, segundo o estudo.

Na revisão que os autores fizeram, foi encontrada, assim como a satisfação de mães trabalhadoras, com o trabalho e a maternidade, também a intensa culpa diante do tempo disponível para estarem com os filhos, que era reduzido.

Kulakac et al. (2006) realizaram um estudo fenomenológico com mulheres turcas que vivenciaram o processo feminista de emancipação e que realizavam atividades profissionais concomitantes à maternidade. Constatou-se que a vivência da maternidade foi marcada por satisfações e dificuldades, estando repleta de recompensas oriundas dos momentos de envolvimento com os filhos, mas também envolvia sacrifícios, principalmente quanto ao tempo de lazer e de convivência com a família (OLIVEIRA et al., 2011, p.277).

Segundo estas mulheres, a prática profissional, mesmo com satisfações, as impedia de cumprir responsabilidades de cuidado e atenção com a proporção que gostaria, provocando sentimentos intensos de culpa referentes à maternidade. Sentimentos, estes, encontrados nos estudos de Almeida (2007 apud OLIVEIRA, 2011), com mães brasileiras de classes sociais diversas. Ela constatou que as mulheres sentiam de maneira geral, uma contradição entre os papéis de mãe e trabalhadora. Outro aspecto relativo a isto encontrado na literatura é que a própria atividade profissional da mulher influencia na construção da maternidade, sobretudo quanto ao momento de ter filhos.

Visto isso, é preciso destacar e diferenciar os tipos de trabalho que a mulher exerce quando é também mãe. Há o remunerado, ao trabalhar fora de casa num emprego formal ou informal, e há o trabalho não remunerado, que é a segunda jornada, muitas vezes, ao chegar em casa e precisar administrar o lar e cuidar dos filhos, tema exposto com detalhes a seguir.

#### **2.4.1 A dupla jornada de trabalho: remunerado e não remunerado**

Tendo em vista que o “papal da mulher” já fora problematizado anteriormente, perpassando as questões do trabalho, neste momento, o debate precisa especificar

dois tipos de trabalho, hoje, encarados por muitas mulheres e aqui divididos como: o remunerado e o não remunerado.

O que D'Ávila (2019) retrata é que a jornada dentro do feminismo inclui o amor-próprio e o amor pela ideia de que a mulher pode ser livre para viver a potência de suas possibilidades, sendo o que ela quiser. Ou seja, ela pode escolher se dedicar ao trabalho, aos filhos e/ou ao lar, por exemplo.

A pauta, entretanto, aqui proposta, é se de fato, algumas tem esta escolha entre um ou outro. E caso não o possuam, como lidam com suposta sobrecarga.

A autora supracitada vê a construção cultural e social do ocidente, na qual a mulher ama mais aos outros do que a si, cumprindo um papel de cuidadora, como uma imposição, e não escolha. Ou seja, a cultura responsabiliza a mulher pela dupla jornada de trabalho quando a mesma realiza inúmeras tarefas ao mesmo tempo, mas a ensina, direta ou indiretamente, a desacreditar de suas capacidades, sejam elas intelectuais e/ou físicas, exigindo da mulher, sempre mais. Existe, desta forma, uma injusta carga emocional e física que perpassa as mulheres.

Nesse sentido, dizer que homens não dividem responsabilidades domésticas, é falar de estatística, ou seja, de uma maioria percentual (que será explorado a posteriori neste trabalho). Questionar a compulsoriedade da maternidade, é provocar uma reflexão acerca do ideal presente na sociedade que diz que “somente quando forem mães que as mulheres serão felizes”. Referir-se às mulheres enquanto machistas é mostrar o constante processo de desconstrução em que se encontram (D'ÁVILA, 2019).

Logo, a dupla jornada de trabalho e o acirramento da competição no mundo masculino é o ponto central da vida das mulheres contemporâneas, principalmente as mães. Feministas vêm denunciando o alto custo que a mulher acaba pagando por competir no espaço considerado masculino. Enquanto os homens contam, de certa forma, “com uma infraestrutura de apoio, seja financeira, seja apenas psicológica, para competir no mercado de trabalho, as mulheres devem provar duas vezes mais do que são capazes” (RAGO, 2012, p.42).

Sem dúvidas a libertação feminina acarretou no grande aumento do trabalho feminino, sobretudo para as mulheres casadas ou com filhos, além da pressão muito maior em comprovar a qualidade do trabalho feminino, comparado ao masculino (RAGO, 2012).

À vista disso, a pesquisa de Nomaguchi (2006 apud OLIVEIRA et al., 2011) irá informar sobre as menores taxas de natalidade nas sociedades industrializadas e sua relação direta com a inserção da mulher no mercado de trabalho, assim como a tendência em optar pela maternidade mais tardiamente. Este trabalho indicou também que a autonomia da vida profissional de mães japonesas atrelou-se a postergação da maternidade, ou seja, uma decisão pessoal cuja motivação se fundamentava no emprego.

O que Poms et al. (2009 apud OLIVEIRA et al., 2011) revelam, aos estudar mães americanas, é que as famílias tiveram de fazer muitos rearranjos a fim de dar conta da demanda do cuidado infantil. Deste modo, quando estes cuidados eram realizados pela família, isto proporcionava maior tranquilidade às mães, que, assim, conseguiam trabalhar e acabavam por aliviar o estresse e a tensão familiar pré-existente por conta do trabalho materno.

Outro estudo que Oliveira et al. (2011) cita em sua revisão é de Millar e Ridge (2009) ao avaliar famílias inglesas, quando a mulher, mãe, ingressa no mercado de trabalho. A conclusão deste estudo pode ser relevante para o tema, pois explicam:

Durante este período de transição muitas foram as mudanças na família, principalmente no que se refere à relação mãe-criança, que precisava se abrir para novas relações com outros familiares que viabilizariam o cuidado infantil. Esse processo, muitas vezes, era acompanhado por tensões decorrentes da constante negociação entre os padrões de relações familiares estabelecidos antes e depois do ingresso da mãe no mercado de trabalho (OLIVEIRA et al. 2011, p. 277).

Sendo assim, o debate acerca do acúmulo de funções e tarefas, se faz necessário neste sentido. Enquanto os homens ainda lidam com uma certa obrigação social de trabalhar fora do lar e receber um salário, as mulheres se encontram na exigência histórica supramencionada, somado ao trabalho remunerado.

O trabalho remunerado, portanto, revelou-se um elemento central para que a presença da mulher na vida pública se consolidasse. As principais diferenças entre homens e mulheres e as possibilidades de mudanças positivas na vida delas, podem depender do ramo laboral (GONZALEZ, 2014).

Entretanto, questões de gênero aparecem nas organizações de modo a penalizar mães trabalhadoras. A contratação profissional em um grupo de

candidatos a um emprego dizia que ter filhos não influenciaria nas decisões, mas os pais com filhos, quando analisados separadamente por Fuegen et al. (2006 apud OLIVEIRA et al, 2011), foram entrevistados de forma mais branda do que as mães, indicando possível influência de gênero e de status parental sobre contratações.

Dessa forma, quando Gonzalez (2014), em sua pesquisa, questiona o que precisaria ser feito para que a vida de todas as mulheres ficasse melhor, 28% responderam para combater as discriminações no mercado de trabalho. O que entra em conformidade com o investigado por Correl (2004, apud OLIVEIRA et al., 2011) acerca das diferenças salariais entre homens e mulheres. Constatou-se, assim, que ser mãe estava associado a menores salários enquanto ser pai beneficiava os homens no meio laboral.

O trabalho remunerado associa-se à noção de cidadania no Brasil e isso soma-se à divisão sexual do trabalho, pois “quase a totalidade (91%) das entrevistadas que estavam no mercado de trabalho declarou ser responsável pelo trabalho reprodutivo, em contraposição a 3% dos homens” (GONZALEZ, 2014, p.242).

Deste modo, Dedecca (2004 apud CYRINO, 2009) apresenta a ideia de uso do tempo no capitalismo e coloca em pauta esta valorização do tempo criador de recursos de troca, enquanto o sistema desconsidera o tempo de trabalho doméstico, que “nada lucra”. Ao analisar o PNAD (2001), este pesquisador afirma que mesmo quando o homem está em situação de desemprego, as mulheres trabalham três vezes mais tempo nas atividades consideradas domésticas.

Outro fator relevante para mencionar-se é a associação entre a dupla jornada e a baixa remuneração, pois “uma boa condição financeira pode permitir à mulher inserida no mercado de trabalho contratar profissionais que realizam boa parte do trabalho doméstico” (CYRINO, 2009, p.74), o que responde, de certa forma, as questões iniciais levantadas neste subcapítulo.

O que se frisa na pesquisa da Fundação Perseu Abramo de 2001, é o fato de que as mulheres, “caso pudessem optar, escolheriam ‘trabalhar fora e dedicar-se menos à casa e à família’, o que significa um certo desejo de rompimento com o papel de gênero tradicional” (CYRINO, 2009, p.75).

Entretanto, apesar do significativo dado supracitado, há uma distância entre o desejo e a prática, pois a mesma pesquisa mostra que em 96% dos domicílios familiares, a mulher é a principal responsável pela realização das tarefas

domésticas, cuja participação masculina é vista como seletiva e Cyrino (2009, p.76) esclarece essa ideia:

A noção de cuidado, socialmente construída e “naturalizada” como atributo feminino, onera as mulheres, afetando particularmente suas vidas. As pesquisas revelam que a divisão de trabalho entre os membros de um casal no que diz respeito ao cuidado com os filhos sugere poucas mudanças nos padrões tradicionais.

No que se observa a divisão das tarefas domésticas, pesquisas apontam para uma ambivalência. Enquanto mulheres estão reclamando do baixo envolvimento masculino no trabalho doméstico, homens discursam que estão dividindo de maneira efetiva os afazeres com elas. Mesmo que a percepção do trabalho doméstico pelas mulheres seja visto como efetivo, pelos homens é entendido como “lazer”. Esta dinâmica possui algumas hipóteses pois quando se fala sobre rotinização da vida social, muitas falas das mulheres, na pesquisa, mostraram níveis altos de insatisfação e forte determinação para alterar a ordem em curso (CYRINO, 2009).

Outro aspecto da pesquisa da autora supramencionada é o modo como as mulheres participantes sentem-se responsáveis pelas tarefas de naturezas diversas, exigindo a destinação de muito tempo a elas, o que acarreta, em certos casos, “reduzidos recursos para a experimentação dos espaços/tempo imprescindíveis ao relaxamento e ao desvencilhamento de normas e obrigações” (CYRINO, 2009, p. 88).

No caso dos homens, o que foi revelado acerca do trabalho remunerado era a apresentação do mesmo como atividade nitidamente central em suas vidas, deixando as tarefas domésticas ao nível do acessório. Quanto as mulheres que atuam em casa e no mercado de trabalho, Cyrino (2009, p.89) percebeu que nenhuma das muitas tarefas eram consideradas centrais e organizadora da identidade feminina:

Esta duplicidade de responsabilidade e a conseqüente aceleração de ritmos e cadências vivenciadas por mulheres que procuram manter-se no mercado de trabalho sem romper com seus antigos afazeres domésticos, indica o surgimento de um extremo disciplinamento temporal, que traz inúmeras queixas e insatisfações, gerando um elevado nível de conflito para as relações de gênero.

Assim, contradições são observadas frente as necessárias mudanças das relações de gênero, sejam de aspecto subjetivo ou objetivo. Logo, além de acumular

as diversas funções que uma mulher pode vir a exercer, 38% das entrevistadas de Gonzalez (2014) afirmaram que recebem até um salário mínimo. Ou seja, o trabalho doméstico ainda é visto como uma atividade de exclusividade feminina e os pilares das relações de gênero estão embasadas nessa forma de divisão sexual do trabalho.

Pode-se concluir, portanto, que a falta de políticas públicas reforça, segundo a autora supracitada, a divisão sexual do trabalho, considerando, neste sentido, que Hirata (2002, apud CYRINO, 2009) apresenta a divisão sexual do trabalho segundo o caráter multidimensional do mesmo, tendo em vista não só o trabalho profissional, mas o doméstico, o não-mercantil, o não remunerado e o informal.

Por isso, Duarte e Spinelli (2018) reafirmam que o conhecido mundo do trabalho, agencia a desigualdade de maneira tridimensional para as mulheres, pois envolve a dupla jornada, a desigualdade salarial e o assédio. Muitas são as que sofrem estas opressões diariamente e outras, alguma delas, entretanto, nenhuma está imune à estas violências em potencial. Visto que a desigualdade está fundamentada na aliança entre: estereótipos de gênero, patriarcado e capitalismo, o equilíbrio entre as desiguais partes para uma justiça social, encontra enorme desafio. O que reflete de maneira direta na sociedade, como exposto a seguir pelos dados e percentuais apresentados.

#### **2.4.2 Dados brasileiros e desafios atuais**

A população brasileira é composta por 51,7% de mulheres, de acordo com dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018). Ainda seguindo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo as Estatísticas Sociais de 2018, as mulheres que trabalham, dedicam 73% mais horas do que os homens aos cuidados e/ou afazeres domésticos. Em 2016, as mulheres dedicavam 18,1 horas semanais aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, o que equivale a cerca de 73% a mais de horas do que os homens (10,5 horas semanais).

Segundo Agência de Notícias IBGE (2018), 28,2% das mulheres e 14,1% dos homens trabalham em tempo parcial, justificando o fato de mulheres necessitarem, de certa forma, conciliar trabalho remunerado com os afazeres domésticos e



cuidados, fazendo com que, em muitos casos, aceitem ocupações com carga horária reduzida.

Com relação aos rendimentos médios do trabalho, as mulheres seguem recebendo, em média, cerca de  $\frac{3}{4}$  do que os homens recebem, mesmo considerando o rendimento médio por hora trabalhada, o que pode estar relacionado à segregação ocupacional a que as mulheres estão submetidas no mercado de trabalho, de acordo com as Estatísticas Sociais (2018).

A regulamentação do emprego doméstico foi um avanço conquistado nos últimos anos. Em 2010, eram 8.785 pessoas ocupadas nos serviços domésticos, sendo que 93,94% eram mulheres e 6,06% eram homens. No mesmo ano, das mulheres ocupadas nos serviços domésticos, 41,23% tinham carteira de trabalho assinada, enquanto 48,31% dos homens ocupados nos serviços doméstico tinham carteira de trabalho (PORTAL ODS, 2018).

No quarto trimestre de 2019, no estado de São Paulo, a taxa de desocupação entre as mulheres foi de 13,30%; enquanto que entre os homens foi de 9,90% (PORTAL ODS, 2018).

Sendo assim, vale destacar os seguintes números, de acordo com a Agência De Notícias IBGE (2018): 12,5% das mulheres no Brasil são graduadas, contra 9,9% dos homens, e 43% dos empreendedores no Brasil são mulheres. A renda feminina cresceu 83% em 10 anos. Mulheres detêm aproximadamente 75% do poder de compra e 38% dos lares brasileiros são chefiadas por mulheres. Porém, mesmo com certo progresso, ainda se enfrentam problemas graves. Mulheres estão em apenas 37% dos cargos de chefias nas empresas. No setor público, são 21,7%. Somente 10% do cargo de diretoria executiva, no Brasil, são preenchidos por mulheres.

Em 2018, no que se refere a dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público), 38,19% eram mulheres e 61,81% eram homens. Entre as mulheres que ocupavam essas posições, 15,79% eram diretoras gerais, 22,37% diretoras de produção e operações e 61,84% diretoras de área de apoio (PORTAL ODS, 2019).

O que Monteiro e Grubba (2017) ressaltam é que embora exista um crescimento de forma gradual, o mesmo ainda é considerado aquém das expectativas de aumento esperadas pela sociedade no geral. Deve-se, neste sentido, haver suporte e fortalecimento das mulheres para que consigam alcançar, cada vez mais, os lugares, seus por direito, nos parlamentos mundiais.

No município de Taubaté, em 2016, a proporção de mulheres eleitas para a Câmara de Vereadores no município foi de 21,05%. Em 2014, no estado de São Paulo, foram eleitas: 10 deputadas estaduais (10,64% do total de eleitos), 6 deputadas federais (8,57% do total de eleitos) e nenhuma senadora (0% do total de eleitos) (PORTAL ODS, 2018).

Tendo em vista que as iniquidades da sociedade patriarcal produzem diversas formas de violência, como desiguais oportunidades no mercado de trabalho, é preciso destacar como mulheres e os indivíduos não identificados com o sexo masculino sofrem um prejuízo neste sentido (GARCIA; DUARTE, 2017).

Mesmo que as desigualdades de gênero venham ganhando atenção crescente e, especificamente na área de saúde, o número de mulheres seja maior que de homens, ainda existem resistências significativas para a participação feminina na pesquisa e na publicação, visto que os avanços necessários tem sido lentos, segundo os autores.

O que esta pesquisa de Garcia e Duarte (2017) revela é o Brasil de 2015, cuja porcentagem de 55% do total de matriculados e titulados em mestrados e doutorados, eram mulheres, segundo dados da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no mesmo ano, a distribuição de bolsas de pesquisa, segundo estatísticas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi de igualdade. Contabilizaram 50%, que foram concedidas a mulheres.

O que os pesquisadores observaram, entretanto, foi um fenômeno chamado “telhado de vidro”, no qual “remete à existência de uma barreira à ascensão das mulheres na carreira acadêmica, bem como à invisibilidade das mulheres no meio” (GARCIA; DUARTE, 2017, p. 431), ou seja, bolsas de produtividade em pesquisa continuaram desiguais com 35,5% destinadas às mulheres.

Na verdade, a ausência da presença das mulheres na ciência diz respeito à predominância de uma ideologia que continua sustentando a objetividade, a neutralidade e a racionalidade da ciência e a existência de poucas mulheres para escrever sobre a relação gênero e ciência (LOPES, 2005 apud COSTA, 2006, p.456).

Fazendo referência ao rendimento médio mensal das mulheres em 2018, pode-se dizer que era de R\$ 2.972,11 na indústria; R\$ 1.742,98 no comércio e R\$ 2.439,46 em serviços. Já o rendimento médio mensal dos homens, no mesmo ano,

era de R\$ 4.987,76 na indústria; R\$ 2.017,49 no comércio e R\$ 2.525,17 em serviços (PORTAL ODS, 2018).

Quanto ao rendimento feminino, em 2018, a mulher ganhava 70,59% do que o homem ganhava para exercer a mesma função. Considerando os níveis de educação formal, no mesmo ano, as mulheres com ensino superior ganhavam apenas 58,20% do rendimento do homem, com a mesma escolaridade, para exercer a mesma função (PORTAL ODS, 2018).

Pode-se concluir, desta forma, que as mudanças relatadas pela pesquisa aplicada por Gonzalez (2014) e demais números aqui expostos, não revelaram alterações nas desigualdades de maneira significativa. Mesmo com dados comprovando uma evolução frente a cenários anteriores, uma profunda mudança ainda precisa ser elaborada, e com urgência.

Nesse sentido, a separação da esfera pública e da privada pode ser problematizada, pois é em âmbito privado que se encontram as limitações das possibilidades de conquista da autonomia. É neste campo que ocorre a naturalização da opressão, que coloca a maternidade como lugar central na vida de uma mulher. Este controle que as instituições, como o Estado, exercem sobre os corpos, a sexualidade e o poder de decisão (vide criminalização do aborto no Brasil) são fatores que promovem inúmeros questionamentos (GONZALEZ, 2014).

### 3 MÉTODO

O presente trabalho constitui-se como um recorte do Projeto de Pesquisa intitulado “Pré-Natal Psicológico, Pré-Natal Coletivo e Pré-Natal Integral: Avaliação da eficácia destes serviços”, coordenado pela Prof. Dra. Miria Benincasa Gomes e pelo Prof. Dr. Manuel Morgado Rezende. O mesmo foi submetido ao comitê de ética pela Universidade Metodista, tendo o parecer favorável de nº 1.776.015. Serão utilizados alguns instrumentos do projeto para atender aos objetivos descritos anteriormente.

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

Este estudo refere-se a um estudo de caso único. Investigou-se um caso individual de forma a alcançar, através dele, a compreensão do fenômeno a ser estudado (VENTURA, 2007). Trata-se, também, de uma análise qualitativa, que possibilita a perspectiva da participante e, segundo Gil (2007), depende mais do estilo do pesquisador, pois não há fórmula predefinida para orientá-lo. Afinal, os fatos (dados) não são suficientes para o qualitativo, é necessária interpretação para compreender o que eles querem dizer ao indivíduo e à cultura a qual o mesmo está inserido (TURATO, 2000).

#### 3.2 LOCAL DA PESQUISA

A entrevista e aplicações dos outros instrumentos foram realizadas presencialmente no local onde a participante mora, em Taubaté – SP, que foi de escolha da participante, por ser um ambiente confortável, que respeita o distanciamento social e fornece adequado suporte para a finalidade dos encontros.

#### 3.3 UNIDADE CASO

A unidade caso foi uma mulher residente na cidade de Taubaté, empregada como professora por uma empresa privada, com registro em carteira de trabalho, mas também é empreendedora e responsável por uma escola de dança. A mesma se mantém num relacionamento heterossexual, com o pai da única filha. O bebê

possui seis meses de idade. Sendo assim, a participante atende aos critérios da pesquisa que incluem ser uma mulher, mãe, durante o puerpério, com um emprego formal e/ou informal, dividindo seu lar com o(a) companheiro(a) e a(o)(s) filha(o)(s).

A escolha da entrevistada foi devido ao fato da mesma possuir dois empregos, um com registro em regime CLT e outro de maneira autônoma, e decidir mantê-los logo após o nascimento da filha, em dezembro de 2019.

### 3.4 INSTRUMENTOS

Para este estudo será realizada a análise dos dados baseando-se na entrevista aberta, no Desenho Estória com Tema (DE-T), no Questionário Sociodemográfico e na Escala de Autoestima de Rosenberg, a partir do Projeto de Pesquisa supracitado.

#### 3.4.1 Entrevista aberta

A entrevista aberta é uma técnica útil para as pesquisas científicas da Psicologia (BLEGER, 1998). Na entrevista (APÊNDICE A), há uma liberdade para alterar a ordem das perguntas, inserir novos questionamentos e levantar hipóteses sobre a temática. Na entrevista do projeto elaborado por Miria Benincasa Gomes e Manuel Morgado Rezende foram investigados três grandes temas: Gestaçã, Parto e Pós Parto. Neste trabalho o foco será no Pós Parto, buscando conhecer como foi a chegada em casa, como se constitui a rede de apoio da participante, seus sentimentos e angústias vividos, os cuidados do bebê, os cuidados pessoais, a rotina, etc. E, principalmente, sobre a relevância da questão de gênero, se há uma diferença percebida pela participante com relação aos afazeres domésticos e demais atividades que ao longo da história foram incumbidas às mulheres.

#### 3.4.2 Desenho-Estória com Tema (DE-T)

O Desenho-Estória com Tema investiga a personalidade utilizando desenhos que se associam com histórias. Solicita-se para que a participante faça um desenho

e conte uma estória que represente o desenho. Os desenhos e as estórias formam um par que será complementado por inqueritos e títulos.

Os autores consideram como sendo as principais características deste procedimento: a) o uso contínuo de associações livres por parte do examinando; b) o objetivo de atingir aspectos inconscientes da personalidade; c) o emprego de meios indiretos de expressão; d) a participação em recursos de investigação próprios das técnicas projetivas; e) a ampliação das possibilidades da observação livre.

O procedimento de Desenhos-Estórias foi desenvolvido por Walter Trinca em 1997, mas uma expansão do DE-T para estudos característicos em determinados temas é o procedimento de Desenho-Estórias com tema. Este procedimento segue as mesmas recomendações citadas acima, com a diferença de que se pede que a participante desenhe algum tema já pré-indicado.

Assim, neste estudo, o DE-T teve como tema a dupla jornada e foi solicitado que a participante desenhasse: 1) uma mulher; 2) uma mãe; 3) uma mulher que trabalha. O objetivo dessa escolha foi de investigar a compreensão simbólica de mulher, mãe e uma mulher que trabalha para a participante, quais as comparações podem ser realizadas, qual a percepção e representação da imagem de si e como ela demonstra, simbolicamente, o exercício da maternidade.

### **3.4.3 Questionário sociodemográfico**

Composto por 25 questões objetivas, o questionário sociodemográfico (ANEXO C), desenvolvido por Benincasa, investiga dados pessoais, financeiros, ocupacionais, questões relacionadas ao período gestacional, ao parto, ao pós-parto e à saúde do bebê.

### **3.4.4 Escala de Autoestima de Rosenberg**

A Escala de Autoestima de Rosenberg refere-se a um instrumento auto administrado que analisa a autoestima global. Cada item é avaliado segundo escala tipo Likert, de quatro pontos, composta por: concordo totalmente, concordo, discordo e discordo totalmente. Em 2000, esta escala foi traduzida por Hutz e a versão utilizada será de Hutz e Zanon (2011), que tiveram como objetivo produzir normas

de autoestima para crianças, adolescentes e adultos e atualizar as propriedades psicométricas da Escala de Autoestima de Rosenberg (Anexo D).

### 3.5 PLANO PARA COLETA DE DADOS

Este trabalho é um recorte da pesquisa “Pré-Natal Psicológico, Pré-Natal Coletivo e Pré-Natal Integral: Avaliação da Eficácia Destes Serviços” da Profa. Dra. Miria Benincasa Gomes e do Prof. Dr. Manuel Rezende Morgado, que foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metodista de São Paulo com aprovação de parecer número 1.776.015 (Anexo B) e CAAE 59814916.9.0000.5508.

A participante foi contatada pela pesquisadora, pois atendia aos critérios estabelecidos pela amostra. Foi informada sobre os objetivos da pesquisa e concordou em participar. No primeiro encontro, assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A) e as datas e local de sua preferência para as entrevistas e aplicação dos instrumentos foram agendadas. A ordem de aplicação foi: Questionário Sócio Demográfico, Escala de Autoestima de Rosenberg, entrevista aberta e Desenho-Estória com tema.

### 3.6 PLANO PARA ANÁLISE DE DADOS

Como se trata de uma análise qualitativa é válido informar que, segundo Miles e Huberman (1994 apud GIL, 2007), a análise de dados podem seguir três etapas: a redução, a exibição e a conclusão. Sendo assim, há uma seleção dos dados retratados nas notas redigidas no trabalho de campo. Na exibição, serão apresentadas categorias para além das descobertas na etapa de redução dos dados. E, por fim, na conclusão, os dados serão revistos para poderem garantir significados e explicações.

Tanto a entrevista aberta quanto o questionário sociodemográfico serão avaliados segundo análise de conteúdo, que visa, segundo Bardin (1977 apud GIL, 2007), investigar para interpretar, ou seja, desenvolver uma organização dos documentos que serão analisados para então explorar o material e torná-los válidos e significativos. As entrevistas serão transcritas e relacionadas com a temática do presente estudo.

Com relação ao Desenho-Estória com tema, será utilizado o referencial de análise sistêmica de Oliveira e Godoy (2016), baseado em Tardivo (1985 apud TRINCA; TARDIVO, 2000), no original de Trinca de 1987 e nos referenciais de estrutura e dinâmica familiar de Cerveny (2011) e Cerveny e Berthoud (2010).

Sendo assim, o Referencial de Análise Sistêmica do Desenho-estória possui nove categorias: Atitudes Básicas, Figuras Significativas, Sentimentos Expressos, Necessidades e desejos, Contexto Familiar, Estrutura Familiar, Dinâmica Familiar e Valores Familiares, como se observa no quadro abaixo, os principais pontos:

Quadro 1 - Referencial de Análise Sistêmica do Desenho-estória

<b>REFERENCIAL DE ANÁLISE SISTÊMICA DO DESENHO-ESTÓRIA</b>
<p><b>Atitudes Básicas:</b> Relação estabelecida pelo protagonista consigo mesmo e com o ambiente.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1 – Em relação a si próprio</li> <li>2 - Em relação ao mundo/ambiente</li> </ul>
<p><b>Figuras Significativas:</b> Personagens que mantem relações importantes com o protagonista, formando sua rede social.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1- Figura materna</li> <li>2- Figura paterna</li> <li>3- Figuras fraternas</li> <li>4- Figuras conjugais</li> <li>5- Figuras filiais</li> <li>6- Amigos e demais pessoas</li> <li>7- Relacionamento entre as figuras</li> <li>8- Relacionamento entre o protagonista e figuras significativas</li> </ul>
<p><b>Sentimentos Expressos:</b> Aspectos afetivos expressos pelo protagonista.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1- Sentimentos positivos</li> <li>2- Sentimentos negativos</li> <li>3- Sentimentos ambivalentes</li> </ul>
<p><b>Necessidades e Desejos:</b> motivos para as ações do protagonista.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1- Necessidades e Desejos primários</li> <li>2- Necessidades e Desejos construtivos</li> <li>3- Necessidades e Desejos destrutivos</li> </ul>
<p><b>Contexto:</b> Plano de fundo da estória, considerando o ambiente, situação e</p>



fase do Ciclo Vital individual e familiar em que o protagonista se encontra.
<p><b>Estrutura Familiar:</b> Dados objetivos que configuram a família.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Número de componentes</li> <li>2- Sexo dos componentes</li> <li>3- Idade dos componentes</li> <li>4- Religião da família</li> <li>5- Moradia</li> <li>6- Nível econômico</li> <li>7- Profissões</li> <li>8- Escolaridade</li> <li>9- Tipo de casamento</li> <li>10- Tempo de casamento</li> <li>11- Quem trabalha na família</li> <li>12- Cor e raça</li> </ol>
<p><b>Dinâmica Familiar:</b> Formas de funcionamento da família</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Ideal/meta da família</li> <li>2- Papéis familiares</li> <li>3- Relações hierárquicas</li> <li>4- Processo emocional de transição</li> </ol>
<p><b>Valores Familiares:</b> Ideologia implícita do sistema familiar</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Segredos familiares</li> <li>2- Tabus</li> <li>3- Mitos e crenças</li> <li>4- Rituais e cerimônias</li> </ol>
<p><b>Padrões Interacionais:</b> Formas de interação da família</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Comunicação</li> <li>2- Regras Familiares</li> <li>3- Sequências</li> <li>4- Triangulações</li> <li>5- Padrões de Afetividade</li> </ol>

Fonte: Oliveira e Godoy (2016)<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Texto não publicado

A Escala de Autoestima de Rosenberg será analisada de acordo com seu manual. O que Hutz, Zanon e Vazquez (2014) informam é sobre a autoestima enquanto aspecto avaliativo do autoconceito. Ela consiste em um conjunto de sentimentos e pensamentos que o indivíduo possui de si. Trata-se de certa autoaprovação ou depreciação, ou seja, relaciona-se com o autovalor.

A amostra para a avaliação de adultos incluía participantes de vinte estados brasileiros, sendo uma amostra consideravelmente abrangente, que “permite um grau de confiança maior no uso da tabela de normas para esse grupo (desde que os adultos tenham completado o ensino superior)” (HUTZ; ZANON; VAZQUEZ, 2014, p.87).

A seguir, na análise, será possível observar que as declarações 1,2,4,6 e 7 são formuladas de forma positivas, com pontuação crescente, enquanto as questões 3,5,8,9 e 10 são pontuadas decrescentemente. Os indicadores numéricos da escala foram escolhidos a fim de complementar a análise dos dados qualitativos obtidos pela entrevista, pelo questionário e pelo procedimento de desenho-estória com tema.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a apresentação dos resultados, foi escolhido um nome fictício com significado simbólico. O nome da personagem será Carol, pois significa “nascida no campo ou na fazenda”, relacionando ao trabalho braçal, que exige força física. Ou, também, “mulher independente e forte”, pois é um nome derivado de Carla, e apelido para Carolina, que representa “aquela que é forte”, simbolizando, desta forma, a força da mulher ao articular tantas atividades numa única pessoa.

### 4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O primeiro instrumento aplicado foi o questionário sócio demográfico. Por ele, delimita-se que a participante é uma mulher, mãe, de 24 anos. Possui um relacionamento estável há seis anos, é branca, com escolaridade de Ensino Superior Completo e, até o momento da aplicação deste questionário, possuía dois empregos, um sob regime CLT e outro empreendimento próprio. Atualmente, mora com o companheiro, pai da filha, e a própria. Sua renda individual pôde ser caracterizada como variante de um a três salários mínimos, mas a familiar, de três a seis salários mínimos.

O que a participante, nomeada aqui por Carol, relata, é que foi sua primeira gravidez e, por sua vez, saudável. Não frequentou aula de preparação para o parto, mas o bebê, ao nascer, através de um parto vaginal, foi para seu colo e depois, para o alojamento conjunto, como a entrevistada desejava.

Sobre o pós parto, assinalou que os sentimentos mais presentes logo após a chegada da maternidade foram de medo, felicidade, choro frequente, vontade de não ficar sozinha com o bebê e ansiedade. Alega que possui ajuda para cuidar do bebê, vinda do companheiro e de sua mãe, a avó da criança. Pretende interromper a amamentação quando o bebê tiver um ano de idade, devido à necessidade de trabalhar fora de casa.

O segundo instrumento aplicado foi a Escala de Autoestima de Rosenberg. Por meio desta, Carol concorda que possui várias boas habilidades e que tem uma atitude positiva com relação a si mesma, mas discordou que no conjunto, está satisfeita consigo. Concordou também que gostaria de poder ter mais respeito por si mesma e que, às vezes, se sente inútil, mas discordou totalmente quando a afirmativa dizia que “às vezes eu acho que não presto pra nada”.

Sabe-se que o escore obtido pela pessoa que respondeu à escala é chamado de escore bruto. Para sua interpretação foi examinada uma tabela de normas para a faixa etária de 18 a 50 anos, de sujeitos não estudantes, de ambos os sexos (HUTZ; ZANON; VAZQUEZ, 2014).

Foi atribuído 1 para “Discordo Totalmente”, 2 para “discordo”, 3 para “concordo” e 4 para “concordo totalmente” nos itens 1,2,4,6 e 7 e nos demais, a pontuação é a mesma, mas invertida.

Sendo assim, no geral, Carol obteve um escore bruto de número 27, o que equivale ao percentil 10. O percentil 10 indica que 10% dos respondentes tem o percentil mais baixo que Carol na tabela para pessoas de 18 a 50 anos, independente do sexo, não estudantes. O desvio padrão, por sua vez, é de 6,04 e quando aplicado, há uma variação de 5 a 45 no percentil, o que pode indicar que 45% dos respondentes obtiveram escores menores que de Carol. Resultados com percentil abaixo da média podem representar baixa autoestima, ou que a pessoa não entendeu os itens, ou estava sem motivação para responder, ou até passando por um problema situacional grave (HUTZ; ZANON; VAZQUEZ, 2014).

Sabe-se que, segundo Diener e Diener (1995 apud HUTZ; ZANON; VAZQUEZ, 2014), a autoestima tende a manter-se de maneira estável ao longo do tempo em momentos diferentes da vida adulta. É um constructo, no ocidente, que se relaciona à satisfação de vida. Entretanto, ela não está ligada diretamente com felicidade ou sucesso (DAWE, 1994 apud HUTZ; ZANON; VAZQUEZ, 2014). Ela surge a partir do reconhecimento de pessoas consideradas importantes e significativas para aquele indivíduo (HEWITT, 2009 apud HUTZ; ZANON; VAZQUEZ, 2014). Por isso o aumento da autoestima pode ser promovido com condições que propiciam tal funcionamento humano adequado, como, por exemplo, a aceitação dentro do campo social e o senso de segurança.

O que Branden (1993 apud ROMAGNOLO, 2018) afirma é que a autoestima inclui tanto o sentimento de autoeficácia quanto o de se ter valor. Relaciona-se com a convicção de que se é competente, que possui valor para terceiros. Envolve ideias e sentimentos que vão se configurando na pessoa por meio da interação com os demais.

Pode-se caracterizar como o conhecimento que o sujeito tem de si. Nesse sentido, Romagnolo (2018, p.25) apresenta que “a relação da mãe com seu filho

exerce efeito nas experiências emocionais vividas pela mãe na própria infância, ou seja, a relação de autoestima faz parte da formação de vínculo com seu filho”.

Portanto, Maçola, Nogueira e Carmona (2010 apud ROMAGNOLO, 2018) indicam que a autoestima e a autoconfiança relacionam-se ao estado emocional do indivíduo, que influencia sua tomada de ação.

O terceiro instrumento, como previsto, foi a entrevista aberta, cuja interpretação foi dividida através de categorias. As categorias sobre a mulher superlativa, a maternidade, a parentalidade e os papéis de gênero estão pautadas nas 30 perguntas realizadas, conforme indica o Apêndice A e serão exploradas a seguir.

Quadro 2 - Categorias de análise de conteúdo.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
1 – Ser uma mulher superlativa	Mensagens e significados vindos majoritariamente da família
	Conflitos entre ser mulher, mãe e trabalhadora
2 – Vivendo a Maternidade	Expectativas
	Realidade
	Sentimentos e Pensamentos
3 – Compartilhando a Parentalidade	Cuidados com o bebê
	Divisão de tarefas
	Regras
	Rede de apoio
	Conflitos parentais
4 - Papéis de gênero	Influências na dinâmica familiar
	Influências no bem-estar emocional
	Sobrecarga mental

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa.

O Desenho Estória com tema, por sua vez, foi aplicado por último e trouxe análises relevantes. Solicitou-se à participante, para realizar três desenhos, o de “uma mulher”, de “uma mãe” e de “uma mulher que trabalha”, respectivamente, numa folha A4, à lápis. A mesma optou por não utilizar lápis coloridos.

A estória relatada no primeiro desenho, da mulher, foi sucinta e baseada no que ela (a mulher do desenho) gosta de fazer. A participante a colocou com 30 anos de idade, como alguém que gosta de usar vestido, se arrumar e possui —uma grande família (sic), além de se caracterizar como uma pessoa determinada, feliz e tranquila. Ao analisar o desenho, observa-se que os aspectos formais demonstram a figura completamente desenhada ao lado esquerdo da folha, com transparência na

parte das pernas (até onde vai o vestido), indicando, simbolicamente, uma possível fragilidade neste aspecto avaliado. A figura da mulher aparece com as mãos para trás, sem possibilidade de vê-las e um penteado estilo —rabo de cavalo, com cabelos longos. Usa colar, brinco e chinelo. A expressão no rosto é mais séria se comparada aos outros desenhos e os pés são virados para fora, como nos outros três. O corpo aparenta estar ligeiramente desproporcional, de formato mais quadrado, com as coxas mais finas que a panturrilha, por exemplo.

No segundo desenho, sobre a mãe, a entrevistada narra um dia em que vai ao parque com —a criança (sic), e se prepara, leva duas bolsas. Deu destaque que usa shorts e blusa, pois não pode usar vestido, devido à frequência com que precisa abaixar e brincar com a criança. Informou que a mulher do desenho tinha 30 anos e a criança, um ano de idade. Neste, os aspectos formais também revelam uma transparência na parte em que foi desenhado um shorts e o desenho encontra-se na parte esquerda da folha. A expressão da figura é como um sorriso —tímido, mas ligeiramente evidente. Usa brinco e chinelo, carrega um carrinho de bebê com ela, que contém objetos para a criança utilizar. Desenhou duas bolsas, uma de mão e outra de ombro, mas desta vez o cabelo está penteado com um coque. Também esconde as mãos, mas uma como se estivesse na cintura e a outra, segurando/empurrando o carrinho de bebê. O corpo da figura aparenta-se mais simétrico do que o primeiro desenho, com as coxas mais grossas que a panturrilha.

O último desenho, sobre uma mulher que trabalha, ganha uma história mais elaborada, pois se refere a uma mulher de também 30 anos, que acorda às sete horas para se arrumar, coloca um vestido e vai trabalhar, num escritório. É sobre uma mulher feliz e satisfeita com o que faz, que chega em casa e janta com os filhos. Seu desejo é crescer no trabalho e mesmo necessitando mais tranquilidade pra resolver suas demandas, —ela se sente feliz (sic). No que se refere aos aspectos formais desta figura, notam-se algumas diferenças comparado aos anteriores. O desenho localiza-se de forma mais central. É notada presença de acessórios como uma mesa, uma cadeira, um celular e dois cadernos de anotações. Não há nenhuma transparência no desenho, ou seja, sem sinais de uma possível fragilidade e a expressão do rosto é claramente um sorriso. As mãos seguem sem aparecer, mas a direita segura o celular sob a orelha, e a esquerda, uma bolsa de mão. A figura possui um rabo de cavalo com cabelos longos, cílios, colar e brinco,

além do corpo aparentar mais proporcionalidade entre os membros e a postura demonstrar mais segurança e firmeza.

## 4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados da entrevista foram analisados a partir das categorias supracitadas, contidas em quatro quadros. Os demais instrumentos e seus respectivos dados serão apresentados juntamente às interpretações da entrevista aberta, com o respaldo da literatura.

### 4.2.1 Mulher superlativa: arcando com o ônus da expansão de papéis

A Categoria 1 (Quadro 3) apresenta o tema de forma sucinta, baseado em frases ditas por Carol durante a entrevista aberta.

Quadro 3 - Categoria 1 – Ser uma mulher superlativa.

<b>Categoria 1 - Ser uma mulher superlativa</b>	
<b>1.1 Mensagens e significados vindos majoritariamente da família</b>	<b>1.2 Conflitos entre ser mulher, mãe e trabalhadora</b>
<p><b>Ser mulher:</b> É assim mesmo. Não se fala muito sobre, só que vai ter a casa, o filho, seus trabalhos e pronto.</p> <p><b>Ser Mãe:</b> É um amor incondicional, incomparável, que mesmo não sendo fácil e precisando abrir mão de muita coisa, compensa.</p> <p><b>Ser trabalhadora:</b> É ter uma referência de algo industrial, mas para conseguir ser trabalhadora é preciso estudar, correr atrás e querer muito.</p>	<p><b>A realidade do trabalho e da maternidade exercidas juntamente:</b> Resume-se ao acúmulo para o resto da vida, pois há preocupações, programações, que antes não havia. Agora não consegue escolher entre uma tarefa ou outra, sempre se exerce mais de uma função ao mesmo tempo.</p> <p><b>A mudança no cuidado pessoal e o impacto no bem estar:</b> É diretamente proporcional, pois quando ela não se cuida, não se sente bem, assim, não tem desejo de sair de casa e por não sair, gera desânimo para realizar outras atividades. Então, ficar somente no lar acaba não despertando vontade de se cuidar.</p> <p><b>Tudo em três palavras:</b> “Cansaço, rotina, orgulho de mim mesma” (sic)</p>

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa.

Esta categoria trouxe a perspectiva de Carol do que era ser uma mulher superlativa através das mensagens e significados vindos majoritariamente de sua

família e, depois, pelos conflitos encontrados ao se deparar com a realidade de ser mulher, mãe e trabalhadora.

Sendo assim, nota-se que o **ser mulher** era uma questão para a família de Carol, que não discutia muito sobre os assuntos relacionados ao que significa ser uma mulher na sociedade brasileira. Pelo menos de maneira consciente, em palavras, mas o não dito demonstra certa aceitação e passividade no que se refere aos papéis que ela poderia exercer ao longo do tempo, pois “é isso e pronto” (sic).

A análise do Desenho-Estória sobre “mulher” pode ser exposta pelo quadro 4:

Quadro 4 - Análise do desenho-estória sobre “uma mulher”.

<b>REFERENCIAL DE ANÁLISE SISTÊMICA DO DESENHO-ESTÓRIA</b>
<p><b>Atitudes Básicas:</b> Relação estabelecida pelo protagonista consigo mesmo e com o ambiente.</p> <p>1 - Em relação a si próprio: Positiva, com certa infantilização representada pela flor da roupa, no desenho.</p> <p>2 - Em relação ao mundo/ambiente: Não foi possível identificar</p>
<p><b>Figuras Significativas:</b> Personagens que mantem relações importantes com o protagonista, formando sua rede social.</p> <p>A participante apenas afirma que é uma família grande, sem a possibilidade de identificar as figuras e a relação que possuem com o participante. Ao dizer que todos são diferentes há a indicação de conflitos entre pertencimento e a necessidade de individuação.</p>
<p><b>Sentimentos Expressos:</b> Aspectos afetivos expressos pelo protagonista.</p> <p>Apresenta sentimentos positivos com relação a si</p>
<p><b>Necessidades e Desejos:</b> Motivos para as ações do protagonista.</p> <p>A participante apresenta Necessidades e Desejos construtivos como necessidade de crescimento (indicado pela palavra “determinada”).</p>
<p><b>Contexto:</b> Plano de fundo da estória, considerando o ambiente, situação e fase do Ciclo Vital individual e familiar em que o protagonista se encontra.</p> <p>Ao considerar a família de origem, nota-se que é a fase madura.</p>
<p><b>Valores Familiares:</b> Ideologia implícita do sistema familiar</p> <p>Processo emocional de transição: Possível dificuldade entre as forças de pertencimento e individuação na família.</p>
<p><b>Padrões Interacionais:</b> Formas de interação da família</p> <p>Não foi possível de identificar.</p>

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa.



Sendo assim, nota-se que neste desenho sobre “uma mulher”, há uma boa relação que Carol carrega consigo, neste aspecto. Ao mesmo tempo, a avaliação da Autoestima indica um nível consideravelmente baixo e isso pode ser explicado devido a fase de transição em que Carol se encontra, ainda com necessidade de individuação, mas com características que indicam esse movimento construtivo. A fase madura é outro indicador de tal “construção de vida” e transformações. O que autoras como Oliveira e Cerveny (2002, p.87) retratam sobre essa fase e observa-se a partir do olhar do filho, é:

Foi possível constatar que esta é a fase mais longa do ciclo vital e talvez a mais difícil delas, pois envolve uma série de transformações em sua estrutura e dinâmica, e conseqüentemente ajustes por parte de seus membros. É um momento em que a família [...] multiplica-se, gerando novas famílias, com a entrada de novos membros – genros, noras e netos; e também diminui, com a perda de entes queridos. Em fase de tais “divisões, multiplicações e subtrações”, a família adquire novos significados, novas formas de funcionamento, novos desafios e novas expectativas.

O subtópico **ser mãe**, por sua vez, explora uma questão relevante quando Carol afirma que “sempre falam um negativo e depois um positivo” (sic). Tais tipos de pontuações, por ela classificadas como “negativo” e “positivo”, são comuns nos relatos de diversas mães, devido à ambivalência (satisfação/insatisfação) ser comumente experimentada por elas, levando em consideração o prazer de ser mãe, mas o esforço, muitas vezes penoso, que tal demanda exige. E assim, algumas mães podem transmitir esta mensagem num sucinto “vale a pena” (sic).

A interpretação do Desenho-Estória com Tema sobre esse subtópico encontra-se no seguinte quadro:

Quadro 5 - Análise do desenho-estória sobre “uma mãe”.

<b>REFERENCIAL DE ANÁLISE SISTÊMICA DO DESENHO-ESTÓRIA</b>
<p><b>Atitudes Básicas:</b> Relação estabelecida pelo protagonista consigo mesmo e com o ambiente.</p> <p>1- Em relação a si próprio: Positivo</p> <p>2- Em relação ao mundo/ambiente: Aparentemente positiva</p>
<p><b>Figuras Significativas:</b> Personagens que mantem relações importantes com o protagonista, formando sua rede social.</p> <p>Figura filial positiva na qual a protagonista expressa cuidado e preocupação</p>
<p><b>Sentimentos Expressos:</b> Aspectos afetivos expressos pelo protagonista.</p> <p>Sentimentos positivos com relação ao tema.</p>

Continua...

Continuação...

<p><b>Necessidades e Desejos:</b> motivos para as ações do protagonista.          Necessidades e Desejos primários de proteção e cuidado com a criança.          Necessidades e Desejos construtivos de criar uma relação positiva com a criança.</p>
<p><b>Contexto:</b> Plano de fundo da estória, considerando o ambiente, situação e fase do Ciclo Vital individual e familiar em que o protagonista se encontra.          Fase de aquisição: adquirir um modelo de interação com o bebê, adquirir uma rotina.</p>
<p><b>Estrutura Familiar:</b> Dados objetivos que configuram a família.          Número de componentes: Dois componentes;          1 - Sexo dos componentes: Feminino e masculino, correspondendo à realidade          2 - Idade dos componentes: Idade compatível à realidade, sendo o bebê alguns meses mais velho.</p>
<p><b>Dinâmica Familiar:</b> Formas de funcionamento da família          1 - Ideal/meta da família: Cuidado e desenvolvimento dos filhos          2 - Papéis familiares: A mãe cuida do bebê e trabalha.          3 - Relações hierárquicas: A mãe decide a rotina e horários.          4 - Processo emocional de transição: Possível dificuldade entre as forças de pertencimento e individuação na família, reforçada pela ausência do pai no desenho.</p>
<p><b>Valores Familiares:</b> Ideologia implícita do sistema familiar          1 - Tabus: Pai envolvido nos cuidados da criança.          2 - Rituais e cerimônias: A própria rotina da criança</p>
<p><b>Padrões Interacionais:</b> Formas de interação da família          1 - Sequências: S3 – Rotina que se repete todos os dias por um ano ou mais.</p>

**Fonte:** Dados obtidos na pesquisa.

Neste aspecto, pode-se destacar que a maioria dos pontos tem um caráter positivo, ou seja, Carol expressa um desejo de cuidar da filha e demonstra preocupação com a mesma. Sente o ser mãe de forma positiva. Entretanto, não incluiu o pai no desenho, o que pode indicar uma sensação de falta dessa figura, neste aspecto.

Já no que se refere ao **ser trabalhadora**, análises podem ser realizadas a partir da seguinte narrativa “na minha família, o estar dentro de uma indústria [...], é muito forte, então eu tinha que ser uma trabalhadora e muito bem remunerada. E pra eles o bem remunerado era estar dentro de indústria” (sic).

O que revela, por sua vez, que a mensagem passada pela família se pauta num discurso de certo “senso comum” capitalista no qual o trabalho reconhecido é o de fábrica e indústria, aquele em que você tem hora para entrar e sair, e é bem remunerado, com salário fixo mensal.

Autores como Schwartz (2011 apud DORNA; MUNIZ, 2018) afirmam que este tipo de trabalho, trocado por dinheiro, no qual você tem uma prestação de serviço remunerada, é um *stricto sensu* na sociedade mercantil, de direito, e acabam limitando o conceito de trabalho e abafando outras definições que se enquadram como tal.

Outro destaque é o fato de ser mulher e precisar provar duas vezes mais do que é capaz, conforme exposto por Rago (2012), e também dito por Carol: “As mulheres a minha volta, durante todo meu crescimento, não trabalhavam, então eu ia ter que estudar muito, ter que fazer muito pra poder ser trabalhadora” (sic).

E foram com essas mensagens, talvez algumas mais enraizadas que outras, que a participante enfrentou a realidade de ser uma mulher superlativa, através da maternidade e dos trabalhos exercidos juntamente. Carol afirma que pelo fato de seu bebê ter apenas nove meses, ela precisa levar a filha para a empresa que abriu em 2019. E acrescenta que mesmo com a ajuda de sua mãe, ela precisa “trabalhar olhando a neném” (sic), que pede colo, que precisa mamar. Então, quando ela está no trabalho com a filha, não consegue se dedicar por inteira no trabalho, e quando está no trabalho sem a filha, fica preocupada.

Nesse aspecto, há a compreensão de que o nascimento de um bebê naturalmente coloca maiores preocupações aos cuidadores, principalmente no primeiro filho. Delegar a outros o cuidado do filho pode significar à mãe “abrir mão do controle intensivo sobre o bebê que foi de sua responsabilidade” desde os primeiros momentos de vida (GARCIA, VIECILI, 2018, p.275). O que ressalta o sentimento de preocupação acerca do bem estar da criança.

O momento da separação pode ser complexa e dolorosa mesmo a mulher desejando sentir-se livre, ao mesmo tempo ela teme que o bebê sinta-se abandonado, sendo um misto de emoções contraditórias (PARKER, 1997 apud JOST, 2018).

Nesse sentido, algum nível de estresse pode pairar sobre as mães de filhos pequenos, mesmo quando eles não são dependentes delas integralmente. Tais ambivalências de desejo pelo trabalho e certa angústia por ficar longe do filho, podem ser vistos como um aspecto conflitante e recorrente.

O que se destaca na análise sobre o Desenho-Estória com Tema, acerca do solicitado (“desenhe uma mulher que trabalha”), pode ser encontrado no quadro 6:

Quadro 6 - Análise do desenho-estória sobre “uma mulher que trabalha”.

<b>REFERENCIAL DE ANÁLISE SISTÊMICA DO DESENHO-ESTÓRIA</b>
<p><b>Atitudes Básicas:</b> Relação estabelecida pelo protagonista consigo mesmo e com o ambiente.</p> <p>1 - Em relação a si próprio: Ambivalente (feliz, mas cansada)</p> <p>2 - Em relação ao mundo/ambiente: Ambivalente</p>
<p><b>Figuras Significativas:</b> Personagens que mantêm relações importantes com o protagonista, formando sua rede social.</p> <p>1- Figuras filiais positivas as quais ela busca cuidar e promover desenvolvimento</p>
<p><b>Sentimentos Expressos:</b> Aspectos afetivos expressos pelo protagonista.</p> <p>Sentimentos ambivalentes: felicidade, preocupação, tensão, cansaço</p>
<p><b>Necessidades e Desejos:</b> motivos para as ações do protagonista.</p> <p>Necessidades e Desejos construtivos de crescimento profissional.</p>
<p><b>Contexto:</b> Plano de fundo da estória, considerando o ambiente, situação e fase do Ciclo Vital individual e familiar em que o protagonista se encontra.</p> <p>Fase de Aquisição ou Adolescente</p>
<p><b>Estrutura Familiar:</b> Dados objetivos que configuram a família.</p> <p>1 - Número de componentes: 4 pessoas, não corresponde a realidade e não cita o pai.</p> <p>2 - Sexo dos componentes: Pelo menos um feminino, outros 3 não descritos.</p> <p>3 - Idade dos componentes: Crianças e adulta</p> <p>4 - Quem trabalha na família: Mãe</p>
<p><b>Dinâmica Familiar:</b> Formas de funcionamento da família</p> <p>Ideal/meta da família: Crescimento profissional e cuidado com os filhos</p> <p>1 - Papéis familiares: Mãe trabalha e promove cuidados, filhos obedecem</p> <p>2 - Relações hierárquicas: Mãe manda.</p> <p>3 - Processo emocional de transição: De certa forma, há uma fusão familiar na qual os filhos giram em torno do trabalho da mãe.</p>
<p><b>Valores Familiares:</b> Ideologia implícita do sistema familiar</p> <p>Rituais e cerimônias: cuidados pessoais; cuidados com a família; processos administrativos.</p>
<p><b>Padrões Interacionais:</b> Formas de interação da família</p> <p>1 - Sequências: S3 – rotina que se repete todos os dias por anos</p> <p>2 - Triangulações: Mãe – trabalho – filhos</p>

**Fonte:** dados obtidos pela pesquisa

Esta análise pode confirmar o que fora dito também na entrevista. Há uma preocupação e um cuidado com a filha, assim como o cansaço. Nesse sentido, sentimentos ambivalentes surgem tanto em relação a si, quanto com o ambiente (trabalho). A dinâmica familiar sustenta a ideia da mãe como chefe do lar, o que será observado a posteriori.

Outro subtópico relevante pode ser observado no **mudança no cuidado pessoal e o impacto no bem estar**. Este item torna-se expressivo a partir do momento em que Carol apresenta sua resposta como quem gostaria muito de se manter bem cuidada, tanto esteticamente, ao fazer as unhas, por exemplo, até um cuidado psicológico de um tempo para si, pois quanto mais ela se sente bem, mais realizada e disposta fica para fazer outras tarefas: “Você põe na sua cabeça que não é importante o suficiente, entendeu? Mas que na verdade faz muita falta, esse cuidado, pra todo resto continuar bem” (sic).

O que Hobfoll e Hobfoll (1994 apud MEIRELLES, 2001, p.5) identificam é:

[...] que os fatores de maior estresse nos casamentos em que a mulher possui uma carreira, recaem sobre elas mesmas e envolvem questões básicas do cotidiano, tais como adequado tempo de sono, negociação das regras entre o casal a respeito do cuidado com os filhos e pouco tempo para a intimidade e para as atividades que lhe deem prazer, voltadas ao individual.

O último subtópico, **tudo em três palavras**, mostra como a entrevistada resume sua forma de exercer muitas funções ao mesmo tempo: “Cansaço, pelo acúmulo de coisas; rotina, pela forma que eu uso para conseguir fazer tudo; e orgulho de mim mesma por conseguir fazer tudo” (sic).

Ou seja, mesmo recebendo mensagens por vezes inflexíveis do que se entendia por ser uma mulher (superlativa), Carol reconhece que de fato dedica-se integralmente às suas funções, sem poder exercê-las separadamente. Essa divisão evidente entre “casa” e “trabalho” pode aparentar ser melhor construída entre alguns pais, por exemplo, que no trabalho não costumam se preocupar tanto quanto as mães, em como os filhos estão, com o que vão precisar fazer chegando em casa, se a janta está pronta ou não, entre outros pensamentos entendidos como recorrentes à entrevistada.

Vale ressaltar que, segundo Winnicott (1978 apud GARCIA, VIECILI, 2018), a “preocupação materna primária” é um estado que as mães entram de forma natural e necessária antes e depois do parto. Ele está caracterizado pela sensibilidade

aumentada, possibilitando a conexão às necessidades do seu bebê, de forma a afastar-se por algum tempo, de seus outros interesses. É um fenômeno que dura algumas semanas e tende a se enfraquecer. Entretanto, a volta ao trabalho exige outra adaptação. A separação da unidade mãe e filho, a “terceirização do cuidado com o bebê e uma nova fonte que demanda exigência e dedicação” (GARCIA; VIECILI, 2018, p. 276).

#### **4.2.2 Vivendo a Maternidade**

A segunda categoria oferece com minuciosidade questões acerca do maternar, de acordo com o relato de Carol.

Entende-se por maternar uma atividade de trabalho, histórica e culturalmente vivida pelas mulheres. Este âmbito do trabalho reprodutivo, embora desvalorizado e visto apenas como um suporte do trabalho produtivo é criticado por autoras feministas que apontam tal dicotomia como reprodutora das relações de gênero, que mantém a desigualdade (SCOTT, 1995; RAGO, 1998 apud DORNA; MUNIZ, 2018).

Nesse sentido, observa-se o quadro a seguir, com as principais ideias apresentadas pela entrevistada sobre a sua experiência com a maternidade.

Quadro 7 - Categoria 2 – Vivendo a Maternidade.

<b>Categoria 2 – Vivendo a Maternidade</b>				
	<b>Gestação e parto</b>	<b>Maternar</b>	<b>Trabalho extralutar</b>	<b>Mensagens e vivências</b>
<b>2.2 EXPECTATIVAS</b>	Reconhece certas romantizações. A gravidez foi planejada e o desejo era de um parto normal, mas tinha uma imagem ruim do parto.	Disseram-na que o momento mãe e filho de amamentar é lindo, que há uma transformação positiva a ser vivenciada ao se tornar mãe.	Nunca pensou em parar de trabalhar, sempre quis conciliar tudo.	Falaram sobre uma diferença entre ser mulher e mãe, como uma mudança positiva e enriquecedora, uma transformação.
<b>2.3 REALIDADE</b>	Nem na gestação, nem no parto enfrentou complicações. Os dois superaram as expectativas da entrevistada.	Tudo foi diferente do que disseram. Acredita numa experiência subjetiva, pois cada bebê é único. Sentiu desespero.	Enquanto se assegurava na licença maternidade em um trabalho, tinha preocupação com sua empresa. Não conseguiu vivenciar uma coisa OU outra.	As primeiras vivências contaram com muito suporte do hospital, mudanças nos papéis parentais, combinados com o parceiro, aprendizados e visitas.
	<b><i>Baby blues</i></b>	<b>Angústias</b>	<b>Afetos</b>	<b>Pensamentos</b>
<b>2.4 SENTIMENTOS E PENSAMENTOS</b>	Sentiu a tristeza materna em menor frequência, sabia que todos passavam por isso, mas chorava em determinados momentos, como no banho do bebê.	Não parou para pensar sobre o que sentia. Precisou, por vezes, se manter acordada na madrugada, mas “senti angústia quando fiquei sozinha” (sic).	“Os afetos na verdade agregam, não mudam” (sic). Diz ter mais vontade de trabalhar, mais responsabilidade. O mundo infantil lhe interessa, mas não crê numa transformação por completo, pois “o caráter não muda” (sic).	Muita cobrança interna: “você tem que saber”; “você tem que fazer” (sic). “O que abala emocionalmente não é o pensamento, é você não conseguir” (sic).

**Fonte:** dados obtidos na pesquisa

Tendo em vista que expectativas são comumente geradas durante esta fase, Carol relata no item **gestação e parto** que, por ser uma gravidez planejada, desde então já se espera a cada mês, a notícia da gravidez: “foi ou não foi?” (sic). O que a

entrevistada conta é que após a confirmação da gestação, há “uma expectativa de tudo, de como vai ser sua vida, como o neném vai ser [...] você cria expectativa fisicamente, da saúde da criança, de como vai ser seu dia-a-dia[...]” (sic).

E a partir deste relato, que perpassa as questões da romantização da maternidade, choca-se com a realidade. Carol diz que o parto esperado era o “parto normal”, e assim aconteceu. “Na minha experiência, não foi ruim o parto [...] A realidade superou a expectativa positivamente, pois esperava algo escandaloso, e não foi” (sic).

Entretanto, nos primeiros dias de vida do bebê, Carol diz que é diferente ficar no hospital, por três dias, e ir para casa depois. Pois no hospital “tem enfermeiro, comida pronta, não sente fome nem nada” (sic). Já na casa, fez combinados com o cônjuge, que tirou licença do trabalho, por sete dias. Ele se responsabilizou pela comida e outras atividades solicitadas, enquanto ela ficava com a filha. Fisicamente afirma que já se sentia bem e disposta, depois de uma semana. Carol contou muito com o apoio do pai do bebê nestes sete dias, mas depois disso, veio o relatado no item **maternar**.

A expectativa, a partir do que falaram para Carol, do que seria a maternidade, estava baseada em opiniões como: “é lindo o momento de amamentar”; “é a melhor experiência da sua vida”; “é difícil, mas vale a pena” (sic). Entretanto, ao receber visitas, diversas comparações, dicas, opiniões, palpites e comentários eram feitos, o que por vezes a incomodava: “Seu filho não é igual do outro [...] não tem como comparar nem seguir a mesma coisa [...]” (sic).

Aqui a mesma se refere aos comentários realizados por terceiros, assim que conheciam o bebê, e suas conclusões sobre o que lhe fora dito. Ao dizer que esperavam dela uma disposição, Carol sente que deveria aparentar, o tempo todo, certo contentamento: “você tem que estar bem [...] mas às vezes é desesperador, aí você esquece do bonito” (sic).

O que Badinter (1985), em sua busca histórica, lúcida e desapaixorada, conclui em seu livro, de acordo com o que foi explicitado ao longo do trabalho, é que o chamado “instinto materno” não passa de um mito. Assim, como qualquer outro sentimento, o amor pelo filho é algo variável, que dependerá dos contextos histórico culturais e das ambições ou frustrações daquele sujeito que se vê enquanto mãe.

Este conhecido amor materno é um sentimento humano: frágil, incerto e imperfeito, que pode aparecer e desaparecer, mostrar-se forte ou fraco. As maneiras



de expressar esse amor materno podem variar do tudo ao nada. Ou seja, segundo a autora, ele é um sentimento adquirido, e não, inato e natural (BADINTER, 1985).

O **trabalho extraluar**, por fim, foi um aspecto de menor impacto comparado à realidade do maternar, pois antes, ela só pensava que, em sua empresa, “se manteria igual, sem diferença” (sic) e no outro trabalho não iria se preocupar, pois estava assegurada pela licença maternidade: “O serviço próprio, me gerava insegurança. Eu torcia pra que nada acontecesse” (sic). Portanto, mesmo considerando “tranquilo” (sic), tinha medo e precisava acompanhar de perto sua empresa, não tendo a possibilidade de “viver só uma coisa” (sic), só o momento da maternidade ou só o momento do trabalho, por exemplo.

O que Meirelles (2001, p.5) apresenta sobre a diferença entre trabalho remunerado e carreira pode enfatizar ainda mais a questão complexa em que vive a entrevistada ao abrir recentemente seu próprio negócio, para além do emprego que mantinha com registro em carteira assinada, pois:

[...] ter um trabalho remunerado não é o mesmo que ter uma carreira, pois esta se refere a um *continuum*, um ciclo de desenvolvimento profissional, algo complexo, que requer estágios e envolve planos individuais e organizacionais, além de sociais, familiares e conjugais.

Quando questionada sobre o que sabia acerca do **baby blues**, a mesma informou que sabia o que era a tristeza materna e que, o fato de precisar ficar acordada de madrugada, no início, era um momento em que chorava:

Você chora porque você não sabe mais o que você faz com o neném, mas acho que no meu caso, não tive tanta evidência assim, porque você não para de fazer as coisas no *baby blues* né, mas aquela sensação de incapacidade, de que você não tá fazendo tudo certo, a gente sente um pouco. Você fala assim: nossa, eu não sei fazer nada pro meu filho, sabe? Ela é minha e eu não sei nada (sic).

Carol sentiu-se sozinha e incapaz, mas não sempre, somente em alguns momentos, dando ênfase para o período da noite e do banho do bebê, durante o primeiro mês, no qual estavam se conhecendo.

Sentimentos contraditórios e ambivalentes, por parte das mães, são frequentes nesse período (Maldonado, 1990), como por exemplo: compaixão pelo bebê contraposta à raiva, por considerá-lo ingrato perante seus esforços, além da frustração diante de um bebê que lhe parece insaciável, exigindo muito e retribuindo pouco, privando-a de suas necessidades, tais como horas de sono e de repouso. Tal situação de

insatisfação pode gerar sentimentos de culpa e inadequação por parte da mãe (RAPOPORT; PICCININI, 2011, p. 221).

É de extrema relevância abarcar, neste momento, as três grandes transformações psíquicas que a mulher passa durante o ciclo gravídico-puerperal, que irão exigir uma reestruturação emocional da mesma, mas ocorrendo de maneiras diferentes para cada uma. A primeira é a transformação de filha e mãe. A segunda é a transformação da autoimagem corporal. A terceira e última é a relação entre a sexualidade e a maternidade. A puérpera pode apresentar mudanças no humor (*baby blues*), cerca de 80% das mulheres sofrem com a tristeza materna. O que pode indicar um índice ainda maior se considerado o tabu existente acerca do tema (BRASIL, 2006; IACONELLI, 2005 apud ROMAGNOLO, 2018, p.19).

O que os mesmos autores expressam é que o *baby blues* pode ser um estado de humor depressivo, coerente e esperado de acordo com a demanda psíquica exigida pelo período. Geralmente ocorre a partir da primeira semana depois do parto, trazendo tristeza, insegurança, baixa autoestima, sensação de incapacidade de cuidar do bebê, entre outros. Sendo assim,

A mulher perde o papel de filha sem ter clareza do seu papel de mãe; não reconhece o próprio corpo, pois não é mais gestante, porém não possui mais o corpo que tinha antes da gestação; agora há entre ela e o marido um terceiro elemento que traz uma nova configuração familiar (ROMAGNOLO, 2018, p.19).

Neste sentido, o filho terá de encontrar um espaço nesta configuração familiar. Tal triângulação, remete os pais às suas próprias questões com as figuras materna e paterna de referência, o que envolverá certo sofrimento, um movimento esperado. Entretanto, esta triangulação pode se apresentar de forma benéfica a maneira com que essas questões “vão sendo elaboradas e compartilhadas com outras pessoas que compreendam essa condição como natural, proporcionando acolhimento e cuidado” (ROMAGNOLO, 2018, p.19).

### **4.2.3 Compartilhando a Parentalidade**

Esta categoria permite analisar como funciona a rotina da participante, como se definiram os cuidados do bebê, a divisão de tarefas, as regras, quem é a rede de apoio da mesma e quais são os conflitos parentais encontrados.

Quadro 8 - Categoria 3 – Compartilhando a parentalidade.

Categoria 3 - Compartilhando a parentalidade				
Cuidados do bebê	Divisão de tarefas	Regras	Rede de apoio	Conflitos parentais
Após os primeiros 20 dias, o bebê já segue uma rotina, que se adapta com o tempo. Ele come de 3 em 3 horas, acorda as 6h e dorme as 20h. No primeiro mês encontrou mais dificuldades. Estava conhecendo a filha.	Ela fica com o bebê de manhã. Na parte da tarde recebe auxílio de sua mãe e depois das 17h, do pai. Madrugada somente ela. Pagam uma diarista, uma vez por semana. O resto dos dias ela que limpa a casa.	Prevalência das regras da mãe. Há diálogo com o parceiro, mas a iniciativa é dela. Busca conhecimento em livros e vídeos, além da interação com a filha.	Contou com o pai, dentro de casa, nos sete primeiros dias. Hoje conta mais com sua mãe. Mas crê não ser responsabilizada de da avó cuidar e educar, e sim, da mãe.	“Todo o resto que não a mãe, é uma ajuda” (sic) “A avó tem que brincar. Não tem uma obrigação tão grande quanto a mãe” (sic). “Pai não deveria ser ajuda, mas se não divide as obrigações, vira ajuda” (sic).

Fonte: dados obtidos na pesquisa

No que se refere aos **cuidados do bebê**, pode-se dizer que a participante não encontrou maiores dificuldades e conseguiu realizar as tarefas necessárias, de acordo com sua rotina estipulada, de maneira satisfatória, pois:

No geral, ela seguia muito bem a rotina. Eu falo que se eu tiver outro neném, eu não sei cuidar de muita coisa porque ela nunca teve cólica, nunca teve nada disso, sempre dormiu bem [...] (sic).

É possível ressaltar a importância da rotina para a entrevistada, que mesmo considerando seu bebê “tranquilo” (sic), afirma estabelecer o horário de comer, de brincar e de tomar banho, por exemplo. E vê como uma estratégia para conseguir fazer tudo que precisa: “A gente cria uma rotina, mas nem todo mundo sabe da rotina, então se tiver outra pessoa com ela, daí já desfaz toda rotina [...] mas nem todas as pessoas tem interesse em cuidar da sua rotina” (sic).

Sobre a **divisão de tarefas**, Carol afirma que vai para sua empresa as 14h e lá sua mãe a auxilia, olhando a criança, mas durante a manhã somente ela fica com a filha. Nos horários já estabelecidos pela rotina, de comer ou trocar a fralda, por exemplo, a avó pode chamá-la. Às 17h, o pai sai do trabalho para buscar a filha e a leva para casa, ficam juntos até às 20h. “Essa é a divisão. E a madrugada é comigo de novo” (sic).

Pode-se observar que na maior parte do dia, o bebê, de nove meses, fica com a mãe. Das 17h às 20h fica longe da mesma, durante a semana, por conta do

trabalho. Quando questionada se a mesma se sentia na obrigação de cuidar e educar a maior parte do tempo, respondeu que “a obrigação não é da minha mãe, é minha” (sic).

No que se refere aos trabalhos domésticos, encontra-se uma desproporção na divisão, pois:

Faço o que dá, também não fico me cobrando. Então assim, eu lavo a roupa, eu faço almoço todos os dias, eu faço almoço do neném, guardo as coisas que estão bagunçadas [...] aí a pessoa que vem ajudar a gente, vem toda quarta, quando é sábado, eu lavo de novo, passo um pano, limpo onde fica o cachorro, faço todo o resto. E antes eu fazia tudo. Eu lavava a casa, banheiro, tudo, do mesmo jeito, lavava roupa [...] (sic).

Questionada se haveria ou não uma divisão de tarefas respondeu que o parceiro “é responsável pelo lixo. Ele desce com o lixo e o resto sou eu” (sic). E alega que mesmo com uma tentativa de dividir igualmente os afazeres domésticos, a mesma foi frustrada:

Eu coloquei: cada um tinha cinco tarefas. Daí não rolou. Porque ele fala que prefere pagar alguém, do que gastar o tempo dele limpando. Daí ele paga alguém. Mas paga uma vez por semana (sic).

O que abre margem para o conceito, já discutido, de trabalho doméstico, enquanto “reprodutivo” e feminino, e o remunerado, “produtivo”, socialmente considerado masculino (CYRINO, 2009). E nesta lógica do sistema, o que é relacionado ao feminino se encontra depreciado quando observada esta diferença entre o que é “trabalho de homem” e o “de mulher”. Assim, as atividades do lar podem ser associadas como inferiores, “o que colabora para que os homens deixem as mesmas para quem sempre as executou – as mulheres” (BARDWICK, 1981 apud FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014, p.26).

Por isso a atualidade destas questões, pois mães de filhos pequenos, trabalhadoras ativas na carreira, além de dedicarem horas ao domicílio, podem também sentirem-se prejudicadas, tanto no que se refere ao seu emprego, quanto em suas vivências maternas (BRUSCHINI, 2006 apud FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014).

No outro subtópico, as **regras de criação**, pode-se afirmar que são basicamente feitas pela mãe, que pesquisa e organiza os planos, mas também considera as opiniões de profissionais como o pediatra. Questões específicas como

deixar os filhos serem criados por avós, foi de consenso dos dois, que não estão de acordo com esta premissa. Mas no geral, a conclusão permite dizer que Carol chefia o lar, embora o cônjuge entre com a maior parte financeira para a administração familiar.

Sobre a **rede de apoio** a mesma informa que o pai foi a principal rede de apoio no início, mas hoje a principal é a avó da criança. “Quando nasce, todo mundo oferece ajuda, mas o de fato ajudar é diferente. Todo mundo fala ‘se você precisar é só ligar’[...]” (sic).

O que Carol denuncia com essa frase é a frequente oferta de ajuda que recebeu quando seu bebê nasceu, mas que não ocorreu concretamente por precisar de ajuda de madrugada, por exemplo.

Beauvoir (1970) apresenta a maternidade como um momento de aprisionamento da mulher, pois, segundo a autora, ela é preparada com o tempo, desde a infância, para assumir esse papel de uma forma enganosa, visto que em certos momentos aparece-lhe como uma dádiva e, logo após o nascimento do bebê,

ela se descobre como portadora solitária da responsabilidade de cuidar dela. Então essa mãe, que não tem o apoio social suficiente para compartilhar o cuidado da criança, se vê obrigada a abandonar seus outros sonhos (DORNA; MUNIZ, 2018, p.7).

Quando Carol apresenta questionamentos sobre a rede de apoio em mães solo, afirma que o cônjuge não é “100% presente em tudo, mas ele me ajuda” (sic) e assim relembra que muitas podem não ter este amparo.

Eu penso [...] toda sociedade fica romantizando algumas coisas, que não é lindo e maravilhoso [...] então como já é difícil você tendo alguma ajuda e fazer tudo isso, imagina sem? Então a internet, a mídia posta coisas lindas, e não falam do resto (sic).

Aqui deixa claro como Carol, reconhecendo certas romantizações por parte da sociedade, se frustra ao ver a realidade.

Talvez um segundo filho, eu conversaria antes duma rotina e não deixaria a criança nascer pra depois criá-la. Porque é sempre assim: ‘quando vier, eu vejo’; ‘quando acontecer, eu vejo o que faço’. E não, eu acho que hoje as coisas tem que ser pontuadas antes. E passadas, e explicadas com mais clareza, do que ficar falando que ‘neném é lindo’ (sic).

Nesta fala, Carol abre caminhos para um debate sobre o Programa de Pré-natal Psicológico (PNP), por exemplo, que funciona como uma prevenção aos adoecimentos nesta fase e tem como objetivo, segundo Bortoletti (2007 apud BENINCASA et al., 2019) o acolhimento da gestante e o casal, de maneira a permitir a troca de experiências, pois é esperado que eles dividam as culpas, medos, dúvidas, etc., do período.

Trata-se de um modelo de intervenção preventivo que consiste em propiciar suporte emocional, informacional e instrucional por meio de atendimentos psicoeducativos com grupos de gestantes e seus familiares durante o ciclo gravídico-puerperal (BENINCASA et al., 2019, p. 240).

Fazendo um paralelo, também aos eventos psíquicos expostos por Berthoud (2002) na revisão de literatura, vale relembrar que a gestação, como parte do ciclo vital feminino, pode ser compreendida enquanto um conjunto de fenômenos fisiológicos que criam outro ser, nesse sentido, por melhor e mais valorizado que seja considerada esta fase por algumas mulheres, é um momento de muitas mudanças físicas e psicológicas (REZENDE, 2005 apud ROMAGNOLO, 2018).

Tais alterações podem gerar medos, dúvidas, angústias, curiosidade e/ou fantasia, sendo assim, compartilhar destes sentimentos com profissionais de saúde capacitados em acolher estas mulheres, se faz realmente necessário (COSTA et al., 2010).

É comum que **conflitos parentais** ocorram entre pais de primeira viagem: “o primeiro filho traz consigo um aumento de conflitos nas relações conjugais e no relacionamento” (MAGAGNIN, 2003, p.50).

Sobre o termo “ajuda”, Carol faz uma movimentação relevante ao longo da entrevista, pois ao falar da avó, diz: “Na ajuda eu penso assim: ‘é, não consigo fazer aquilo naquele momento’, e daí a minha mãe me ajuda. Acho que é isso” (sic).

Mas ao se referir ao pai do bebê afirma que:

Não é que eu não consigo fazer aquilo naquele momento, mas eu não quero fazer aquilo naquele momento, porque aquele momento é dele. Então não entra nesse sentido de ajuda. Pra mim é isso, [...] É uma responsabilidade dele, mas como é muito dependente de mim, de saber fazer tudo, de o que tem que fazer, [...] então passa a ser ajuda (sic).

Sabe-se que, de acordo com Rapoport e Piccinini (2011), que citam Maldonado (1990); Stern (1997) e Rapoport (2003), quando a puérpera é cercada

por pessoas que lhe dão suporte, os sentimentos maternos de autoconfiança e realização pessoal tendem a aumentar tanto quanto a disposição para dar afeto ao bebê. Entretanto, atualmente, redes de apoio social estão menores por conta da vida nas grandes cidades, o que deixa a mulher, por vezes, sozinha com a criança, podendo afetar a maternidade e o desenvolvimento deste bebê, pois:

[...] especialmente nesse momento do puerpério, a mulher tende a se sentir mais insegura, pelas várias mudanças que ocorrem em sua vida e pelo fato dela deixar de ser o centro de sua própria vida, privilegiando seu bebê (Falceto, 2002). Por outro lado, Zimmermann, Zimmermann, Zimmermann, Tatsch e Santos (2001) referem que, apesar da importância do apoio social, algumas mães preferem assumir as tarefas sozinhas, como se isso as ajudasse a construir alicerces mais sólidos de sua competência como mães (RAPOPORT; PICCININI, 2011, p. 216).

Sendo assim, é preciso ficar atento às mães que realizam tudo sozinhas, seja em nome da obrigação ou vontade. O que Carol divide é que a filha, por ser pequena, ainda depende dela, mas espera que ao crescer, não dependa tanto, então se agora o papel deste pai está sendo de “ajuda”, futuramente seria de responsabilidade.

Eu tenho que ficar ali, olhando. Tem que falar (para o cônjuge) onde ‘tá’, falar onde tem que pegar. Daí vem a expectativa né [...] Expectativa de que seja um momento, que ela (a filha) hoje é muito dependente de mim, então eu tenho expectativa de que ela [...], não mamando mais, isso mude [...] Então ai vai mudar como: ‘Eu realmente não quero fazer, esse é o momento de vocês, eu não vou opinar nem nada’. Aí não vai ser mais ajuda, vai ser o momento deles e eu vou ter o meu e fazer o que eu quiser no meu momento” (sic).

Carol ainda diz que escreve tudo o que ele tem que fazer, quando está sozinho com a filha, inclusive aos finais de semana, que é quando pode ter um momento para si, para fazer algum curso, por exemplo.

Sempre tem que ‘ta’ falando. Eu escrevo a hora que vai comer, o que vai comer, a hora do banho, deixo a roupa separada, a hora que vai dormir. [...] Às vezes eu to aqui e escuto ela reclamando. Aí eu dou um grito: ‘tira ela daí porque ela não quer ficar aí mais’. Ai além de deixar escrito eu tenho que falar o que a criança quer (sic).

Ao mesmo tempo em que observa-se, por esse discurso, certos conflitos em deixar a criança com o pai e ir tranquilamente fazer o que gostaria, devido a falta de iniciativa ou talvez um despreparo por parte deste pai, pode-se ressaltar também o que Yogev (1981 apud MEIRELLES, 2001) pesquisou. Segundo o autor, as próprias

mulheres, por vezes, não querem mudar os aspectos tradicionais de suas vidas, pois continuam assumindo a maior parte das responsabilidades pelas crianças e tarefas domésticas. Ou seja, mesmo dizendo que gostaria de deixar a filha, por algum momento, inteiramente com o pai, quando a deixa, ainda se faz presente com ações que estão como obrigação do pai, naquela hora.

#### 4.2.4 Papéis de gênero

Diante das análises geradas pelas outras categorias, esta última pretende unilas num só contexto e responder se de fato os papéis de gênero impostos pela sociedade são centrais neste estudo de caso. Como influenciam a participante de maneira psicossocial, de que maneira isso é visto na dinâmica familiar? Qual a relação entre a sobrecarga mental e o gênero?

Quadro 9 - Categoria 4 – Papéis de gênero.

<b>Categoria 4 - Papéis de gênero</b>			
	<b>Influência do gênero</b>	<b>Percepções de si como mãe</b>	<b>Percepções do pai</b>
<b>4.1 Influências na dinâmica familiar</b>	Caso ela não faça as “coisas de mulher, que foi aprendido que é assim” (sic), o cônjuge não faz.	Tentou não criar muitas expectativas, afirma que é o que esperava.	Visto como um bom pai, que faz o que está no limite dele, mas sente falta de mais iniciativas.
<b>4.2 Influências no bem-estar emocional</b>	Por ser mulher, acumula mais tarefas e gera cansaço. Entrevistada entende que deveria ser tudo dividido.		
<b>4.3 Sobrecarga mental</b>	Uma solução para a sobrecarga seria a divisão de tarefas domésticas, que quando vistas como obrigação, se tornam desprazerosas.		

Fonte: dados obtidos na pesquisa.

No que se refere às **influências na dinâmica familiar**, pode-se afirmar que o gênero tem uma interferência direta na divisão de tarefas dentro da família em questão.

[...] lavar as roupas, lavar a louça, fazer o almoço... a comida até que ele faz, se eu não fizesse, não tivesse em casa. Mas, lavar roupa, lavar louça, varrer, guardar roupa, passar roupa, se eu não fizer, ele não faz. Porque ele nunca precisou fazer. Nunca foi coisa do dia a dia dele, do homem, fazer (sic).



A literatura, entretanto, mostrou que o desejo, por sua vez, não vê gênero. A mulher deseja o mesmo que o homem, no sentido em que é a sociedade quem prega essa diferença, mas na raiz de suas vontades, não há “desejos de mulher” ou “desejos de homem”, somente “desejos” nas suas infinitas variedades, imagináveis e inimagináveis.

Importa agora considerar as transformações no papel feminino, a autonomia das mulheres para fazer suas próprias escolhas e recusar a maternidade obrigatória, lançando novos ou outros olhares para se dar conta da complexidade que é ser mulher (MACHADO; PENNA; CALEIRO, 2019, p. 1129).

O modo como **se percebe como mãe**, no item 4.1 do quadro, demonstra que em um primeiro momento, é o que ela esperava, pois tentou vivenciar cada momento, de forma única.

Então até hoje ‘tá’ sendo dentro do que eu olhei, pesquisei, julgo ser certo ou errado, então não sei como eu sou como mãe, não sei. Eu acho que faço o que ‘tá’ ao meu alcance, mas acho que sempre da pra fazer alguma coisa a mais, mas também não dá pra se dobrar em 70 pedaços (sic).

As **percepções do pai** demonstram a visão dela para com o cônjuge em seu papel de pai e o coloca como “um bom pai” (sic).

Mas eu vendo do meu ponto de vista, às vezes eu acho que daria pra fazer mais. Mas o que ele faz já é bastante, entendeu? A única coisa que eu acho que poderia fazer mais, no sentido de ele ter a parte de pesquisar, e não seguir só o que eu falo. Porque se eu falar ‘18 horas é a janta’, ‘18h30 é a água’, ‘19h brincar’, ‘19h30 o mama’, ele vai fazer exatamente aquilo (sic).

Com isso, Carol deixa manifesta certa insatisfação por faltar iniciativa, mas sempre com cautela ao falar, como quem não pudesse, de alguma forma, manifestá-la por ser um pai que procura estar presente quando precisa, segundo o discurso da participante.

Ao deixar a filha com ele, Carol diz:

Aí eu mando mensagem, não aguento: ‘ta tudo bem ai?’ Mas ela fica bem. Geralmente ela fica bem. Mas daí, por exemplo, se eu não deixo nada escrito, ela fica bem, mas [...] se o jantar era às 18h quando da 19h ele manda ‘o que é pra eu dar de comida pra ela?’ (sic).

Aqui fica evidente um paradoxo. Ao mesmo tempo em que existe a realidade na qual esta mãe se vê na “obrigação” de saber onde estão as coisas, e comunicar ao cônjuge quando ele pergunta, por exemplo, além de dizer o que ele deve ou não

fazer com a filha, mesmo quando ela não o faz, a filha fica bem com o pai. Pode-se questionar, nesse sentido, até que ponto a preocupação com a filha condiz com a realidade dos fatos. Deve ser pontuado, portanto, o modo como esta mãe estabeleceu que deveria ser o tempo em que a filha está com o pai.

O que pode também ser explicado pelos estudos de Rapoport e Piccinini (2011, p.221) cuja afirmativa é de que dentre as principais situações estressoras no primeiro ano de vida do filho, há destaque para:

o cansaço materno, a falta de sono e o fato de ter a vida regada pelos horários e necessidades do bebê. [...] Além disso, inúmeras mudanças subjetivas, também podem gerar estresse, como [...] a reorganização da identidade da mãe, bem como o relacionar-se com o bebê e sobre sua capacidade de manter o bebê vivo e crescendo. As mães passam de uma posição de serem cuidadas e protegidas durante a gravidez para serem cuidadoras. Associado a essas questões subjetivas maternas, pode-se também destacar o confronto entre o bebê real, com suas demandas e características e o bebê imaginado e idealizado durante a gestação (LEBOVICI, 1987).

Estas considerações possuem relação direta com o **bem estar emocional** de Carol. Ao responder como as vivências, de múltiplos papéis, que tem, impactam em sua vida, a mesma responde que:

Impacta dessa forma. Porque é algo muito simples e que se fosse dividido, não sobrecarrega ninguém, mas é muito cultural ainda, isso, de como a pessoa ganha muito mais e coloca a maior parte do dinheiro (em casa), não vai fazer, entendeu? Acho que impacta mais no cansaço (sic).

Ainda hoje o imaginário social é permeado pela maternidade enquanto uma condição, impondo ao feminino esta obrigatoriedade. Entretanto, sabe-se que esta foi uma construção de valores realizada diariamente, pelos discursos de poder. Criou-se o mito do instinto materno (MACHADO; PENNA; CALEIRO, 2019).

A desconstrução do ideal de mulher-mãe demanda a conscientização da sociedade de forma a mudar valores e compreendendo que a maternidade possui inúmeros significados que variam conforme a época e a vivência subjetiva da mulher. Enquanto ser humano, ela está sujeita a múltiplas experiências mais submetidas ou menos aos valores da sociedade em que se insere (MACHADO; PENNA; CALEIRO, 2019).

Como abordado ao longo de todo trabalho, o conservadorismo, o sexismo, o machismo e o capitalismo são fatos atuais que podem sacrificar mulheres por conta da imposição de papéis de gênero, atribuindo diversas jornadas de trabalho

reprodutivo somado ao produtivo, que, por sua vez, é de menor remuneração que dos homens (PERES, 2020).

Considerando ainda a época da pandemia, pode-se afirmar que tais jornadas são ainda mais exaustivas visto que esta mulher superlativa não pode mais contar com a rede de apoio formada por escola/creche e outras mulheres, principalmente. Esta função de cuidar, administrar a casa e realizar sua manutenção, são tarefas de máxima prioridade neste contexto de crise sanitária, entretanto, continua com invisibilidade e desvalorizado (PERES, 2020).

Nesse sentido, Carol foi questionada sobre essa possível “**sobrecarga mental de tarefas**”, e afirmou positivamente sua existência, complementando que a afetava e estava “cansada” (sic). E, por não ser uma discussão presente em seu cotidiano com o cônjuge, declara:

Na verdade assim, me afeta, mas a gente não fala mais sobre isso. Porque não vai acontecer, não vai ter uma mudança assim: ‘agora a gente vai dividir, um banheiro é seu outro é meu’ [...]. A solução (para ele) é a empregada, um dia por semana. Então não tem essa discussão, sabe? Só vou discutir se eu for com uma solução. E a solução pra mim é divisão, né. Porque [...] não é que eu não gosto de fazer. Eu gosto de cuidar da roupa da minha filha, eu gosto de fazer o almoço dela, gosto de fazer o meu almoço, de vez em quando, algo que eu quero comer aquela hora. Eu gosto de cuidar da minha casa, eu gosto disso, mas fazer isso e fazer tudo aquilo, e ter a obrigação de fazer, porque se não vai ficar imundo, que é o ruim. Então se fosse dividido, não seria ruim, talvez seria até um pouco prazeroso você cuidar daquilo que é seu um pouco. [...] a sua casa você cuida de algo pra você mesmo, então às vezes é gostoso [...] Mas não é gostoso. Porque é obrigação, não é divisão (sic).

O que se confirma com os autores que Meirelles (2001) traz em sua pesquisa, cuja constatação é:

[...] tem se revelado particularmente trabalhoso para as mulheres terem uma carreira, casamento e família, uma vez que elas continuam responsáveis pela casa e pelos filhos, além de se preocuparem com a satisfação conjugal. Ou, como conclui Diniz: “são as mulheres que tem arcado com o ônus da mudança de expansão de papéis” (p.36 apud MEIRELLES, 2001, p.6).

Portanto, após estas afirmações consistentes e expressivas, confirmando as hipóteses do trabalho, vale ressaltar, conforme já explicado pela fundamentação teórica, que o movimento feminista, na década de 1960, abriu problematizações acerca da divisão sexual do trabalho, buscando uma possível tomada de consciência. Foi denunciada, por ele, a grande massa de trabalho, sempre realizada

pelas mulheres, de maneira gratuita. Um trabalho invisível, feito para os outros, em nome da natureza, do dever maternal e do amor (KERGOAT, 2009 apud DORNA; MUNIZ, 2018).

Sendo assim, a queixa realizada era para que este tipo de trabalho fosse visto enquanto tal. Afinal, as mulheres sempre trabalharam muito ao executar tarefas indispensáveis à sobrevivência e ao bem-estar da família (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982 apud DORNA; MUNIZ, 2018).

Por fim, é necessário enfatizar que a família em questão encontra-se num contexto patriarcal, heterossexual, de classe média e etnia branca.

Considerando que o trabalho extraluar das mulheres é uma opção apenas em famílias de classes mais altas, que em sua maioria, são mulheres brancas, pode-se afirmar que, em contrapartida, mulheres negras e de classes mais baixas, nunca deixaram de trabalhar dentro e fora do lar. Nesse sentido, Ribeiro (2018) confirma a ideia das primeiras ondas feministas na qual a categoria descrita como “mulheres”, baseou-se na mulher branca de classe média, pois trabalhar fora sem a autorização do marido não era uma reivindicação do feminismo negro.

Após esclarecida esta possível diferença radical existente entre a mulher branca, que lutava pelo direito ao voto e ao trabalho, e da mulher negra que, na mesma época, ainda lutava para ser considerada pessoa (RIBEIRO, 2018), pode-se afirmar que a dupla jornada de trabalho abarca uma ampla gama de mulheres atualmente, mas sempre englobou as mulheres negras, desde a escravidão.

Portanto, o sujeito “mulher” determinado pelo feminismo e apresentado também nesta pesquisa precisa ser visto com cuidado, sempre considerando o feminismo interseccional que enfatiza a questão social, racial, etc. Ou seja, caso este trabalho fosse realizado com uma mulher em outro contexto social, as perspectivas e as conclusões seriam diferentes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhos como de Valéria Meirelles (2001), Miria Benincasa (2019), entre outros, podem servir de exemplos ao demonstrar que a pauta acerca do sofrimento feminino, especialmente em mães, é uma questão para a ciência da Psicologia. Frente a estes trabalhos, questiona-se: “Por que a incidência da depressão é maior entre as gestantes do que entre a população normal?” “A maternidade real é um tabu?” “Qual a relação entre o sistema patriarcal e capitalista e a romantização da maternidade?” “Como as mães lidam, atualmente, com tantas demandas?” “Se a dupla jornada é uma realidade para muitas, por que tamanha invisibilidade?”.

Seguindo esta direção, compreende-se que, sob a luz dos resultados apresentados e suas respectivas análises, este trabalho de graduação cumpriu com seu objetivo geral de analisar como a vivência da dupla jornada e dos múltiplos papéis poderia impactar no bem-estar biopsicossocial de uma mulher, puérpera, assalariada e empreendedora.

Pode-se concluir que a vivência da dupla jornada de trabalho na mãe entrevistada, tem em vista a árdua carga horária que preenche entre trabalho produtivo e reprodutivo, ou remunerado e não remunerado. Desta forma, o acúmulo de funções impactam diretamente em seu bem-estar biopsicossocial com a baixa de sua autoestima, por exemplo, e o cansaço físico.

Sendo assim, os objetivos específicos também foram atendidos na medida em que:

- i. Foi possível compreender a representação simbólica das atividades que a entrevistada exerce, segundo o desenho estória. Com este instrumento, uma diferença clara se mostrou presente entre os desenhos da mulher e mãe, para o desenho da “mulher que trabalha”, como alguém realizado e principalmente, seguro, sem o aspecto da “fragilidade” exibida nos outros dois desenhos por meio de transparências nas vestes de baixo.
- ii. Pode-se concluir, com relação ao baby blues, que de fato esteve presente na entrevistada, mesmo que em menor proporção, causando choros cotidianos durante os primeiros dias, em dois momentos específicos, além de certas angústias e inseguranças em outros momentos. A autoestima pode ser notada como um dos fatores de

maior mudança, segundo os instrumentos. A dupla jornada possui papel central nesta narrativa à medida em que é preciso de uma rede de apoio para que esta mãe dedique seu tempo também à si e não ao bebê, à casa, ao relacionamento e aos trabalhos. Contudo, uma frase repetida durante a entrevista aberta fez referência à impossibilidade de ser ou fazer somente uma coisa por vez, sendo necessário se desdobrar e realizar mais de uma atividade/função ao mesmo tempo.

- iii. Tanto a rotina, quanto os cuidados pessoais e do bebê, além de sentimentos e angústias vividos pela participante, foram analisadas pelos instrumentos. Eles estão arraigados por um comportamento materno que outorga, que se mantém presente para o bebê, com carinho e atenção, mesmo diante de dificuldades, apresentando paciência e dedicação integral, às vezes ultrapassando até os limites físicos e emocionais da entrevistada.
- iv. Foi investigado, pela entrevista aberta, o modo como os papéis de gênero impactam tanto na dinâmica familiar quanto no bem-estar biopsicossocial da participante, a partir do momento em que a divisão sexual do trabalho constitui-se como uma realidade inegociável, atingindo direta e conscientemente esta mãe, que se diz cansada.

Em face dessas constatações, é possível afirmar que o problema de pesquisa foi respondido. A vivência dos múltiplos papéis que uma mulher puérpera com dupla jornada de trabalho experienciou esteve pautada na divisão sexual de tarefas, cuja função da mesma é além de maternar e trabalhar fora do lar, realizar quase que exclusivamente os afazeres domésticos diários, pois o cônjuge acaba por contribuir mais financeiramente dentro da casa. Sendo assim, o impacto desta sobrecarga de tarefas aparece frente a uma autoestima baixa e um sentimento de esgotamento.

Optou-se pelo estudo de caso único de modo a utilizar de uma vivência real, porém subjetiva, para a compreensão de fenômenos sócio histórico culturais.

Quanto às limitações da pesquisa, sabe-se que a entrevistada encontra-se num contexto privilegiado devido sua classe social e sua etnia. O cuidado deste trabalho está em ilustrar que a dor, os afetos e as angústias vivenciados são subjetivos e cada contexto responderia diferentemente à temática sobre a dupla

jornada feminina de trabalho, principalmente se essa demanda estivesse baseada na experiência de uma mãe periférica ou uma mãe solo.

Desta forma, pesquisas futuras podem trazer temas que considerem: I) A relação direta do sistema capitalista, enquanto promotor de desigualdades e enfermidades, na dupla jornada de trabalho. II) Mães solo e a rede de apoio III) Experiências da maternidade quando a mãe encontra-se sustentando o lar e o cônjuge realiza o trabalho não remunerado. IV) Mães que não realizam trabalho extraluar e o bem-estar biopsicossocial comparado às mães que realizam dupla jornada.

Portanto, este trabalho de graduação pretendeu contribuir com a área de pesquisa na ciência, demonstrando a necessidade de um olhar integral para a mulher, mãe, puérpera: trabalhadora.

O psicólogo pode cumprir papel de orientador nestes momentos do puerpério, a fim de auxiliar no planejamento desta maternidade, ou orientar mulheres que retornam da experiência, para que consigam vivenciar a dupla jornada de maneira menos angustiante.

Nesse sentido, é de interesse da Psicologia, para realizar a promoção de saúde, observar estas mulheres enquanto sujeitos, por vezes, sobrecarregados, e oferecer uma assistência adequada e generosa de modo a providenciar qualidade de vida, e um bem-estar biopsicossocial.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. Estatísticas Sociais (Ed.). **Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho.** [S. l.] 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 8 out. 2019
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, pág. 13-56, dez. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332014000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200013&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 de set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ªed. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986
- BADINTER, Elisabeth. (1985). **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não quero ter filhos. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, pág. 577-587, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822012000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000300011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300011>.
- BEAUVOIR, Simone de. **O SEGUNDO SEXO: Fatos e Mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 309 p. Tradução: Sérgio Milliet
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4ª ed. v. 1 e 2. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. Recurso Digital (Ebook). Arquivo Kindle
- BENINCASA, Miria et al . O pré-natal psicológico como um modelo de assistência durante a gestação. **Rev. SBPH**, São Paulo , v. 22, n. 1, p. 238-257, jun. 2019 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-08582019000100013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582019000100013&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 31 out. 2020.
- BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper. Visitando a Fase de Aquisição. In: **Visitando a família ao longo do Ciclo Vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. Cap 2, p. 29-58.
- BLEGER, Jose. **Psio-Higiene e psicologia institucional**. Porto Alegre: Artes Médicas Editora, 1984.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei n. 21.076**, de 24 de janeiro de 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto->



21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 26 de set de 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada**. Brasília: Ministério da Saúde. 2006.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1 jan. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457>

CALDAS JÚNIOR, Arnaldo de França; RABELLO, Patrícia Moreira. Violência contra a mulher, coesão familiar e drogas. **Revista de Saúde Pública**, João Pessoa, v. 41, n. 6, p. 970-978, 2007. Disponível em <https://scielosp.org/article/rsp/2007.v41n6/970-978/pt/>. Acesso em: 20 set. 2020

CAMPOS, Maria Teresa de Assis; TILIO, Rafael de; CREMA, Izabella Lenza. Socialização, gênero e família: uma revisão integrativa da literatura científica. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 146-161, jul. 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2017000100012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000100012&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 26 set. 2020.

CARDOSO, Livia de Rezende; SANTOS, Jailma dos. Relações de gênero em um currículo de matemática para os anos iniciais: quantos chaveiros ele tem? **Ensino Em Re-Vista**, v.21, n.2, p.341-352, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/download/28030/15437>. Acesso em: 20 set. 2020

CARVALHAR, Danielle Lameirinhas. **Relações de gênero no currículo da educação infantil: A produção das identidades de princesas, heróis e sapos**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CARVALHO, Mariane Teixeira de; BENINCASA, Miria. Depressão pós-parto e afetos predominantes na gestação, parto e pós-parto. **Interação em Psicologia**, v. 23, n. 2, pp. 125-133. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/57188>. Acesso em: 20 de out. de 2020

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. Pensando a família sistemicamente. In: **Visitando a família ao longo do Ciclo Vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. Cap 1, p. 15-28.

COSTA, Edina Silva, et al. Alterações fisiológicas na percepção de mulheres durante a gestação. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 86-93, abr/jun 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/4532> Acesso em: 26 set 2020

COSTA, Maria Conceição da. Ainda somos associados: exclusão e invisibilidade na ciência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, pág. 455-459, dezembro de 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-)

83332006000200018&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000200018>.

CRUVINEL, Mariley Alves. **PEC das domésticas**: conquista de direitos ou fim do emprego? 2013. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

CYRINO, Rafaela. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 66-92, jun. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222009000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 08 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100005>.

D'ÁVILA, Manuela. **Por que lutamos?** um livro sobre amor e liberdade. São Paulo. Editora Planeta do Brasil, 160p. 2019.

DORNA, Lívia Borges Hoffmann; MUNIZ, Hélder Pordeus. O maternar como atividade de trabalho. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v. 13, n. 2, p. 1-16. mai/ago. 2018. Disponível em: [http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/2974](http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/2974). Acesso em: 20 out de 2020

DUARTE, Giovana; SPINELLI, Letícia Machado. **MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO: DUPLA JORNADA, DESIGUALDADE SALARIAL E ASSÉDIO**. In: VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, 7, 2018, Rio Grande. **Anais [...]**. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/247.pdf>. Acesso em: 08 de set. de 2020

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p. ISBN 978-85-385-4198-1.

FERREIRA, Guilherme Gomes; AGUINSKY, Beatriz Gershenson. Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, pág. 223-232, dez. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802013000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000200008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000200008>

FIORIN, Pascale Chechi; OLIVEIRA, Clarissa Tochetto de; DIAS, Ana Cristina Garcia. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 25-35, jun. 2014. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902014000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902014000100005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 30 set. 2020.

FRANÇA, Fabiane Freire; RIBEIRO, Tamires Almeida. Simone de Beauvoir e o movimento feminista: contribuições à Educação. In: III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 2014, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. Disponível em:

[http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT6\\_Tamires%20Almeida%20Ribeiro.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT6_Tamires%20Almeida%20Ribeiro.pdf). Acesso em: 26 set. 2020

GARCIA, Carla Fernandes; VIECILI, Juliane. Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 271-280, ago. 2018. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922018000200271&Ing=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922018000200271&Ing=en&nrm=iso). Acesso em 30 set. 2020. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5541>.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. Equidade de sexo e gênero na pesquisa e na publicação científica. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 431-432, set. 2017. Disponível em [http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742017000300431&Ing=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742017000300431&Ing=pt&nrm=iso). Acesso em: 26 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742017000300001>

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GONZALEZ, Débora de Fina. Entre público, privado e político: avanços das mulheres e machismo velado no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 151, p. 239-243, março de 2014. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742014000100015&Ing=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742014000100015&Ing=en&nrm=iso). Acesso em: 26 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/198053142850>.

HEIDARI, Shirin et al. Equidade de sexo e gênero na pesquisa: fundamentação das diretrizes SAGER e uso recomendado. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 665-676, set. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-96222017000300665&Ing=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222017000300665&Ing=en&nrm=iso). Acesso em 26 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742017000300025>

HOMEM, Maria; CALLIGARIS, Contardo. **Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo**. Campinas: Papyrus 7 Mares, 2019.

HUTZ, Claudio Simon; ZANON, Cristian; VAZQUEZ, Ana Claudia Souza. Escala de Autoestima de Rosenberg. Cap 7. In: HUTZ, Claudio Simon. **Avaliação em psicologia positiva**. [recurso eletrônico]. Porto alegre: Artmed, 2014.

INSFRAN, Fernanda Fochi Nogueira; MUNIZ, Ana Guimarães Correa Ramos. Maternagem e Covid-19: desigualdade de gênero sendo reafirmada na pandemia. **Diversitates Int. J**, v. 12, n.2, p. 26 – 47, 2020. INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Síntese de Indicadores de 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 26 set 2020

IBGE. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação.**

Disponível em:

[https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm\\_source=portal&utm\\_medium=popclock&utm\\_campaign=novo\\_popclock](https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock). Acesso em: 8 out. 2019.

JOST, Daniela. **SER MÃE, SER TRABALHADORA: SIGNIFICAÇÕES DO TRABALHO APÓS A LICENÇA-MATERNIDADE.** 28 f. Monografia (Bacharelado em Psicologia) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018.

Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2230>. Acesso em: 20 de set. de 2020

KRISTEVA, Julia. **Beauvoir Presente.** Tradução: Edgard Carvalho e Mariza Bosco. Edições: Sesc, 128 p. 2019

MACHADO, Jacqueline Simone de Almeida; PENNA, Cláudia Maria de Mattos; CALEIRO, Regina Célia Lima. Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 1120-1131, out. 2019. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042019000401120&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019000401120&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 out. 2020. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912311>.

MAGAGNIN, Cirilo et al. Da conjugalidade à parentalidade: Gravidez, ajustamento e satisfação conjugal. **Aletheia**, núm. 17-18, pp. 41-52, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1150/115013455005.pdf>. Acesso em: 31 out. de 2020

MALLOY-DINIZ, Leandro Fernandes et al. Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburg: análise fatorial e desenvolvimento de uma versão de seis itens. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 316-318, set. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44462010000300018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462010000300018&lng=en&nrm=iso). Acesso em 15 mai. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462010000300018>

MATOS, Marlise. Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. In: Encontro Anual da ANPOCS, 2014, Caxambu. **Anais [...]** Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2014. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/38-encontro-anual-da-anpocs/mr-1/mr20/9339-a-quarta-onda-feminista-e-o-campo-critico-emancipatorio-das-diferencas-no-brasil-entre-a-destradicionalizacao-social-e-o-neoconservadorismo-politico?path=38-encontro-anual-da-anpocs/mr-1/mr20>. Acesso em: 26 set. 2020

MEIRELLES, Valeria Maria. **Feminino superlativo: mulher, família e carreira.** 2001. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15103>. Acesso em: 26 set. 2020

MEIRELLES, Valéria. Mulheres nos Casamentos de Dupla Carreira: uma Realidade. In: MEIRELLES, Valéria (Org.). **Mulher do século XXI**. São Paulo: Roca, 2008. p. 67-74

MONTEIRO, Kimberly Farias; GRUBBA, Leilane Serratine. A LUTA DAS MULHERES PELO ESPAÇO PÚBLICO NA PRIMEIRA ONDA DO FEMINISMO: DE SUFFRAGETTES ÀS SUFRAGISTAS. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 261-278. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/563>. Acesso em: 26 set 2020 <https://doi.org/10.25246/direitoedesenvolvimento.v8i2.563>

NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira; VILLAS BÔAS, Regina Vera. Proteção da mulher: direito individual e social à igualdade de condições no mercado de trabalho e ao direito à maternidade. In: III Encontro de Internacionalização do CONPEDI, 2015, Madrid. **Anais [...]** Madrid: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. Disponível em: <http://www.indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/3459/2972>. Acesso em: 28 jul. 2020.

OLIVEIRA, Adriana Leonidas; CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. Pensando a família sistemicamente. In: **Visitando a fase madura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. Cap 4, p. 85-126.

OLIVEIRA, Michele Araujo da Costa; LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza. Sendo aos olhos do outro: o papel da alteridade na construção da identidade metrosssexual. **Revista de Administração (São Paulo)**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 264-274, jun. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-21072012000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072012000200008&lng=en&nrm=iso). Acesso em 26 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0080-21072012000200008>.

OLIVEIRA, Silvana Corrêa et al. Maternidade e trabalho: Uma revisão da literatura. **Interamerican Journal of Psychology** [Online], v. 45, n. 2, p. 271-280, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28422741018>. Acesso em: 26 set. 2020

PEREIRA, Bruna. Diferentes olhares, outras perspectivas: solidariedade e trabalho doméstico para mulheres negras durante a escravidão e no pós-abolição. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 821-826, dez. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922015000300821&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000300821&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 set 2020 <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015.00030011>.

PERES, Ana Cláudia. Elas resistem: como a pandemia impacta a vida das mulheres brasileiras e de onde vêm as múltiplas formas de resiliência. **RADIS: Comunicação e Saúde**, n.213, p.21-27, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41753>. Acesso em: 21 out 2020

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A QUARTA ONDA FEMINISTA: INTERSECCIONAL, DIGITAL E COLETIVA. In: X Congresso Latino-americano de Ciência Política, 2019, Monterrey. **Anais [...]** Monterrey: Associação Latino-

americana de Ciência Política. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>. Acesso em: 26 set 2020

PORTAL ODS. **Igualdade de gênero**: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. 2018. Disponível em: <http://rd.portalods.com.br/relatorios/14/igualdade-de-genero/BRA003035607/taubate--sp>. Acesso em: 30 set. 2020

PROSBT, Elisiana Renata; RAMOS, Paulo. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, v.1, n.1, p.1-8, 2013. Disponível em: [https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo\\_jan\\_gen\\_a\\_evolucao\\_da\\_mulher\\_no\\_mercado\\_de\\_trabalho.pdf](https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf). Acesso em: 20 de out. de 2020

RAGO, M. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, v. 2, n. 3/4, 2 maio 2012. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2612>. Acesso em: 26 set 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROMAGNOLO, Adriana Navarro. **PERCEPÇÃO DE PUÉRPERAS A RESPEITO DA INFLUÊNCIA DO RELACIONAMENTO CONJUGAL NO CICLO GRAVÍDICO-PUERPERAL**. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) - Escola de Ciências Médicas e da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2018. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1752#preview-link0>. Acesso em: 26 set 2020

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. Maternidade e situações estressantes no primeiro ano de vida do bebê. **Psico-USF** (Impr.) , Itatiba, v. 16, n. 2, pág. 215-225, agosto de 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712011000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712011000200010&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 31 de outubro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712011000200010> .

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 16, p. 137-150, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644543>. Acesso em: 27 out. 2020.

SILVA, Cármen A. Duarte da; HALPERNI, Fernando Barros E. Sílvia C; SILVA, Luciana A. Duarte da. Meninas bem-comportadas, boas alunas; meninos inteligentes, indisciplinados. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 207-225, jul. 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15741999000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741999000200009&lng=en&nrm=iso). Acesso em 30 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15741999000200009>.

SILVA, Sergio Gomes da. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 20, n. 3, pág. 8-15, set. 2000. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932000000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000300003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932000000300003>.

TRINCA, Walter; TARDIVO, Leila S. L. P Cury. Desenvolvimento do Procedimento de Desenhos-Estórias (D-E). In: CUNHA, Jurema Alcides (Org.). **Psicodiagnóstico-V**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000, cap. 29, pp. 428-438.

TURATO, Egberto Ribeiro. Introdução à metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: definição e principais características. **Revista Portuguesa de Psicossomática**, Porto, v. 2, n. 1, p. 93-108, 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28720111>. Acesso em: 20 set 2020

VAZQUEZ, Maria Laura Osta. Feminismo, eugenia e maternalismo nos discursos de duas feministas sufragistas uruguaia e brasileira. **Fronteiras**, Dourados, v.14, n.25, p. 55-68, 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1618>. Acesso em: 20 out. de 2020

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista Socerj**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p.383-386, 2007. Disponível em: [http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007\\_05/a2007\\_v20\\_n05\\_art10.pdf](http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf). Acesso em: 10 de out 2020.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Quais mensagens você recebeu ao longo da sua vida, sobre ser mãe?
2. E sobre ser mulher?
3. E sobre ser trabalhadora?
4. Como foi o processo da gravidez? Planejado?
5. Como tomou a decisão de engravidar e continuar trabalhando?
6. Foram criadas expectativas? Quais?
7. O momento do nascimento atendeu suas expectativas?
8. O que você entendia por maternar que pode ter mudado com a maternidade real?
9. Como você vê a questão da tristeza materna?
10. Como foram os 15 primeiros dias?
11. Quais sentimentos e angústias presenciou?
12. Com relação a sua autoestima, o que você acha que mudou, se mudou? E nos 15 primeiros dias?
13. E seus afetos? Se sentiu alterada emocionalmente? Por que acha isso?
14. Quais eram os pensamentos frequentes desse momento?
15. Como impactou seu emocional?
16. Qual a relação disso que vivenciou com o trabalho externo e remunerado?
17. Como foi a realidade do trabalho e da maternidade exercidas juntamente?
18. Qual é a rotina depois da chegada do bebê? (cuidados com o bebê)
19. Como é o cuidado pessoal agora comparado a antes? Se mudou, como impactou no seu bem estar?
20. Qual é sua rede de apoio?
21. Como divide as responsabilidades?
22. Como está sendo até agora em relação às atividades domésticas? Como era antes?
23. Você acha que a questão dos papéis de gênero influenciam na dinâmica familiar? Por exemplo, mulher faz isso, homem aquilo. Como?
24. Como os papéis de gênero podem impactar no seu bem estar emocional? (ver se há uma sobrecarga mental de tarefas)
25. Você percebe uma sobrecarga mental, como se sente sobre?
26. Como você percebe o papel que exerce enquanto mãe?
27. Como você percebe o papel que ele exerce enquanto pai?
28. Regras sobre a criação da criança, qual prevalece: marido, dela, profissionais? Ou ambos
29. Trabalhar fora, exercer atividades domésticas, cuidar do bebê e de você te gera/traz o que? Em 3 palavras.



## ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ aceito participar voluntariamente do estudo

**“A mulher superlativa: um estudo de caso único sobre a dupla jornada feminina de trabalho”**, que tem como objetivo:

- i. Compreender a representação simbólica dos papéis vivenciados pela mãe puérpera;
- ii. Verificar a existência do *baby blues* e possíveis efeitos na autoestima da participante de forma a responder se podem ser implicações da dupla jornada de trabalho;
- iii. Analisar as questões acerca da rede de apoio da participante, os cuidados do bebê, os cuidados pessoais, a rotina, os sentimentos e angústias vividos.
- iv. Investigar como os papéis de gênero podem impactar na dinâmica familiar e no bem-estar biopsicossocial da participante;

Para que estes objetivos sejam atingidos é necessário que a participante: a) passe por uma entrevista de, aproximadamente 80 minutos em que contará, apenas para a pesquisadora, sobre sua gestação, trabalho de parto, parto, amamentação e relação com seu bebê até o presente momento, com ênfase nas questões da relação conjugal, a rede de apoio e a dupla jornada de trabalho; b) faça um teste psicológico de, aproximadamente, 30 minutos em que contará histórias livremente, a partir de desenhos que serão apresentados; c) responda ao questionário sociodemográfico; f) responda a questionário (escala) sobre os sentimentos sobre si: Escala de Autoestima de Rosenberg.

Enquanto participante declaro estar ciente de que:

- a) serão necessários três encontros de, aproximadamente 80 minutos cada para que a pesquisadora realize o que foi acima descrito;
- b) poderei interromper / desistir de minha participação a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo;

c) não precisarei pagar ou gastar nenhuma quantia monetária em nenhum momento da pesquisa, pois, todos os custos com os materiais para a execução da pesquisa ficarão a cargo da pesquisadora.

d) poderei me sentir, eventualmente, fisicamente cansada durante a entrevista ou questionários e poderei ficar sensibilizado por tocar em questões íntimas ou que despertem algum tipo de emoção. Neste caso, a pesquisadora interromperá o processo até que eu me sinta disposta a continuar. Posso decidir desistir da participação se essa decisão me deixar mais confortável. Vale ressaltar que tanto cansaço quanto desconforto são considerados mínimos no que diz respeito aos aspectos psicológicos e/ou físicos, pois, estarei realizando uma atividade comum (como conversar e responder perguntas sobre um evento da vida, o parto) do meu dia a dia; Porém, caso sinta necessidade, a pesquisadora poderá me encaminhar para os serviços do Centro de Psicologia Aplicada da Universidade de Taubaté.

e) no caso de alguma ocorrência que traga dano decorrente da participação na pesquisa, estou ciente de que terei direito a uma indenização, conforme estabelecido na Resolução 466/12. Contudo, vale ressaltar que DECLARO, ainda, estar ciente do protocolo e das recomendações técnicas de saúde e prevenção ao contágio da Covid-19 para a realização da entrevista presencial, estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde e me responsabilizo pela utilização adequada de equipamentos de proteção individual necessários para a minha participação presencial na pesquisa.

f) a pesquisadora estará á disposição para realizar uma entrevista devolutiva caso eu manifeste interesse;

g) tenho assegurado que minha privacidade será totalmente preservada e as informações permanecerão em sigilo, não sendo divulgado em nenhum momento o meu nome e/ou outros dados que possam me identificar.

h) Fica a minha disposição o contato da pesquisadora responsável pelo projeto, caso seja do meu interesse contatá-la a qualquer momento. O telefone para contato com a pesquisadora é +55 (12) 9 9199-8898 e seu e-mail é profamoniquegodoy@gmail.com

Este documento será assinado em duas vias, ficando assim, uma para cada parte de interesse sendo a pesquisadora e eu, como participante

\_\_\_\_\_  
me interesse sobre a pesquisadora e eu, como participante.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Participante

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_  
Monique Marques da Costa Godoy  
Pesquisadora Responsável  
RG: 49.520.359-6, CPF: 428.867.368-21  
CRP 06/126057

---

## ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE METODISTA  
DE SÃO PAULO - UMESP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** PRÉ-NATAL PSICOLÓGICO, PRÉ-NATAL COLETIVO E PRÉ-NATAL INTEGRAL: AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DESTES SERVIÇOS.

**Pesquisador:** MIRIA BENINCASA GOMES

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 59814916.9.0000.5508

**Instituição Proponente:** Universidade Metodista de São Paulo - UMESP

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.776.015

#### Apresentação do Projeto:

Os pesquisadores estão envolvidos em diversos projetos sobre Humanização do Parto e Violência Obstétrica, verificando o legado destas experiências para a vida emocional e relacional da mãe. Independentemente do parto, existem experiências no período de pós-parto que se repetem no discurso da grande maioria das mulheres e podem ser considerados durante a gestação. Visando desenvolver um modelo multidisciplinar de Assistência à Gestante, como já acontece em outros países, serão utilizados instrumentos de avaliação e três modelos de intervenção psicológica, para compará-los e descobrir qual teria mais eficácia em prevenir os problemas no pós-parto.

#### Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos deste estudo são:

- a) reduzir o sofrimento psicológico no período de pós-parto
- b) avaliar mulheres nos períodos de gestação e pós-parto;
- c) desenvolver um modelo de Assistência à Gestante multidisciplinar, chamado Pré-Natal Integral;
- e) comparar os resultados das participantes entre as diferentes modalidades de assistência (PNP, PNC e PNI) e grupo controle, buscando verificar eficácia destes modelos.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Todas as participantes serão beneficiadas por atendimentos clínicos e gratuitos, sejam eles

**Endereço:** DO SACRAMENTO, 230

**Bairro:** RUDGE RAMOS

**CEP:** 09.640-000

**UF:** SP

**Município:** SÃO BERNARDO DO CAMPO

**Telefone:** (11)4365-5814

**E-mail:** cometica@metodista.br

UNIVERSIDADE METODISTA  
DE SÃO PAULO - UMESP



Continuação do Parecer: 1.776.015

psicológicos (PNP), médicos (PNC), ou equipe multidisciplinar (PNI), com atendimentos médicos, psicológicos, com obstetriz e doula. Para o Grupo Controle, de gestantes que não terão esses atendimentos (apenas palestras e atividades coletivas no Santuário de Aparecida), será oferecido grupo de apoio ao pós-parto pela equipe de pesquisadores. Os riscos são mínimos, envolvendo o desconforto de gasto de tempo em realizar os testes e entrevista. Os testes e escalas são descritos no projeto. O sigilo é garantido, assim como direito a devolutiva, indenização e acolhimento psicológico caso necessário.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Este estudo será uma pesquisa-ação, ou seja, um modelo de pesquisa que se encontra entre a investigação científica e a prática técnica. Serão realizados 15 grupos de atendimentos a gestantes, onde cada grupo contará com um número mínimo de quatro e máximo de dez integrantes; além do grupo controle. O número total de participantes será entre 100 e 250, havendo critérios de inclusão e exclusão bem claros. Este estudo pretende propor um modelo de atendimento em grupo que possa ser realizado nos dispositivos de saúde de atenção básica do Sistema Único de Saúde.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos foram apresentados adequadamente.

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de inadequações:**

Após leitura e análise do projeto e exame criterioso de todos os itens que compõem os documentos do Protocolo de Pesquisa, incluindo os itens presentes no Roteiro de Checagem para o parecerista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido nada foi constatado no processo que fira os princípios e normas da ética em pesquisa.

#### **Considerações Finais a critério do CEP:**

O CEP-UMESP considera o projeto de pesquisa **APROVADO**, lembrando que a condição de aprovação da pesquisa propriamente dita exige o que segue:

- Que sejam encaminhados ao CEP-UMESP relatórios anuais sobre o andamento da pesquisa (parciais e finais);
- Que sejam notificados ao CEP-UMESP eventos adversos que tenham ocorrido no curso da pesquisa e que sejam significativos do ponto de vista ético e metodológico;
- Que sejam notificadas eventuais emendas e modificações no protocolo de pesquisa.

Endereço: DO SACRAMENTO, 230

Bairro: RUDGE RAMOS

CEP: 09.640-000

UF: SP

Município: SAO BERNARDO DO CAMPO

Telefone: (11)4366-5814

E-mail: cometica@metodista.br

Continuação do Parecer: 1.776.013

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_782798.pdf	12/09/2016 15:16:09		Aceito
Declaração de Pesquisadores	Responsabilidade_Pesquisador.pdf	12/09/2016 15:15:22	MIRIA BENINCASA GOMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PNP_PNI.docx	12/09/2016 15:12:50	MIRIA BENINCASA GOMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PNC.docx	12/09/2016 15:12:39	MIRIA BENINCASA GOMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_GControle.docx	12/09/2016 15:12:26	MIRIA BENINCASA GOMES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PNP_PNC_PNI.docx	12/09/2016 15:08:16	MIRIA BENINCASA GOMES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Cop_Parto_Equilibrio.pdf	12/09/2016 15:03:36	MIRIA BENINCASA GOMES	Aceito
Folha de Rosto	PNP_PNI_Folha_de_rosto.pdf	05/09/2016 09:16:30	MIRIA BENINCASA GOMES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Cop_Casita.pdf	30/08/2016 08:44:32	MIRIA BENINCASA GOMES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Cop_Santuário.pdf	26/08/2016 18:22:15	MIRIA BENINCASA GOMES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO BERNARDO DO CAMPO, 15 de Outubro de 2016

Assinado por:  
Dario Paulo Barrera Rivera  
(Coordenador)

Endereço: DO SACRAMENTO, 230  
Bairro: RUDGE RAMOS CEP: 09.640-000  
UF: SP Município: SAO BERNARDO DO CAMPO  
Telefone: (11)4386-5814 E-mail: cometica@metodista.br

## ANEXO C – QUESTIONÁRIO SÓCIO DEMOGRÁFICO

Data da Aplicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Local de Aplicação: \_\_\_\_\_

### I. DADOS PESSOAIS

1. Nome: \_\_\_\_\_

2. Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

3. Idade \_\_\_\_\_ anos

4. Naturalidade: \_\_\_\_\_

5. Cidade em que mora: \_\_\_\_\_

6. Relacionamento estável à:

\_\_\_\_\_ Anos \_\_\_\_\_ Meses

\_\_\_\_\_ Semanas \_\_\_\_\_ Dias

7. Estado Civil:

a) Casada (civil) ( ) b) Casada (união estável) ( )

c) Casada (civil + igreja) ( ) d) Casada (Mora junto) ( )

e) Casada (igreja) ( ) f) Namora e mora separadamente ( )

8. Cor:

( ) Branca ( ) Negra ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Índia

9. Quem mora com você:

\_\_\_\_\_

### II. DADOS OCUPACIONAIS / FINANCEIROS

10. Escolaridade:

a) Sem Instrução ( ) b) Fundamental Incompleto ( )

c) Fundamental completo ( ) d) Médio Incompleto ( )

e) Médio Completo ( ) f) Superior Incompleto ( )

a) Superior Completo ( ) b) Pós Graduação ( )

c) Mestrado ( ) d) Doutorado ( )

11. Profissão:

\_\_\_\_\_

12. Ocupação Atual:

13. Renda:

a) Nenhuma ( ) b) Igual ou inferior a 1 salário mínimo ( )

c) De 1 a 3 salários mínimos ( ) d) De 3 a 5 salários mínimos ( )

e) De 6 a 10 salários mínimos ( ) f) Mais de 10 salários mínimos ( )

### III. DADOS RELATIVOS À GRAVIDEZ / PARTO

14. Gravidez

a) Saudável ( );

b) Complicada ( );

c) De risco ( );

d) Comente b) ou c): \_\_\_\_\_

15. Primeira Gravidez?

a) Sim ( ) b) Não ( ) Quantas anteriormente? \_\_\_\_\_

16. Frequentou aulas de preparação para o parto?

a) Sim ( ), Onde? \_\_\_\_\_ b) Não ( )

17. Tipo de Parto (marque quantas quiser):

a) Vaginal sem epidural ( );

b) Vaginal com epidural ( );

c) Vaginal com ocitocina (sorinho) ( );

d) Vaginal sem ocitocina (sorinho) ( );

e) Vaginal com episiotomia (corte na vagina) ( );

f) Vaginal sem episiotomia (corte na vagina) ( );

g) Cesariana com anestesia local ( );

h) Cesariana com anestesia geral ( );

i) Cesariana com hora marcada; qual motivo: \_\_\_\_\_

j) Cesariana com trabalho de parto ( ); Quanto de dilatação \_\_\_\_\_

k) Durante o trabalho de parto, teve alguém conhecido ao seu lado?

Sim ( ), Quem? \_\_\_\_\_ Não ( )

#### IV. DADOS RELATIVOS AO PÓS PARTO

18. O seu bebê amamentou no peito?

Só na maternidade ( ) Menos de 1 mês ( )

De 1 a 3 meses ( ) De 3 a 6 meses ( )

De 6 a meses a 1 ano ( ) De 1 ano a 1 ano e 6 meses ( )

De 1 ano e 6 meses a 2 anos ( ) Mais de 2 anos ( )

19. Por que interrompeu a amamentação ou quando pretende interromper?

Por que?

20. Você teve quem a ajudasse a cuidar do seu bebê?

Sim ( ), Quem? \_\_\_\_\_ Não ( )

21. Dos sentimentos abaixo, quais estavam mais presentes logo após sua chegada da maternidade?

( ) Medo ( ) Desejo de Fugir ( ) Felicidade

( ) Tristeza ( ) Choro frequente ( ) Plenitude

( ) Desanimo ( ) Vontade de não ficar sozinha com o bebê ( ) Animação

( ) Ansiedade ( ) Desesperança ( ) Prazer

( ) Irritada ( ) Abandono ( ) Empolgação

( ) Solidão ( ) Vontade de fazer mal a mim mesma ( ) Diversão

( ) Culpa ( ) Tarefas demais para mim

#### V. DADOS RELATIVOS AO SEU BEBÊ

22. Sexo do seu bebê: ( ) Feminino ( ) Masculino

23. Idade do seu bebê: \_\_\_\_\_

24. Apgar do seu bebê: 1º \_\_\_\_\_ e 2º \_\_\_\_\_

25. Saúde do seu bebê ao nascer:

a) ( ) Foi direto para o colo e alojamento conjunto

b) ( ) Foi direto para o colo e depois para a enfermaria

c) ( ) Foi para a UTI neonatal

d) ( ) Foi direto para a enfermaria e vi depois de \_\_\_\_\_ horas

e) ( ) Outros: \_\_\_\_\_



**ANEXO D – ESCALA DE AUTOESTIMA DE ROSEMBERG**

Lêa cada frase com atenção e faça um círculo em torno da opção mais adequada

1. Eu sinto que sou uma pessoa de valor, no mínimo, tanto quanto as outras pessoas.  
(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente
2. Eu acho que eu tenho várias boas qualidades.  
(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente
3. Levando tudo em conta, eu penso que eu sou um fracasso.  
(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente
4. Eu acho que sou capaz de fazer as coisas tão bem quanto a maioria das pessoas.  
(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente
5. Eu acho que eu não tenho muito do que me orgulhar.  
(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente
6. Eu tenho uma atitude positiva com relação a mim mesmo.  
(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente
7. No conjunto, eu estou satisfeito comigo.  
(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente
8. Eu gostaria de poder ter mais respeito por mim mesmo.  
(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente
9. Às vezes eu me sinto inútil.  
(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente
10. Às vezes eu acho que não presto para nada.  
(1) Discordo Totalmente (2) Discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente